

ROBERTA BRANGIONI FONTES

**SONHOS E MEMÓRIAS DE RE-EXISTÊNCIAS NO CAMPO: JUVENTUDES E
TERRITORIALIDADES NO ASSENTAMENTO PRIMEIRO DE JUNHO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2017

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

F683s
2017

Fontes, Roberta Brangioni, 1984-
Sonhos e memórias de re-existências no campo : juventudes
e territorialidades no Assentamento Primeiro de Junho / Roberta
Brangioni Fontes. – VICOSA, MG, 2017.
167f : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Orientador: Maria Izabel Vieira Botelho.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f. 159-167.

1. Educação do Campo. 2. Juventude do Campo.
3. Agroecologia. I. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Rural. Mestrado em Extensão Rural.
II. Título.

CDD 22. ed. 370.91734

ROBERTA BRANGIONI FONTES

**SONHOS E MEMÓRIAS DE RE-EXISTÊNCIAS NO CAMPO:
JUVENTUDES E TERRITORIALIDADES NO ASSENTAMENTO
PRIMEIRO DE JUNHO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 08 de dezembro de 2017.



Willer Araujo Barbosa



France Maria Gontijo Coelho



Marcelo Leles Romarco de Oliveira
(Presidente da banca)

AGRADECIMENTOS

Olho para trás e vejo o quanto só tenho a agradecer por esses dois anos e meio de Mestrado na UFV. Jamais imaginei vir para Viçosa, hoje não imagino minha vida sem ter passado por aqui! Agradeço em primeiro lugar a Deus, essa força inexplicável que nos sustenta, que nos inspira e nos faz prosseguir. Aos meus pais e minha irmã, que são minha fortaleza em todos os momentos, meu porto seguro, para onde sempre posso voltar após minhas andanças pelo mundo e ser recebida de braços abertos, com o coração pleno de amor. Agradeço também a toda minha família. Agradeço ao Filipe, um irmão que Viçosa me deu e que me proporcionou um lar nessa cidade tão querida. Ao Sid que chegou para somar muito em nossa casa. Ao carinho da Raposinha e da Odara. Aos primos e primas do Palmital. Ao grupo de Capoeira Angola Tribo do Morro e todos os amigos da Casa da Paz, local em que vivenciei aprendizados muito preciosos. Agradeço especialmente ao nosso professor e mestre Daniel. À Laís, Luna, Jaque, Cassinha, Rubens, Adriana, Rita, Pri, pessoas muito especiais com quem compartilhei momentos importantes, alegrias, conflitos, sonhos e realizações. Ao Yan, com quem troquei tantas ideias, saberes e sentimentos sobre este trabalho e sobre a vida, agradeço pelo amor e companheirismo. Agradeço a oportunidade maravilhosa de ter participado do Gaia Viçosa e a todos os membros do ISA Viçosa, pessoas de muita Luz! Agradeço aos amigos do grupo de pesquisa Meios e do Grupo (In) Disciplinar de Estudos Decoloniais. Aos professores: Alair pelo acolhimento; Marilda Maracci pelo exemplo e sensibilidade; Irene Cardoso e Willer Barbosa pela inspiração; Carlos Rodrigues Brandão, pelas bênçãos derramadas; e Izabel Botelho, minha orientadora, por sua condução sábia e serena, pela confiança depositada, pelas contribuições valorosas nesse caminho de pesquisa. À amiga Dete, que me sempre me incentivou a fazer o Mestrado. À CAPES, pela bolsa concedida para o desenvolvimento desta pesquisa e a todos os funcionários do Departamento de Extensão Rural pelo carinho e disposição em ajudar sempre. A cada morador do Assentamento Primeiro de Junho, em especial à juventude, que me acolheu tão carinhosamente, que abraçou plenamente esta pesquisa. Aprendi muito com cada um de vocês. Passei a amar ainda mais o povo Sem Terra e a me comprometer ainda mais com a luta pela Reforma Agrária, pela Educação do Campo e pela Agroecologia. Enfim, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte do meu dia-a-dia em Viçosa e que tornaram esse período da minha vida tão feliz!

PREFÁCIO

“Foi assim. A gente só sabe bem aquilo que não entende”.

Guimarães Rosa. Grande Sertão Veredas

“Criança desconhecida e suja brincando à minha porta

Alberto Caieiro

Criança desconhecida e suja brincando à minha porta,

Não te pergunto se me trazes um recado dos símbolos.

Acho-te graça por nunca te ter visto antes,

E naturalmente se pudesses estar limpa eras outra criança,

Nem aqui vinhas.

Brinca na poeira, brinca!

Aprecio a tua presença só com os olhos.

Vale mais a pena ver uma coisa sempre pela primeira vez que conhecê-la,

Porque conhecer é como nunca ter visto pela primeira vez,

E nunca ter visto pela primeira vez é só ter ouvido contar.

O modo como esta criança está suja é diferente do modo como as outras estão sujas.

Brinca! Pegando numa pedra que te cabe na mão,

Sabes que te cabe na mão.

Qual é a filosofia que chega a uma certeza maior?

Nenhuma, e nenhuma pode vir brincar nunca à minha porta.”

Acho que já tive mais dom para escrever. Inclusive aos dez anos de idade ganhei o primeiro lugar na categoria poesia no Festival de Música e Poesia da minha escola. É certo que nunca fui nenhuma revelação literária, mas de toda forma creio que já tive mais dom para escrever. Andei escrevendo bastante até os vinte anos, mas agora, aos trinta e três anos, após alguns outros entendimentos que tomei da vida, parece que me acostumei mais ao silêncio e ao fazer do que ao falar e ao escrever.

Sobre essa poesia que me rendeu o primeiro lugar no Festival, acho interessante lembrar que ela se chamava “Meu Brasil” e em alguma das estrofes dizia: “Onde estão suas raízes, Brasil?”(...) Em outra afirmava: “A situação aqui é séria, pelas ruas vejo violência e miséria”. Não consigo não rir ao lembrar. Aos dez anos eu já me preocupava com as mesmas questões sobre as quais me debruço hoje. Como nos lembra Machado de Assis, citando a frase do poeta inglês Wordsworth “o menino é o pai do homem” ou (...) “a menina é a mãe da mulher”. Que bom olhar para essa menina hoje e ver que ela continua me acompanhando. E que, como dizia o grande cancionista mineiro Milton Nascimento, “toda vez que o adulto balança, *ela* vem pra me dar a mão...”

Enfim, nesse contexto que me impele atualmente mais ao silêncio e ao fazer, a tarefa de escrever uma dissertação, um trabalho científico como esse, nos moldes em que exige a Academia, parece-me um trabalho árduo. É muito desafiador descrever uma imersão profunda na vida compartilhada do que se pretende estudar e ter que colocar toda aquela vasta gama de experiências dinâmicas e vivas (visões de mundo, saberes, emoções, palavras, cheiros, sabores, sorrisos, lágrimas, desafios, abraços, festas, contradições, conflitos) dentro de uma linguagem científica, predominantemente racional-ocidental, cartesiana, em texto preto e branco, em letras Times New Roman 12, espaçamento 1,5, dentre outras (a)normalizações... Não é fácil. Dá vontade apenas de viver, e, tendo vivido, saber. Tendo sabido, agir. Agir junto. Como Alberto Caeiro, não perguntar à criança desconhecida e suja que brinca à minha porta, se me traz um recado dos símbolos. Apenas brincar com ela e, como Riobaldo, aceitar que “A gente só sabe bem aquilo que não entende”. Pois fica a pergunta: em meio a tantos entendimentos que temos hoje, milhares de teses e dissertações, pesquisas, informações todos os dias... disso tudo, o quanto sabemos realmente? E o quanto fazemos com o que sabemos?

De uns tempos pra cá estamos por demais envolvidos com as coisas do entendimento, das explicações e interpretações. Portanto, penso que nesse trabalho transitaremos entre narrativas e tentativas conjuntas (científicas) de entendimento dos desafios da vida, bebendo de

epistemologias do Sul. De toda forma, prefiro pensar que, em síntese, vamos tratar aqui de contar uma história mesmo, uma história que inclusive fale de ciência, sobre nossas tentativas de explicar, entender e interpretar a realidade. E assim esperamos que essas fronteiras entre diferentes formas de falar da vida sejam menos rígidas. Creio que essa direção, sobretudo nos trabalhos das ciências humanas, é legítima e já vem sendo tomada por vários e várias companheiras, sem que se comprometa a validade e objetividade do trabalho científico. Diz Boaventura de Sousa Santos que todo conhecimento é também autoconhecimento e que não devemos confundir objetividade com neutralidade. Objetividade é importante. Neutralidade é uma obra de “ficção científica”.

No intuito de superar as dificuldades que se apresentam para iniciar esse trabalho, lembro-me que alguns tradicionais contadores de história dizem que antes de contar uma história é preciso perguntar se ela deseja ser contada. E alguns outros, antes de contar uma história, entoam um canto para chamá-la e só podem contá-la se ela cede à invocação e resolve vir. E é pensando nisso que esse trecho de um canto me vem à mente:

“Americana soy y en esta tierra yo crecí.

Vibran en mí milenios indios y centurias de español.

Mestizo corazón que late en su extensión, hambriento de justicia, paz y libertad.

Yo derramo mis palabras y la Cruz del Sur bendice el canto que yo canto como un largo
crucifijo popular.”¹

Trazer esses versos me ajudam a invocar a força que me impulsiona neste trabalho, até porque essa *música* se fez mesmo muito presente em meu trabalho de campo e, pensar nesse coração que bate sedento por justiça, paz e liberdade tem me ajudado a “derramar minhas palavras”.

É portanto, com esse canto que peço a bênção para contar a história que quero e preciso contar aqui. Até hoje não perdi o costume de nossos interiores de pedir a bênção aos mais velhos

¹ Trecho da música “Es Sudamerica mi voz” de Mercedes Sosa. “Americana sou e nesta terra eu cresci. Vibram em mim milênios indígenas e séculos espanhóis. Coração mestiço que bate em sua extensão, faminto por justiça, paz e liberdade. Eu derramo minhas palavras e o Cruzeiro do Sul abençoa o canto que eu canto como um grande crucifixo popular”

e aprendi da cultura popular a importância desse rito. Por isso faço questão de reproduzi-lo aqui, ainda que ele esteja fora das “normalizações”.

Como me inspira esse canto, peço a bênção do Cruzeiro do Sul que assiste há milênios os povos de “Nossa América”, que presenciou e presencia a luta dessa gente; peço a bênção de tantos que pisaram nessas terras e também tiveram fome de justiça, paz e liberdade: indígenas, negros e brancos, gente simples e guerreira, dos campos, das águas, das matas, das universidades, seja de onde for, gente de coração aberto, sorriso generoso, olhar amigo, mãos trabalhadoras; peço a bênção para que minhas palavras se juntem às suas de algum modo ou que pelo menos, enquanto estou aprendendo, não as firam; peço a bênção de nossas florestas, águas, fauna e flora. Daqueles que me orientaram nesse trabalho e dos que o vivenciaram junto comigo.

Esse terreno, o da escrita científica tal como foi canonizada pela tradição do conhecimento moderno-ocidental, me é estranho. Não é um território no qual eu me sinto tão à vontade. Território conquistado (ordenado e cercado) por nossos ancestrais modernos, e, ainda que eu não me reconheça muito nessa tradição moderna, de certa forma também pertencço a ela, pois não se pode ser um ser completamente fora de seu tempo. Entretanto, fato é que também pertencço a outros mundos, nos quais me sinto muito mais à vontade. Essa condição traz conflitos e contradições, mas também guarda em si uma possibilidade libertadora. Lembro-me de uma história sobre uma tribo do Pólo Norte, que fala de um jovem, filho de um homem e de uma foca que tinha o poder de transformar-se em mulher. Esse jovem tornou-se um grande curador por seu dom de poder penetrar os dois mundos. Era por poder penetrar na alma dos mares profundos e se comunicar com seus habitantes que seus cantos e o som dos seus tambores podiam curar aqueles que viviam na superfície².

Então, eu peço a bênção e peço licença para entrar nesse território, com a reverência humilde e transgressiva de quem pertence também a outros mundos (Sim, possíveis!).

Assim, clareando intenções e tirando os sapatos para entrar nesse terreno, pois como diz um canto comum da cultura popular “Pra entrar nesse terreiro tem que se purificar”, é que começo a sentir que parece que essa história quer ser contada, pois as palavras começam a se aninhar nas pontas dos dedos que escrevem ou... tecem.

² Pele de foca, pele de alma. Conto do livro “Mulheres que Correm com os Lobos”, da psicanalista Clarissa Pinkola Estés

Imagino esse trabalho como um grande tecido, formado por fios de diversas cores, espessuras e materiais, fiados em diferentes lugares do mundo, por mãos que possuem diferentes histórias.³ Desejo que ele possa acalmar algumas inquietações e aconchegar alguns corações, especialmente os daqueles que lutam por um mundo justo e solidário. É por isso que esse trabalho é como uma colcha de retalhos muito diversos. Traz um pouco de nossas lutas, de nossos sonhos, aspirações e limites. Traz momentos de desmotivação, de cansaço, de perda do sentido, de entusiasmo, de recomeço, reencontro e esperança. Traz falas, silêncios, pausas, palavras engasgadas. Lágrimas, sorrisos e cantos. Traz a vontade de mudança, a possibilidade de renovação, a rebeldia e os conflitos que pulsam na juventude. Perguntas e respostas, talvez mais perguntas que respostas. Mas sobretudo esperança, de um dia novo que já vem surgindo para aqueles que ousam ver e fazer além do que mostram os meios de comunicação de massa.

Antes de começar, para tornar esse texto mais colorido⁴, aproveito ainda e coloco no centro de uma roda imaginária uma bandeira: a bandeira vermelha do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil. Junto com ela, a bandeira do grupo Jovens Unidos Frutos da Terra, algumas folhagens e flores do campo, sementes crioulas, alguns livros que falam da luta pela terra, sobre território, memória, juventude, Agroecologia e Educação do Campo. Algumas palavras geradoras: terra, resistência, sonhos. Um pandeiro, um berimbau, alguns tecidos coloridos. E assim vamos lá.

³ Refiro-me tanto aos participantes desta pesquisa quanto aos autores e autoras com quem escolhi trabalhar, e que deram suas cores e texturas peculiares ao nosso tecido.

⁴ Esta é uma tentativa de ritualizar mais o texto, permeando-o com a força das imagens simbólicas, cores, cheiros e afetos.

RESUMO

FONTES, Roberta Brangioni, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2017. **Sonhos e memórias de re-existências no campo: Juventudes e territorialidades no Assentamento Primeiro de Junho.** Orientadora: Maria Izabel Vieira Botelho.

Nesta pesquisa, realizada no Assentamento Primeiro de Junho, Tumiritinga/MG, nos propusemos a investigar a relação da juventude com seu território, buscando compreender que tipo de territorialidade tecem em sua vida cotidiana e como essa territorialidade afeta suas decisões de permanecerem ou saírem do campo. Esta pesquisa foi construída coletivamente, a partir de um mosaico de metodologias que tinham como cerne a pesquisa-ação participativa, tendo, portanto, os próprios jovens como protagonistas. Por meio de encontros, vivências diversas e entrevistas, num eixo que se estruturava em torno da sondagem de memórias e sonhos, pudemos desenhar uma síntese dessa territorialidade. Nesse sentido, analisamos quais seriam as fortalezas e as fragilidades do território no intuito de focar o fortalecimento e a continuidade do projeto camponês do MST para aqueles jovens que desejam continuar vivendo no assentamento em condições de bem-viver. Como um de nossos resultados, percebemos e destacamos como os jovens que estão no curso Técnico em Agroecologia ou nas Licenciaturas em Educação do Campo, apresentaram uma territorialidade diferenciada dos outros jovens, que os vincula mais ao projeto de continuidade do assentamento. Percebemos que os cursos afetaram a relação dos jovens com seu território na medida em que mexeram com sua visão de mundo sobre natureza e cultura, sobre o lugar do campo em relação à cidade, sobre a identidade do jovem camponês, influenciaram a mudança de hábitos e apresentaram novas possibilidades de bem-viver no campo. Dessa forma, acreditamos que as vivências proporcionadas pelos cursos fortaleceram os vínculos com o território e influenciaram positivamente no desejo de permanecer e de lutar para que seja possível permanecer no assentamento.

ABSTRACT

FONTES, Roberta Brangioni, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December, 2017. **Youth and territoriality in the Settlement Primeiro de Junho: dreams and memories to reexpert in the field.** Advisor: Maria Izabel Vieira Botelho.

In this research, carried out in “Assentamento Primeiro de Junho”, a rural settlement from MST, located in the city of Tumiritinga / MG, we set out to investigate the relationship of youth with their territory, trying to understand what kind of territoriality they develop in their daily lives and how this territoriality affects their decisions to stay in the countryside or migrate to the city. This research was built collectively, based on a mosaic of methodologies that had as a basis the participatory action research, having, therefore, the young people themselves as protagonists. Through encounters, diverse experiences and conversations based on Oral History, on an axis that was structured around probing memories and dreams, we were able to draw a synthesis of this territoriality. In this sense, we analyze the strengths and weaknesses of the territory in order to focus the strengthening and continuity of the MST peasant project for those young people who wish to continue living in their settlement, in the countryside, in conditions of well-being. As one of our results, we realized and emphasized how the young people who are studying in the Technical Course in Agroecology or graduating in specific courses for Peasant Education, presented a territoriality that ties them more to the peasant project of the settlement. We noticed that the courses affected the relationship of the young people to their territory as they altered their view of nature and culture, the relation between countryside and city, the identity of the young peasant, influenced the change of habits and presented new possibilities for well-being in the countryside. In this way, we believe that the experiences provided by the courses have strengthened the ties with the territory and positively influenced the desire to remain and to fight so that it is possible to remain in the settlement.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. “Quero falar de uma coisa, advinha onde ela anda”	1
1. 2. Teorias e metodologias para sentir e pensar os territórios	13
CAPÍTULO 2	22
LUTA INDÍGENA, CAMPONESA E SEM TERRA NO VALE DO RIO DOCE.....	22
2.1. A luta indígena no Vale do Rio Doce	23
2.2. A luta camponesa no Vale do Rio Doce	26
2.3. A resistência Sem Terra emerge no Mucuri e deságua no Rio Doce.....	30
CAPÍTULO 3	35
RASTREANDO A TERRITORIALIDADE.....	35
3.1. Os territórios da (s) juventude(s) do campo.....	35
3.2. O Assentamento Primeiro de Junho como um território de re-existência	43
3.2.1. O encontro com o Assentamento Primeiro de Junho: Uma mancha no caminho ...	48
3.2.2. Um olhar mais próximo para o assentamento e para a juventude	51
3.3. O território sob o olhar da juventude a partir de um mosaico de metodologias	58
CAPÍTULO 4	85
ENTRE A MEMÓRIA DO QUE FOI E O SONHO DO QUE VIRÁ.....	85
4.1. Puxando o fio da memória	85
4.2. Dos sonhos individuais aos sonhos em prol da coletividade: a contribuição da Agroecologia e da Educação do Campo	97
4.3. Memória e “pertença”	107
CAPÍTULO 5	117
NATUREZA, CULTURA E POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE OS VÍNCULOS COM O LUGAR	117
5.1. O lugar da natureza e a natureza do lugar para a juventude	117
5.2. O lugar da política: o momento histórico do MST e o protagonismo da juventude	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do Assentamento Primeiro de Junho, na Bacia do Rio Doce.....	22
Figura 2: Mapa dos Assentamentos da Reforma Agrária na Bacia do Rio Doce	29
Figura 3: Prainha, situada às margens do Rio Doce, em Tumiritinga.....	50
Figura 4: Escola Estadual Primeiro de Junho.....	52
Figura 5: Moradia	53
Figura 6: Antiga sede da fazenda.....	53
Figura 7: Café do mundo.....	59
Figura 8: Café do mundo	60
Figura 9: Café do mundo.....	60
Figura 10: Círculo de cultura.....	62
Figura 11: Círculo de cultura.....	63
Figura 12: Roda de Conversas com intercâmbio de experiências.....	65
Figura 13: Jovens desenhando o mapa da comunidade.....	68
Figura 14: Jovens desenhando o mapa da comunidade.....	69
Figura 15: Detalhe das áreas de nascentes e erosão.....	70
Figura 16: Representação de áreas do entorno da Agrovila.....	70
Figura 17: Caminhada transversal.....	72
Figura 18: Cenário de Futuro 1	74
Figura 19: Cenário de Futuro 1	75
Figura 20: Cenário de Futuro 2:.....	76
Figura 21: Cenário de futuro 3:	77
Figura 22: Noite cultural.....	80
Figura 23: Mutirões.....	81
Figura 24: Mutirões	81
Figura 25: Intercâmbio Agroecológico.....	82
Figura 26: Intercâmbio Agroecológico.....	83
Figura 27: Criança pescando peixes no poço próximo à sua casa	90
Figura 28: Crianças na caminhada em celebração do Aniversário do Assentamento.....	91
Figura 29: Criança montando espontaneamente uma representação sobre como conservar as nascentes, enquanto seu pai falava sobre o assunto.....	91
Figura 30: Atividade do JUFTER para limpeza e combate à dengue no assentamento.....	93

Figura 31: Cenário de Futuro 3.....	99
Figura 32: Cenário de Futuro 1.....	100
Figuras 33: Cenário de Futuro 2.....	101
Figura 34: Encenação da chegada ao assentamento.....	110
Figura 35: Mística de celebração do aniversário do assentamento.....	111
Figura 36: Celebração religiosa no aniversário.	111
Figura 37: Manifestações da cultura popular	115
Figura 38: Manifestações da cultura popular.....	115
Figura 39: Microclima e agrobiodiversidade nos quintais.....	124
Figura 40: Microclima e agrobiodiversidade nos quintais.....	124
Figura 41: Microclima e agrobiodiversidade nos quintais.....	125
Figura 42: Piquenique do JUFTER para aprender sobre a conservação das nascentes.....	129
Figura 43: Crianças indo para a escola do assentamento, em 1996.....	135
Figura 44: “Folhas, coração, juventude e fé”.....	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Composição da Equipe de Pesquisa-ação do Assentamento Primeiro de Junho por instituição e curso. <i>Fonte:</i> Elaboração própria	10
Tabela 2: Metodologias relacionadas aos objetivos da pesquisa. <i>Fonte:</i> Elaboração própria.....	19
Tabela 3: Relação dos jovens entrevistados com o desejo de permanecer no assentamento. <i>Fonte:</i> Elaboração própria.....	98

1. INTRODUÇÃO

“Quero falar de uma coisa
Adivinha onde ela anda
Deve estar dentro do peito
Ou caminha pelo ar
Pode estar aqui do lado
Bem mais perto que pensamos
A folha da juventude
É o nome certo desse amor”

Milton Nascimento e Wagner Tiso

1.1. “Quero falar de uma coisa, adivinha onde ela anda”

De outubro de 2015 a abril de 2016, por alguns períodos distribuídos ao longo desses sete meses, professores universitários, estudantes, técnicos, jovens do campo da Zona da Mata mineira, jovens assentados do MST da região do Vale do Rio Doce, representantes de vários movimentos sociais, representantes de etnias indígenas (Mapuche e Guarani), pessoas do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Amazônia e muitas crianças reuniram-se em Viçosa, debaixo de uma lona de circo, às vezes ao redor do fogo, de pés no chão, num ambiente cercado pela Mata Atlântica, formando uma comunidade de aprendizagem para trocar saberes e aprender uns com os outros.

Eram cerca de sessenta pessoas de diversas origens, culturas, classes sociais, que em suas diversas comunidades e em suas práticas específicas têm em comum o reconhecimento de uma profunda crise ambiental, econômica e sociocultural que afeta nossa sociedade e a busca por alternativas que possam nos levar a uma *Grande Virada*.

Essa Grande Virada é entendida por Joanna Macy (1998) como a transição de um modelo civilizatório destrutivo, para outro que possa proteger e sustentar a Vida. No mesmo sentido, podemos falar da transição para um *Outro Mundo Possível*, como afirmam tantos movimentos sociais do sul global, povos e culturas subalternizadas que buscam também a superação dessa crise generalizada rumo a uma sociedade justa.

Nesse encontro, o impulso que nos reunia era, portanto, a realização do *Gaia Viçosa – Educação para a sustentabilidade*, curso que se realizou em quatro módulos, por uma semana

inteira a cada módulo, nos meses de outubro e dezembro de 2015, fevereiro e abril de 2016. O curso foi uma iniciativa do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa, em especial de professores e professoras ligados à Licenciatura em Educação do Campo (LICENA/UFV) com a *Gaia Education*, associada à *Global Ecovillage Network* (Rede Global de Ecovilas).

A base pedagógica do Gaia Viçosa é o currículo de Educação para o Design de Ecovilas, da *Gaia Education* – uma contribuição oficial para a Década de Educação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O objetivo do curso era “potencializar a transição para a sustentabilidade na região, articulando e promovendo trocas entre as experiências e estratégias de ecovilas e experiências populares de agroecologia e movimentos sociais”⁵. Cada módulo do Gaia referia-se a uma das dimensões da sustentabilidade consideradas pelo currículo: Social, Econômica, Ecológica e Visão de Mundo.

O Gaia, que atualmente ocorre em 34 países e já foi realizado em diversas cidades do Brasil, teve em sua primeira realização em Viçosa, um tom diferenciado: os recursos materiais necessários à sua realização foram materializados dentro dos princípios da Economia Solidária, a partir dos quais cada participante contribuiu com o valor monetário que era para si um ponto de equilíbrio. Foi também possível a doação de itens ou serviços necessários à realização do curso, como alimentos, materiais de papelaria, atividades de comunicação e secretaria. Esse caminho possibilitou ao Gaia Viçosa formar uma roda mais diversa e democrática, que favoreceu a participação dos movimentos sociais, estudantes e agricultores locais, na medida em que a viabilidade financeira do curso não foi uma restrição.

O curso configurou-se como um espaço ímpar de aprendizagens e trocas entre sujeitos os mais diversos. Proporcionou encontros que talvez não seriam tão fáceis de se realizar de forma tão profunda num cotidiano que tende a confinar identidades diferentes a espaços diferentes, em que os espaços e tempos de aprendizagem são rigidamente ordenados e limitados.

Nesse sentido, permitiu fortalecer os laços entre movimentos que já dialogam em Viçosa e têm construído alguns importantes espaços de articulação conjunta, como: a educação popular, a educação para a sustentabilidade, a agroecologia, permacultura, homeopatia, economia popular solidária, educação do campo e tradições espirituais diversas.

⁵ <http://gaiavicosawixsite.com/gaiavicosasobre-o-curso>

Foi o Gaia Viçosa, portanto, o ponto de encontro que me aproximou dos sujeitos dessa pesquisa: os jovens do Assentamento Primeiro de Junho, localizado em Tumiritinga/MG. Foi também o Gaia responsável por fomentar nossas discussões iniciais sobre a juventude e a sustentabilidade da vida nos assentamentos. A inspiração proveniente do que vivemos nesse curso nos guiou em todo nosso processo de pesquisa, especialmente porque desfrutamos de diversas metodologias vivenciadas no curso, como o Planejamento Estratégico Participativo Consensual, ou *Dragon Dreaming*, e o Café do Mundo

A partir de nossas trocas no Gaia, partilhei com um grupo de jovens do Assentamento Primeiro de Junho, que também participava do curso, meu desejo de trabalhar com a temática da juventude como pesquisa de Mestrado, em especial com a questão dos desafios para a permanência dos jovens no campo em assentamentos do MST. Os jovens de Tumiritinga, educandos da LICENA/UFV, interessaram-se pela proposta e assim, sonhamos e planejamos juntos um projeto de pesquisa-ação-participativa, na qual a juventude seria protagonista, que teve início em abril de 2016.

Minha ligação com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil já vinha de muito tempo. Talvez primeiramente, por ser também descendente de trabalhadores sem-terra (ainda que não organizados em movimentos sociais) dos canaviais e do café da Zona da Mata mineira e ter um profundo respeito pela luta do movimento. De forma prática, creio que me aproximei efetivamente do movimento participando de alguns eventos do MST quando ainda estudava na Universidade de Brasília, e depois trabalhando em parceria com alguns assentamentos na região metropolitana de Belo Horizonte, com economia solidária, direitos humanos, regularização fundiária e soberania alimentar, por meio do Programa Polos de Cidadania⁶ – um programa de extensão interdisciplinar sediado na Faculdade de Direito da UFMG.

O desejo de investigar essa temática surgiu a partir de diversos trabalhos realizados nessas parcerias com o MST⁷, em que era frequentemente demonstrada a preocupação dos pais e da própria juventude em relação à saída dos jovens do campo.

⁶ Programa coordenado na época pela Prof^a Miracy Barbosa Gustin, que conta com projetos em diversas frentes de ação como Mediação de Conflitos, Regularização Fundiária, Geração de Renda, Conflitos Ambientais, dentre outros.

⁷ Trabalhos realizados inicialmente por meio do programa de extensão universitária “Polos de Cidadania” (2005-2008), pela Universidade Federal de Minas Gerais e, mais recentemente, junto à Universidade de São Paulo como voluntária na Ciranda Infantil do MST (2015).

Essa preocupação encontra ressonância nos dados oficiais que indicam que atualmente existem no Brasil aproximadamente 8 milhões de jovens rurais na faixa etária de 15 a 29 anos (o equivalente a 27% de toda a população que vive no campo), sendo que nos últimos 10 anos, de 2 milhões de pessoas que deixaram o meio rural, 50% eram jovens (18-29 anos), em sua maioria mulheres. Essa taxa elevada tem gerado um quadro de envelhecimento e masculinização do campo (IBGE, 2010).

Assim, é possível afirmarmos que ainda existem poucas pesquisas sobre o assunto e pouca visibilidade tanto no campo acadêmico quanto no político sobre a juventude do campo (STROPASOLAS, 2007). Especificamente sobre a juventude do MST, também encontramos poucos estudos sobre a permanência nos assentamentos. A maior parte dos estudos disponíveis sobre a juventude do MST tratam das escolas do campo e da formação dos jovens na militância.

Em nossa revisão bibliográfica, ao mapearmos as diversas causas que levam à saída dos jovens do campo nos diversos contextos estudados pelos autores, entendemos que esses motivos são vários e não podem ser entendidos sem uma compreensão das profundas desigualdades sociais que afetam o campo brasileiro. De acordo com Castro (2005), o próprio dilema entre “ficar e sair” nos remete à análise de “jovem rural” como uma categoria social múltipla e complexa, pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo” (p.373).

Buscando portanto, compreender a complexidade desse problema, destacamos de nossa revisão os seguintes aspectos:

- Poucas ou precárias condições de trabalho; dificuldade de acesso à terra pelos padrões de sucessão rural ou pela própria estrutura agrária do país; dificuldade de acesso ao crédito (FERREIRA E ALVES, 2009; OIT, 2010; SINGER, 1973; ABRAMOVAY et al., 1998);

- Falta de infraestrutura adequada, oportunidades de lazer, acesso às tecnologias da informação, comunicação, saúde (BRUMER, 2007; STROPASOLAS, 2007; WANDERLEY, 2007);

- Forte hierarquia nas relações: visão dos jovens como aprendizes e do pai como patrão; pouca participação e protagonismo juvenil (CARNEIRO, 2005; CASTRO, 2005; STROPASOLAS, 2006);

- Cultura patriarcal que muitas vezes desvaloriza a mulher relegando-a a um papel reprodutivo e privado (CARNEIRO, 2005; BRUMER, 2004);

- Representações negativas sobre a vida no campo em oposição à cidade; estigmas, preconceitos, discriminações (STROPASOLAS, 2014);

- Políticas inadequadas, descontextualizadas da diversa realidade do jovem rural, setorizadas, burocratizadas (SNJ, 2010);

- Modelo de desenvolvimento rural baseado na concentração de riquezas, no latifúndio e no agronegócio (FERREIRA E ALVES, 2009; SNJ, 2010).

Ao lado de fatores socioeconômicos, provavelmente mais “estruturais”, podemos levantar a hipótese de que, sobretudo hoje em dia, outros fatores de dimensão mais propriamente cultural estão invadindo e colonizando as comunidades rurais e afetando predominantemente os e as jovens.

No caso específico do Assentamento Primeiro de Junho, os jovens afirmam que os vínculos com a terra, com o MST e entre as próprias gerações estão se enfraquecendo. Eles sugerem que, como o assentamento foi conquistado há 24 anos, passa hoje por uma fase em que a geração que lutou pela conquista da terra e que possuía uma identidade camponesa mais forte, vem pouco a pouco dando lugar a gerações que cresceram num contexto diferenciado: não vivenciaram a experiência marcante dos acampamentos, em que o sofrimento fortalecia a luta coletiva, os vínculos com a comunidade e com o ideal do MST; muitos não têm uma ligação tão forte com a terra e a natureza, por não terem se dedicado tão exclusivamente à atividade agrícola como as gerações anteriores (muitos assentados trabalham hoje fora do assentamento); os jovens têm mais acesso do que as gerações anteriores à cultura de massas por meio a mídia e da internet, que exalta a vida nas cidades, a ideologia do progresso e do desenvolvimento.

Em uma pesquisa realizada em quatro assentamentos da Reforma Agrária na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Mazzetto (2008) identificou essa mesma questão. A identidade camponesa era forte nas gerações acima de 40 anos, mas o vínculo dos mais jovens com a terra já era, para o pesquisador, uma preocupação relevante:

Ficou latente nas falas dos assentados e assentadas, que a identidade com a terra e o sonho de poder acessá-la permanece, assim como se preserva uma certa racionalidade camponesa, que assenta esta identidade no valor de uso da terra, que anseia por autonomia e por uma vida mais comunitária e mais lenta. Esta referência camponesa, entretanto, é das gerações que hoje estão acima dos 40 anos e que foram protagonistas destas migrações e desta preservação da identidade com a terra. Será que esta referência se manterá nas gerações mais jovens, que tiveram a maior parte de suas vidas ligada ao ambiente urbano? Constatamos que grande parte dessa geração posterior já está fora dos PAs, ganhando a vida e morando nas cidades da RMBH (MAZZETTO, 2008, p. 22).

Outra questão colocada pelos jovens do Primeiro de Junho é uma percepção de que o assentamento encontra-se “dividido” pois, enquanto uma parcela considerável dos jovens tem optado por migrar para cidades próximas, como Governador Valadares ou outras um pouco mais distantes como Nova Serrana/MG, uma outra parte, principalmente os que estão em cursos de graduação ligados ao Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), têm manifestado a vontade de permanecer no campo.

A percepção dessa divisão é importante pois nos leva a questionar a ideia recorrente que associa o jovem rural ao “ir embora”, como nos chama a atenção Castro (2009), em sua obra “Os jovens estão indo embora?”. Para a autora, essa imagem está mudando e é confrontada especialmente pela visibilidade que a juventude rural organizada alcançou na esfera política a partir de 2006, atuando na reivindicação por seus direitos (Castro, 2009, p. 23).

Em um de seus estudos, Stropasolas (2014) também discorre sobre essa mudança, mostrando que, atualmente, enquanto uma parcela da juventude ainda se recusa a reproduzir a profissão de agricultor por não vislumbrarem melhoras em suas condições de vida, uma outra parcela de jovens mais engajados e/ou vinculados a entidades representativas e movimentos sociais questionam essa condição e lutam para conquistar o seu direito de viver com dignidade “formulando projetos para viver e trabalhar no campo” (STROPASOLAS, 2014, p. 180).

Nesse sentido, foi apenas recentemente que a juventude do campo se constituiu como sujeito político na esfera pública (CASTRO, 2009) e conquistou algo que poderíamos considerar como “o seu espaço” na agenda do Governo Federal (DE MENEZES et. al, 2014). Na última década, houve a constituição de diversos espaços de discussão e formulação de ações políticas direcionadas para essa juventude, como o Comitê Permanente de Promoção de Políticas Públicas para a Juventude Rural (CPJR) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e o Grupo de Trabalho em Juventude Rural da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) criado em 2011. (BARCELLOS E MANSAN, 2014)

Já em 2012 aconteceu o I Seminário Nacional “Juventude Rural e Políticas Públicas”, numa parceria entre a Secretaria Nacional de Juventude e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Além disso, a Política Nacional para a Juventude Rural também vinha sendo debatida no Comitê Interministerial de Políticas Públicas para a Juventude antes da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2016. De forma geral, o direito de poder permanecer no campo vinha se configurando como eixo central das reivindicações por políticas públicas para a juventude rural no Brasil.

Pensando a realidade específica da juventude do campo ligada ao MST, sabemos que os assentamentos do movimento engendram, a priori, territorialidades⁸ que estão em conflito com a lógica dominante de apropriação do espaço no campo: a lógica dos grandes empreendimentos do agronegócio, dos monocultivos, das relações de trabalho capitalistas. Os assentamentos emergiram de uma resistência ao modelo capitalista excludente de acesso à terra, na luta por uma Reforma Agrária e por uma sociedade justa.

A conquista do assentamento é, portanto, a conquista de um território pelo qual os trabalhadores rurais lutaram durante anos debaixo da lona preta. Porém, as disputas territoriais permanecem constantes pois são projetos de sociedade e modelos de desenvolvimento que estão em conflito. Essas disputas fazem com que os vínculos dos assentados com o território tanto material quanto imaterial estejam constantemente ameaçados. Os jovens do Primeiro de Junho que atuaram nesta pesquisa vivenciam essas pressões em seu cotidiano e, por isso, demonstraram o desejo de compreender melhor e encontrar soluções para os desafios enfrentados para permanecerem no assentamento, sustentando o ideal de re-existência levantado há mais de trinta anos por seus ancestrais familiares.

Logo, em nossos objetivos de pesquisa nos propusemos a investigar a relação da juventude com seu território, seus modos próprios de perceber e partilhar a vida, buscando compreender que tipo de territorialidade tecem em seu vivido cotidiano no Assentamento e como essa territorialidade afeta suas decisões de permanecerem ou saírem do campo.

A partir de um processo de pesquisa construído coletivamente, foi por meio da convivência, de encontros, entrevistas e conversas, num eixo que se estruturou em torno da sondagem de memórias e sonhos que pudemos desenhar uma síntese dessa territorialidade. Nosso desejo era de que a compreensão dessa territorialidade contribuísse não apenas para a discussão da saída ou permanência dos jovens no campo, apesar de que as motivações iniciais de nossa pesquisa partem desse debate. Mas que contribuísse para que a própria juventude, como sujeito desse processo de conhecimento, pudesse pensar e re-pensar o Bem Viver em seu território de vida.

⁸ Segundo Porto-Gonçalves territorialidade exprime determinada forma de apropriação do espaço. O conceito será detalhado nos próximos capítulos.

Nesse sentido, cabe destacar que compreendemos o Bem Viver segundo a ideia do “Sumak Kausay”, termo que significa “bem viver”⁹ ou “vida em plenitude” e é um conceito que representa o modo de vida, sociabilidade e relação com a natureza de povos originários, principalmente do Equador e Bolívia. Esse termo vem sendo adotado por indígenas e camponeses nos movimentos sociais como forma de enfrentamento à noção de desenvolvimento (SILVA, 2014). Ao invés de buscarem o *desenvolvimento* para suas comunidades, que é um termo exógeno e economicista, alguns desses povos têm afirmado ser mais importante buscar o *Bem Viver*, a partir de uma noção endógena do que seja essa vida plena para eles.

Ao embarcarmos juntos nessa viagem, nossa motivação inicial de compreender os desafios dos jovens para permanecerem no campo se abriu num leque de várias perguntas. Carregamos então em nosso barco um conjunto de questões que passaram a nos mover: Quem são esses jovens? Quais são seus modos próprios de compreender, pensar e partilhar a vida? Como esses modos influenciam suas predisposições de intervenção sobre o destino coletivo de seu território e na decisão de permanecerem ou saírem do campo? Quais as principais experiências e estratégias de re-existência com as quais esses jovens estão envolvidos e como elas se territorializam? Que contribuições os jovens educandos dos cursos de Educação do Campo e da Agroecologia estão aportando para os territórios?

Portanto, o nosso objetivo principal é compreender de que forma os modos próprios de compreender, pensar e partilhar a vida influenciam as predisposições dos jovens do Assentamento Primeiro de Junho de intervir sobre o destino coletivo de seu território e na decisão de permanecerem ou saírem do campo.

Como objetivos específicos de nossa pesquisa, enumeramos os seguintes pontos:

1. Identificar elementos que caracterizem a relação dos jovens com seu território no que diz respeito às dimensões política, econômica, sociocultural e ambiental.
2. Investigar as trajetórias de vida desses jovens para perceber como as relações com o território são construídas, destacando os principais fatores que contribuíram para sua formação.

⁹ Optamos pela grafia do termo “Bem Viver” sem o hífen, no intuito de darmos ênfase à unidade de sentido entre os dois termos da expressão.

3. Compreender as territorialidades que os jovens constroem em sua relação com o assentamento.
4. Identificar formas de re-existência dos jovens desenvolvidas no assentamento, refletindo sobre suas fortalezas e vulnerabilidades.

A partir de nossas conversas iniciais com a juventude do Assentamento, formamos uma equipe coordenadora da pesquisa-ação, com 14 integrantes, contando com:

- minha participação e de mais um integrante do Mestrado em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa, sendo este último também um jovem assentado, do Assentamento Dom Orione, localizado em Betim/MG;

- nove jovens educandos da Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza e Agroecologia da UFV, moradores do Assentamento Primeiro de Junho;

- dois jovens do curso técnico em Agroecologia do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, campus Governador Valadares;

- uma jovem da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com ênfase em Ciências Sociais.

Cabe destacar que, os cursos de Educação do Campo com os quais os jovens estão envolvidos são frutos de conquistas propiciadas pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), instituído pelo decreto nº 7.352, de novembro de 2010, e pelo Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), instituído em 20 de março de 2012. Configuram-se, portanto, como uma conquista importante dos movimentos sociais no sentido de assegurar a inclusão dos jovens no ensino superior de uma forma que contemple os princípios pedagógicos do Movimento Por uma Educação do Campo.¹⁰

Quanto à Agroecologia, podemos dizer que ela pode ser entendida como um campo do conhecimento que funde ciência, movimento e prática, e “fornece os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agro-ecossistemas produtivos e conservadores dos recursos naturais, apropriados culturalmente, socialmente justos e economicamente viáveis” (ALTIERI, 1999, p.9). As bases da Agroecologia são os conhecimentos tradicionais dos povos

10 O início do movimento pode ser situado por ocasião do 1º ENERA (Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária) realizado em 1997. Nasce das experiências educativas do MST e sob inspiração de práticas da Educação Popular que já se difundiam no Brasil desde a década de 1950. É motivado pela necessidade de superar a desigualdade histórica que vivia o campo em relação à educação e visando contrapor-se ao modelo de Educação Rural que vinha sendo implantado pelo Estado. Projeto que surge dos próprios movimentos e organizações do campo, valorizando os saberes-fazeres desse território (MUNARIM, 2011).

que cultivavam em harmonia com a terra e os seres nela viventes. Hoje, como movimento, a Agroecologia considera o diálogo entre os saberes científicos e populares das mais diversas culturas, atualizando esses saberes em relação às questões epistêmicas, sociais e ecológicas de nossos tempos.

Além de uma produção agrícola sem o uso de agrotóxicos, sem transgênicos, a partir das sementes crioulas e do respeito à terra, a Agroecologia abarca também em suas propostas, a necessidade do debate feminista, dos direitos LGBT, da igualdade racial, a valorização da cultura popular camponesa, da Educação do Campo, da medicina alternativa. O MST fez sua opção política pela Agroecologia em seu V Congresso Nacional, em 2000. Desde então, vem incentivando a transição e a produção agroecológica nos assentamentos, assim como a formação dos assentados em cursos técnicos e de graduação em Agroecologia.

Ao todo, são onze mulheres e três homens em nossa equipe de coordenação da pesquisa. A tabela abaixo mostra a composição da equipe que pertence ao Assentamento Primeiro de Junho, excluindo-se os dois estudantes do Mestrado em Extensão Rural.

Equipe de Pesquisa-ação participativa do Assentamento Primeiro de Junho

Instituição	Número de Participantes
Licenciatura em Educação do Campo/UFV	9
Licenciatura em Educação do Campo /UFES	1
Agroecologia/ IFMG	2
Total	12

Tabela 1: Composição da Equipe de Pesquisa-ação do Assentamento Primeiro de Junho por instituição e curso. *Fonte:* Elaboração própria

Para elaborarmos o projeto dessa pesquisa, realizamos cinco encontros preparatórios durante o Tempo Escola¹¹ dos jovens na UFV. Em nosso primeiro encontro, iniciamos pela dimensão do “Sonhar”, uma das etapas do Planejamento Estratégico Participativo Consensual, ou *Dragon Dreaming*¹², metodologia organizada por John Croft (1991) que estrutura o

¹¹ Um dos fundamentos da Educação do Campo é a Alternância, em que os educandos passam um período em aulas formais, dentro da instituição de ensino, (o Tempo Escola), alternado com outro período em que realizam atividades práticas em sua comunidade (Tempo Comunidade). (SILVA, L. H, 2003)

¹² Esse processo será abordado mais detalhadamente no capítulo sobre a metodologia

desenvolvimento de um projeto em quatro principais dimensões: sonhar, planejar, realizar e celebrar. Essa primeira dimensão envolve o momento em que “tomamos consciência das questões e da motivação que sustentam e põem em andamento o projeto” (SIMAS, 2013), criando, desde o plano imaginário, uma visão comum do que desejamos, alinhando pensamentos, sentimentos e expectativas. O exercício imaginário evoca aquilo que desejamos realizar.

No “círculo dos sonhos”, sentamos em roda e cada jovem é convidado a falar seus sonhos para o projeto, passando a vez para quem está ao seu lado. A roda pode girar várias vezes até que o grupo sinta que a lista de sonhos está completa. Listamos abaixo os principais sonhos que os e as jovens elencaram em relação ao que esperavam de uma pesquisa-ação-participativa com o tema da permanência dos jovens no campo:

1. Potencializar o grupo de jovens¹³ politicamente. Estruturar e organizar o grupo.
2. Entender qual a real necessidade hoje dos jovens saírem do assentamento; já que o lado financeiro já está melhor e muitos já conseguem permanecer;
3. Construir o empoderamento da pertença ao MST, à roça, à comunidade. Fortalecer vínculos.
4. Ampliar a integração dos jovens à comunidade, fortalecer o diálogo entre as gerações.
5. Aumentar os vínculos ente juventude e comunidade.
6. Resgatar a pertença dos jovens ao MST.
7. Que os jovens passem a ter uma visão mais ampla e clara da vida no campo.
8. Fazer esse círculo dos sonhos com o grupo de jovens do assentamento e outros.
9. Que o processo seja celebrativo, com “comes e bebes” e que envolva a cultura local.
10. Realizar um documentário sobre a juventude do assentamento.

A partir da partilha de sonhos e expectativas para a pesquisa, foram elaborados os objetivos do projeto. No decorrer do processo tanto as perguntas iniciais quanto os objetivos reconfiguraram-se um pouco, redirecionando também os caminhos teóricos. Visando facilitar

¹³ Referem-se nesse caso ao grupo JUFTER (Jovens Unidos Frutos da Terra), grupo de jovens já organizado no assentamento.

o entendimento sobre nossa jornada, cabe elucidar que esta dissertação se organiza da seguinte forma:

- Nesta introdução apresentamos nosso problema de pesquisa, uma breve revisão da literatura, justificativa, nossos objetivos, metodologias e caminhos teóricos com os quais escolhemos trabalhar.

- No segundo capítulo, buscaremos compreender nosso território de estudo, o Assentamento Primeiro de Junho, a partir do contexto da região em que se insere: o Vale do Rio Doce, região historicamente marcada por intensos conflitos de terra.

- No terceiro capítulo, faremos um aprofundamento teórico sobre a temática da permanência da juventude no campo e também sobre a noção de território que utilizaremos. Posteriormente, apresentaremos o levantamento da percepção da juventude sobre seu território e sua relação com ele em várias dimensões, o que nos permitirá identificar alguns elementos de sua visão de mundo, suas memórias, sonhos, conflitos e contradições.

- No quarto capítulo trataremos de reflexões sobre a territorialidade da juventude, discutindo as relações de pertencimento com o território, especialmente a partir de suas memórias e sonhos para o futuro.

- No quinto aprofundaremos as reflexões sobre o vínculo com o lugar a partir da relação da juventude com a natureza e com o MST em seu atual momento histórico.

- Nas considerações finais faremos uma avaliação do processo da pesquisa-ação participativa, relatando seus encaminhamentos práticos dentro da comunidade e apresentando uma síntese de nossas análises, com destaque para a contribuição dos cursos de Educação do Campo e Agroecologia no fortalecimento dos vínculos da juventude com seu território;

É importante destacarmos que o momento histórico no qual se desenrola nossa pesquisa é um momento de grande vulnerabilidade para as populações camponesas, assim como para os indígenas, quilombolas e toda a classe trabalhadora do Brasil. Devido ao contexto do golpe político, ocorrido em 2016, vêm acontecendo, sucessivamente, cortes de grandes dimensões em diversos direitos sociais adquiridos. Em especial, acontece um retrocesso de muitas conquistas obtidas nos últimos quatorze anos. Período esse em que o país experimentou pela primeira vez na história um governo de esquerda, que, ainda que envolvido em diversas contradições, possuiu uma base popular jamais vista na história brasileira. Como exemplo das perdas que impactam diretamente nosso tema de pesquisa, podemos citar o fechamento imediato do

Ministério do Desenvolvimento Agrário, que vinha coordenando diversas políticas voltadas para a juventude do campo e o corte de verbas para os cursos de Licenciatura em Educação do Campo.

Nesse contexto, nosso trabalho faz-se atual e relevante, na medida em que contribui para refletirmos sobre um modelo de desenvolvimento, ciência e política que é gerador de desigualdades e depredador da natureza, confluindo para a expulsão estrutural dos jovens do campo. Da mesma forma, é urgente anunciarmos e discutirmos outras possibilidades de se viver para além desse modelo, bem como fortalecer a luta para que as políticas públicas conquistadas pela e em prol da juventude do campo nos últimos anos não se percam ou retrocedam.

Quanto aos limites de nossa pesquisa, acreditamos ser importante ressaltar que por tratar da relação da juventude com seu território, que é multidimensional – englobando as dimensões social, cultural, ambiental, política e econômica – houve a impossibilidade de nos aprofundarmos em todas as dimensões. Optamos então por priorizar uma visão mais ampla e talvez perder as especificidades de cada dimensão. Esperamos que essa pesquisa sirva de base para outros pesquisadores que desejem aprofundar-se em aspectos diversos.

Essa pesquisa-ação participativa, além de ativamente incorporar os “sujeitos da pesquisa” como seus atores e coautores, teve o intuito de contribuir, junto com a população local, para o fortalecimento dos laços afetivos, ativos, propositivos que “enlaçam” as/os atores da pesquisa em seus territórios camponeses. Além disso, consideramos que nossa pesquisa é também uma ação-reflexiva acerca do próprio fazer acadêmico e da extensão rural em tempos de crise e transição nos quais vivemos atualmente.

1. 2 Teorias e metodologias para sentir e pensar os territórios

"E então nós vimos tudo isso e pensamos em nossos corações o que vamos fazer. "
Sexta declaração da Selva Lacandona, Exército Zapatista de Libertação Nacional.

Os caminhos teóricos e metodológicos de nossa pesquisa são guiados por nosso entendimento de que a ciência moderna privilegia o saber moderno-racional-ocidental em detrimento de outros saberes, sobretudo os dos povos subalternizados e culturas tradicionais (SANTOS, 2009). Privilegiando também a dimensão mental/racional do saber, a ciência

moderna exclui ou coloca em segundo plano outras dimensões humanas do saber, como o saber das experiências cotidianas/locais, a oralidade, a corporeidade, a ludicidade e o afeto.

De acordo com Santos (2005) a ciência moderna fechou-se em si mesma, desprezando outras formas de saber e conseqüentemente, desperdiçando muita experiência humana. Tudo o que não era enquadrado no modelo científico do pensamento cartesiano era considerado inferior, atrasado, ou simplesmente era invisibilizado.

Portanto, trabalhamos nessa pesquisa numa proposta de ciência articulada a uma ecologia de saberes (SANTOS, 2009), na qual dialogam saberes científicos e populares. Entendemos que o posicionamento da ciência moderna junto aos saberes historicamente inferiorizados não diz respeito a uma postura subjetiva para a ciência, ao contrário, assume uma postura que garante sua objetividade, porém, contra uma suposta neutralidade.

Objetividade, porque possuímos metodologias próprias das ciências sociais para ter um conhecimento que queremos que seja rigoroso e que nos defenda de dogmatismos; e, ao mesmo tempo, vivemos em sociedades muito injustas, em relação às quais não podemos ser neutros (SANTOS, 2009, p. 23).

Nesse mesmo caminho, acreditamos ser necessário passar da pesquisa solitária para a pesquisa solidária. Fazer da experiência acadêmica, tão centrada no egoísmo intelectual produtivista e competitivo, um processo mais vivo, coletivo, sensível, compartilhado e cooperado. Também percebemos a necessidade de passar do “informar” para o “transformar”, na medida em que muito é produzido constantemente pelas universidades e demais centros institucionalizados do saber, porém, muito pouco desse conhecimento é realmente utilizado para a transformação da realidade social.

Assim, definimos nossa abordagem nos rumos de uma Antropologia Dialógica, como proposta por Dennis Tedlock. Pois, na medida em que não apenas observamos a vida na comunidade, mas entramos em relação com ela, convivendo com os outros, falando sobre o que observamos e refletindo sobre o vivido com os participantes, abrimos espaço para o diálogo antropológico que abrigará um novo repertório de conhecimentos. O conhecimento gerado a partir desse encontro não será um conhecimento produzido pelo pesquisador, mas ao contrário, um conhecimento construído ao mesmo tempo na esfera da intersubjetividade e interobjetividade humanas (TEDLOCK, 1983).

A antropologia dialógica é um processo de diálogo que “por si só indica processo e mudança” (TEDLOCK, 1983, p. 185) ao passo que a antropologia analógica envolve a

substituição de um discurso por outro e indica um produto, um resultado. Nesse sentido, aproveitamos a flexibilidade que algumas correntes da Antropologia têm buscado construir, tanto na forma da escrita como no seu próprio fazer, apresentando-se como um campo das Ciências Sociais que tem permitido maior abertura ao sensível e à presença do outro no texto.

Sob esse prisma, optamos por trabalhar com a pesquisa-ação participativa (BRANDÃO, 1985) como nossa principal matriz metodológica, construindo a pesquisa junto com a juventude do Assentamento Primeiro de Junho. E optamos também por trabalhar com maior ênfase teórica a partir da teoria crítica latino-americana que vem sendo produzida nas últimas décadas, como *Pensamento Decolonial*. Segundo Mancilla (2014), o Pensamento Decolonial pode ser entendido como um conjunto de teorias e práticas no campo das Ciências Sociais, Educação, Filosofia, Geografia, dentre outros, cujo eixo articulador encontra-se no movimento de grupos subalternizados na luta por sua emancipação. Possui a sua genealogia ligada à Teoria Social Latino-Americana, da África e da Ásia, em diálogo crítico com a teoria marxista e com a teoria pós-colonial. O pensamento decolonial reconhece que existem diversas formas de produzir conhecimento e modos de viver, e que esses saberes, ligados a diversos povos e tradições que vêm sendo historicamente excluídos, são fundamentais atualmente para uma transição paradigmática que conduza a uma sociedade justa.

Trabalhamos em nossa pesquisa com alguns conceitos que vêm sendo utilizados por autores decoloniais e/ou pelos próprios movimentos sociais camponeses e indígenas, como *re-existências*, *Bem Viver*, a tríade *território-territorialização-territorialidade*, dentre outros. Priorizaremos os autores da América Latina, por estarem contextualizados com a realidade local e a produção teórica dos movimentos sociais.

Nossa postura ao lidar com a teoria e com a prática numa perspectiva decolonial envolve um trabalho profundo e bastante desafiador. Não desejamos pensar o território a partir de um ponto distante, mas sim, sentipensar *com* a terra, *com* os povos, *com* os territórios (ESCOBAR, 2014). Essa expressão, “sentipensar”, ficou conhecida através de um dos pioneiros da investigação-ação participativa, Orlando Fals Borda (1986), que apre(e)ndeu essa noção a partir da cosmovisão de uma das populações tradicionais da Costa Atlântica com a qual trabalhou. Esse povo, assim como outros povos originários, não considera essas duas dimensões do ser humano – o pensar e o sentir – tão separadas uma da outra como a cultura ocidental. Os zapatistas também nos falam dessa conexão entre o pensar e o sentir na sexta declaração da Selva Lacandona: "E então nós vimos tudo isso e *pensamos em nossos corações* o que vamos

fazer.” Nesse trecho os zapatistas mostram a intrínseca conexão entre o pensamento, o sentimento e a ação em sua práxis revolucionária.

O sentipensar resgata a dimensão ética do conhecimento e podemos considerá-lo uma prática rebelde no contexto acadêmico que prioriza o racional como esfera legítima da produção do conhecimento. O sentipensar está represado nas academias, porque os sentimentos são constantemente silenciados e convidados a ocupar outro lugar que não a pesquisa ou o texto científico.

Nesse sentido, a pesquisa-ação participativa repousa sobre essa busca da conexão entre o pensar, o sentir e o fazer, a partir das contribuições de três principais pensadores: Brandão (1985), Fals Borda (1986) e Freire (1967). Segundo Brandão (1984), o pesquisador deve possuir “um compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir” (p. 12).

Para Brandão (1984) e Fals Borda (1990), a pesquisa-ação participativa consiste em um enfoque de investigação social por meio do qual se busca a participação da comunidade na análise de sua própria realidade, com objetivo de promover a transformação social para o benefício dos participantes da investigação. Essa metodologia de pesquisa tem sido utilizada visando diminuir a distância entre pesquisadores e pesquisados na produção do conhecimento acadêmico, sobretudo em contextos em que os pesquisados estão em situação de exclusão ou marginalização.

“Só se conhece em profundidade alguma coisa da vida da sociedade ou da cultura, quando através de um envolvimento – em alguns casos, um comprometimento – pessoal entre o pesquisador e aquilo, ou aquele, que ele investiga. (...) Em boa medida, a lógica, a técnica e a estratégia de uma pesquisa de campo dependem tanto de pressupostos teóricos quanto da maneira como o pesquisador se coloca na pesquisa e através dela e, a partir daí, constitui simbolicamente o outro que investiga” (BRANDÃO, 1984, p.8).

Em síntese, buscamos articular a pesquisa-ação participativa aos debates decoloniais, tecendo uma noção ampliada de pesquisa-ação-participativa-decolonial. Consideramos também um mosaico de metodologias, que passa pelo diálogo e experimentação de diversas tendências, práticas, técnicas, movimentos, ideias que borbulham em nosso caldeirão local-global.

Nesse sentido, concordamos com Walsh (2013) e Brandão (2017) na compreensão de que é importante estarmos abertos a uma vasta gama de possibilidades metodológicas e

pedagógicas que estão constantemente surgindo e ressurgindo na própria vida e prática de movimentos sociais diversos.

Las pedagogías decoloniales, así, no remiten a la lectura de un panteón de autores; tampoco se proclaman como nuevo campo de estudio o paradigma crítico. Se construyen en distintas formas dentro de las luchas mismas, como necesidad para críticamente apuntalar y entender lo que se enfrenta, contra qué se debe resistir, levantar y actuar, con qué visiones y horizontes distintos, y con qué prácticas e insurgencias propositivas de intervención, construcción, creación y liberación. (WALSH, 2013 p. 63-64)

Além disso, cabe lembrar que todo conhecimento é também autoconhecimento. (SANTOS, 2005). Então, nosso próprio “como fazer” (metodologia) é reflexo de materiais que encontramos, vivenciamos e que se mesclam em nossos itinerários (trans)formativos vida afora. Coisas que muitas vezes chegam em nosso caminho sem que possamos prever, mas que incorporamos, passamos a carregar conosco e vão refletir-se em nossos trabalhos. Por isso, é difícil trabalhar com uma metodologia fechada. A metodologia real será sempre uma insurgência dos materiais educativos vivos que os seres carregam, para além das metodologias planejadas. De toda forma, é fundamental que as metodologias gerem experiências significativas e que haja uma constante avaliação conjunta dos processos, para que os caminhos possam ser reafirmados ou redefinidos sempre que necessário.

Em nossa pesquisa, como dissemos na introdução deste trabalho, utilizamos desde metodologias clássicas da Educação Popular às metodologias do “GAIA Education”, que dialogam com discursos de transição do Norte Global¹⁴, citados por Escobar (2014), como o movimento de Ecovilas.

Nesse contexto da pesquisa-ação participativa (BRANDÃO, 1985), associamos a metodologias típicas da Educação Popular (FREIRE, 1967; 1981) como os Círculos de Cultura, as rodas de conversas e as conversas informais, algumas outras metodologias e técnicas que vêm de propostas vivenciadas na Educação GAIA, como o Planejamento Estratégico Participativo Consensual, ou *Dragon Dreaming* e o Café do Mundo (CROFT, 1991; SIMAS, 2003). Utilizamos também algumas técnicas do Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador, como a “Caminhada Transversal”, os “Mapas da Comunidade”, os “Cenários de

¹⁴ Escobar (2014) afirma que no Norte Global alguns dos principais discursos e movimentos de transição para “outros mundos possíveis” são o movimento pelo Decrescimento, as Ecovilas, o movimento Cidades em Transição.

Futuro” (EXPÓSITO 2010; GONTIJO, 2005). E ainda a metodologia de História de Oral (BOSI, 1883; 1993) e a Observação Participante. Após a primeira fase de levantamento dos dados, utilizamos outras metodologias para a fase de ação de nossa pesquisa, como: o Intercâmbio Agroecológico, baseado na metodologia “Campesino a Campesino” (MACHÍN SOSA et. al, 2012) e a Sistematização de Experiências (HOLLIDAY, 1998).

Nosso método de análise envolveu a “sistematização de experiências”¹⁵ (HOLLIDAY, 1998) e a análise de conteúdo (BARDIN, 2011). A partir daí, foi possível promover checagens das interpretações possíveis dos fatos observados, por meio do coletivo, para que o pesquisador não se tornasse refém de um dos dilemas da pesquisa-ação participativa: fazer um *processo* participativo, porém, posteriormente elaborar um *produto* (a análise do processo, que se concretiza do texto da dissertação) conduzido apenas por ele.

Essas técnicas/metodologias também visam ir além do nível mental-individual como dimensão privilegiada para o levantamento das informações. Buscamos trabalhar com práticas que consideram também as emoções, o lúdico, a dimensão corporal, o uso de desenhos e atividades dinâmicas, sempre numa busca pela horizontalidade, pela auto-gestão da pesquisa e pelo questionamento da própria prática. Essas metodologias trabalham com a inteligência e a sabedoria coletiva, privilegiando processos grupais para o levantamento das informações e também para a análise.

Apostar nessas metodologias participativas, num período curto de pesquisa, como é o do mestrado, foi um movimento desafiador de dar ouvidos a esse anseio por uma experiência significativa, para nós e para os “outros” envolvidos.

Apresentamos a seguir um quadro das metodologias que trabalhamos em relação aos nossos objetivos nessa pesquisa.

15 Holliday, Oscar Jara. Para sistematizar experiências. San José, Costa Rica: ALFORJA, 1998

Objetivo	Metodologias
1. Identificar elementos que caracterizem a relação dos jovens com seu território, no que diz respeito às dimensões política, econômica, sociocultural e ambiental.	Café do Mundo, Caminhada Transversal, Círculo de Cultura, Conversas informais, Observação Participante, Mapa da Comunidade, Roda de Conversas
2. Investigar as trajetórias de vida desses jovens para identificar como as relações com o território são construídas, destacando os principais fatores que contribuíram para sua formação.	Conversas informais, História Oral
3. Compreender a relação dos jovens com o seu território e suas motivações a realizarem intervenções sobre ele.	Análise das entrevistas e materiais produzidos pela pesquisa. Sistematização de experiências Pesquisa bibliográfica.
4. Identificar as formas de re-existências dos jovens desenvolvidas no assentamento, refletindo sobre suas fortalezas e vulnerabilidades	Círculo de cultura, conversas informais, observação participante, cenários de futuro, mutirões

Tabela 2: Metodologias relacionadas aos objetivos da pesquisa. *Fonte:* Elaboração própria

A metodologia do Intercâmbio Agroecológico não está diretamente ligada aos objetivos iniciais da pesquisa, mas foi utilizada a partir de novos objetivos que surgiram como frutos de nossa pesquisa-ação. Nesse caso, foi utilizada a partir da demanda de fortalecer a produção agroecológica.

De um total estimado de 95 jovens vivendo atualmente na agrovila do Assentamento¹⁶, nossa pesquisa envolveu 26¹⁷ jovens, que participaram dos dois encontros de pesquisa-ação realizados no assentamento, sendo que desses, 12 jovens foram convidados ainda a contribuírem de forma mais aprofundada por meio de entrevistas sobre sua trajetória de vida,

¹⁶ Destacamos que a pesquisa foi realizada na área da Agrovila do Assentamento, que é uma parte do Assentamento Primeiro de Junho, sendo que existe uma separação histórica, como aprofundaremos mais à frente, entre esse grupo e a outra parte, chamada “Limeira”.

¹⁷ Os dois “Encontros de Pesquisa-ação da Juventude do Primeiro de Junho” envolveram ao todo cerca de 35 jovens. Porém, como a entrada e saída nos espaços do encontro era fluida, assim como a participação no primeiro e no segundo encontro também variou, conseguimos sistematizar de forma objetiva os dados referentes a 26 jovens, que estiveram mais presentes nos espaços.

com base na metodologia de História Oral. Nossos principais momentos de coleta de dados foram durante a realização do I Encontro de Pesquisa-ação da Juventude do Assentamento Primeiro de Junho e do II Encontro de Pesquisa-ação, realizado três meses depois. O número de jovens participantes dos encontros variou de 15 a 35, oscilando de acordo com o período e o dia. Alguns adultos, lideranças importantes na comunidade, foram convidados pelos jovens a participarem dos encontros e deram também testemunhos importantes que foram gravados e nos ajudaram a dialogar com a juventude sobre o território.

Em nossa pesquisa, utilizamos inicialmente a pesquisa bibliográfica, a partir de uma revisão sobre o tema, utilizando a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações¹⁸, pesquisando trabalhos a partir da busca pelas palavras-chave “juventude” e “assentamentos”. Utilizamos também publicações disponíveis na Biblioteca Virtual do site do MST¹⁹, relacionadas ao tema “juventude”. Nas pesquisas nesses dois bancos de dados, nos limitamos aos trabalhos publicados no período de 2007 a 2017, que é o recorte histórico de nossa pesquisa. Optamos por esse recorte em virtude da indicação de Castro (2009) de que o período dos últimos dez anos foi uma marco para a constituição da juventude do campo como ator político. Para além desse recorte histórico, utilizamos algumas obras clássicas que tratam da questão da permanência dos jovens no campo.

As entrevistas e diversas falas das rodas de conversa foram gravadas, transcritas e analisadas. Destacamos também que a maioria das fotos utilizadas em nosso trabalho foram tiradas pela própria juventude.

Para análise dos dados, nos valem da técnica de “análise de conteúdo”. Quando se analisa uma temática através dessa técnica pode-se coletar as informações, transcrever e dividir o texto em alguns temas principais e, eventualmente em subtemas (BARDIN, 2011). Posteriormente, para dar significados aos discursos de modo geral, foram subdivididos os conteúdos dos relatos e enquadrados em algumas categorias de análise com base na relação entre os relatos dos entrevistados e o referencial teórico da pesquisa.

A restituição dos dados à juventude aconteceu como uma socialização coletiva constante durante o processo de construção da pesquisa, sendo realizada em várias etapas, à medida em que os dados foram sendo analisados à luz da teoria. Foram feitos encontros para a Sistematização de Experiências da pesquisa junto aos jovens, para que acontecessem trocas e o

¹⁸ <http://bdtd.ibict.br/vufind/>

¹⁹ <http://www.mstemdados.org/biblioteca/teses>

contraponto de diferentes perspectivas sobre os resultados preliminares, visando a construção de uma narrativa comum sobre essa experiência. Com esse procedimento, foi possível somar à interpretação da pesquisadora, outros saberes que reafirmavam tal interpretação, contradiziam ou geravam novas interpretações. O texto semi-final da dissertação foi compartilhado com todos os jovens. Três deles leram e fizeram novas contribuições ao texto, o que resultou na presente versão final.

CAPÍTULO 2

LUTA INDÍGENA, CAMPONESA E SEM TERRA NO VALE DO RIO DOCE

Neste capítulo, buscaremos contextualizar nosso território de estudo, compreendendo melhor o histórico dos conflitos territoriais da região em que o assentamento está localizado – o Vale do Rio Doce – e da principal região de onde vieram os assentados – o Vale do Mucuri.

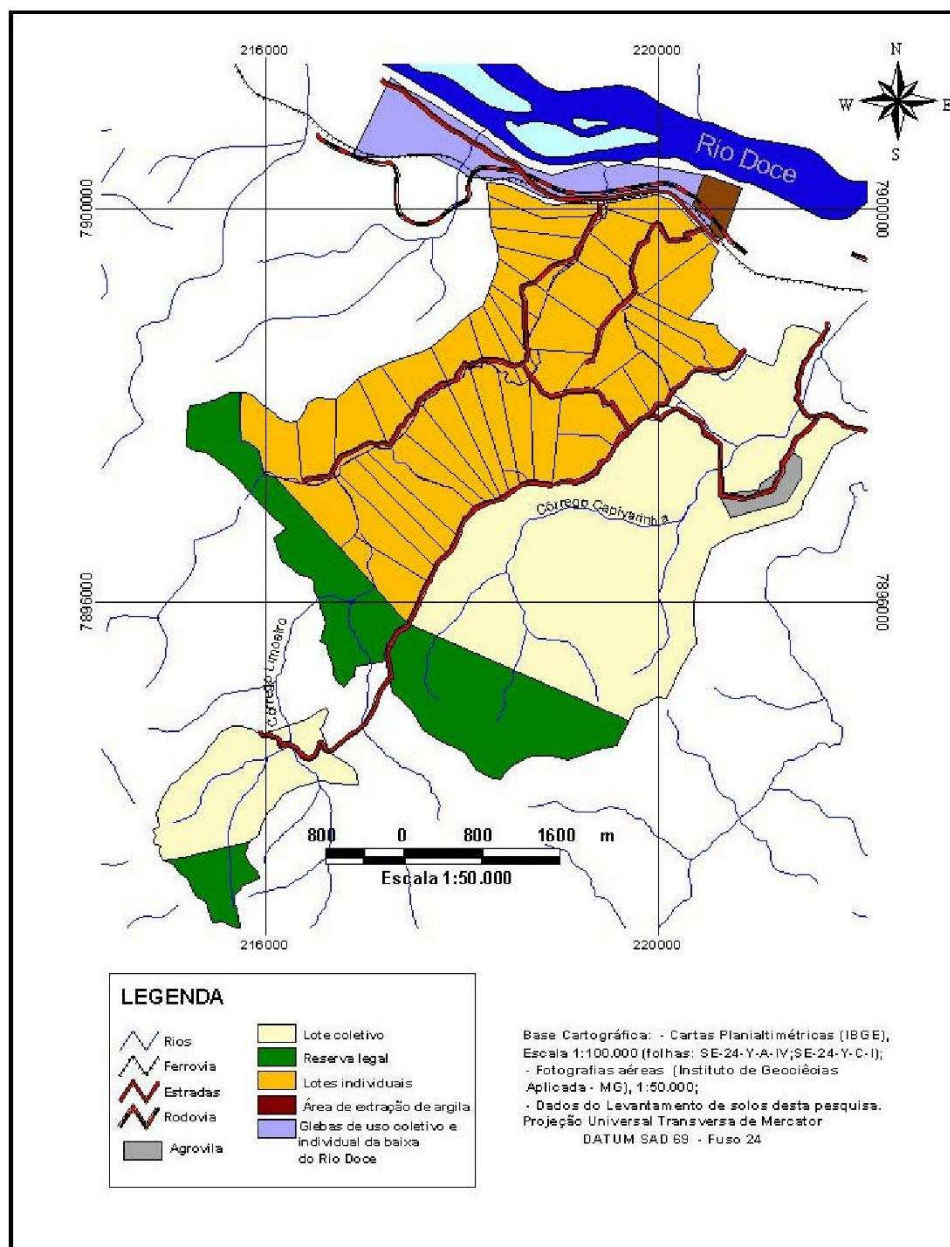


Figura 1: Mapa do Assentamento Primeiro de Junho, na Bacia do Rio Doce.

Fonte: FREITAS, H. R., 2005, p. 17

2.1. A luta indígena no Vale do Rio Doce

A região leste de Minas Gerais, onde se localiza o Vale do Rio Doce, ficou por cerca de trezentos anos, impedida de ser povoada pela Coroa Portuguesa. A Coroa buscava evitar que nessa área houvesse a passagem da população da região das minas para o litoral, no intuito de manter apenas um caminho oficial para o escoamento do ouro e dos diamantes, evitando assim o contrabando. Por isso, essa região ficou conhecida como os “Sertões do Leste” e, devido ao seu isolamento, foi um dos últimos refúgios dos índios “botocudos” (MERCADANTE, P., 1973).

“Botocudos” era a nomenclatura genérica utilizada pelos brancos para se referirem a diversos grupos étnicos²⁰ que eram caracterizados como “índios bravos” e que normalmente utilizavam botoques como adornos labiais ou auriculares. Eles também eram chamados de Aimorés ou Tapuias e pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê (PARAÍSO, 1992). Esses indígenas ficaram acoados no litoral, onde os brancos se estabeleceram inicialmente. Aos poucos foram recolhendo-se para os sertões, escondendo-se dos processos de expansão territorial nacional.

Após o declínio do ciclo do ouro, no século XVIII, com a liberação da ocupação dos sertões do Leste, a Mata Atlântica começou a ser severamente explorada. As novas opções econômicas eram a agricultura, o comércio e a pecuária, sendo os grandes rios os locais escolhidos para concentrarem novas zonas de povoamento, pela facilidade de escoamento da produção. No processo de povoamento das novas áreas, a abertura de rotas era respaldada por incentivos para a instalação de colonos, iniciativas de aldeamentos indígenas para pacificação e exploração da mão de obra dos mesmos e um intenso aparato militar. Fazia parte desse aparato: a instauração de quartéis, os destacamentos e os presídios, para fazerem frente à resistência indígena. Montou-se um verdadeiro sistema de “guerra justa” e caça aos índios. (PARAÍSO, 1992).

Nesse contexto, o genocídio em massa dos botocudos começou com a carta régia de 13 de maio de 1808, com a Declaração de Guerra de Extermínio a esta etnia, por parte do Rei Dom João VI. No total, foram três cartas régias dando diretrizes para o extermínio indígena,

²⁰ Dentre essas etnias podemos citar: Aknenuk, Etwet, Nep-nep, Nakrehé, Takruk-karak, Gutkrak, Nakshapmã, Krenak, Mifiajirum, Jiporok, Minajjirum, Pojixá, Naknenuk, Krakmun, Pejaerum. (PARAÍSO, 1992, p. 419; p. 420)

justificado pela necessidade de “civilizar” o país. Em meados do século XIX, aldeias inteiras já tinham desaparecido do mapa (ALVES E ALVES, 2008).

Os botocudos reagiam, a seu modo, à devastação de seus territórios. Resistiam aos aldeamentos, dos quais fugiam com frequência e organizavam ataques às fazendas próximas. Neste tempo, era comum a prática de captura das crianças indígenas, chamadas de “Kurukas” que eram vendidas para fazendeiros, juízes e nobres. Alguns importantes ataques dos botocudos às fazendas próximas foram em função do resgate de Kurukas capturados (PARAÍSO, 1992; SILVA, 2011).

Com o prolongamento da guerra e o gradual extermínio em massa, pequenos grupos indígenas passaram a procurar os aldeamentos para se entregarem, assolados pela perda dos territórios e pela fome. A primeira região que foi considerada “pacificada” neste processo de guerra foi a do Jequitinhonha e, posteriormente, o Rio Doce, sob o comando de Guido Tomaz Marlière, designado em 1813 para administrar os índios da região. Para fugirem da sua ação, muitos índios dirigiram-se para o Vale do Mucuri, que só foi dominado após 1847 pela ação da Companhia do Mucuri, liderada por Teófilo Ottoni. Entre 1800 e 1850 estabeleceram-se entre os Rios Pardo e Doce cerca de 73 aldeamentos e 87 quartéis. Em torno dos quartéis e aldeamentos foram surgindo pequenas vilas, que reuniam aventureiros, índios, comerciantes, artesãos, etc. Com o tempo, esses aglomerados tornaram-se sedes de importantes municípios (PARAÍSO, 1992).

Como afirmou Cunha (1992), a problemática indígena no século XIX deixava de ser uma questão de captura de mão de obra para tornar-se essencialmente uma questão de conquista de terras para a expansão e consolidação do Estado-Nação brasileiro, o que se verifica no caso do Vale do Rio Doce.

Já no começo do século XX, a região foi marcada pela construção da estrada de ferro Vitória-Minas, da Companhia Siderúrgica Vale do Rio Doce,²¹ que avançou sobre os últimos redutos dos botocudos. Esse período foi influenciado pela onda positivista que se fortalecia no Brasil, especialmente nas escolas militares. Sob o lema de “ordem e progresso”, novas instituições foram criadas para subsidiar o ingresso do país no processo de desenvolvimento que estava em curso. É o caso do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1920 pelo

²¹ À época, a empresa era estatal. Hoje é uma poderosa multinacional, responsável, junto com as mineradoras Samarco e a australiana BHP Billiton pelo crime ambiental do rompimento da barragem de rejeitos que atingiu o Rio Doce em 2015.

Marechal Rondon²², no intuito de promover o processo civilizatório dos índios. Segundo a perspectiva do órgão, estes necessitavam ser tutelados pelo Estado até que fossem progressivamente civilizados e inseridos na sociedade. De toda forma, as relações do órgão com os indígenas eram ainda tensas e conflituosas (BARRETO e EITERER, 2015).

De acordo com Paraíso (1992), em 1918, o SPI negociou junto ao Estado a criação de uma área de 2000 hectares como reserva para os Krenak²³, ampliados para 4.000 ha em 1920. Infelizmente, já em 1921, essa reserva que havia sido concedida aos Krenak era alvo da prática do arrendamento de terras indígenas pelo SPI para trabalhadores que chegavam à região. Em 1955, com a descoberta de uma mina de mica dentro da terra da reserva indígena, houve uma pressão muito grande da sociedade para retomada das terras indígenas pelo Estado. Cabe ressaltar que a mica já vinha sendo explorada na região desde o período que marca o início da Segunda Guerra Mundial, com a finalidade de ser utilizada na confecção de armamentos e radares. Era, portanto, um grande atrativo econômico para a região (REGINO, 2007).

Nesse sentido, o SPI cedeu à pressão transferindo os índios para uma área Maxacali no Norte do Estado. Junto aos Maxacali as condições de vida eram muito ruins, pois além dos conflitos que vivenciavam por serem os Krenak e os Maxacali grupos rivais, os indígenas passavam fome, frio e estavam sujeitos a diversas doenças que acabavam levando-os à morte. Em 1959, os Krenak voltaram a pé para a estação Krenak no Rio Doce, onde ficaram por um longo período sem assistência. Durante esse tempo, alguns foram enviados para um posto indígena no estado de São Paulo (PARAÍSO, 1992).

O SPI foi extinto em 1967, sob diversas acusações de corrupção e omissão diante dos maus tratos, submissão ao trabalho escravo e práticas de tortura infringidos aos índios nos postos indígenas que ficavam sob sua responsabilidade. O órgão foi substituído no mesmo ano pela criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), existente até os dias de hoje. Em 1969, já no período ditatorial, foi criado o Reformatório Agrícola Indígena, na área Krenak, em Resplendor, Médio Rio Doce, dentro do Parque Estadual de Sete Salões (BARRETO E EITERER, 2015). Segundo os autores, o reformatório ficava sob administração militar e, na prática, funcionava como um presídio que reunia todos os índios considerados desordeiros e perigosos. Não havia período de reclusão determinado, nem assistência psicológica. Os índios

²² Rondon, uma das principais personalidades na formulação da política indigenista nesse período, havia sido aluno de Benjamin Constant, uma referência do positivismo no Brasil.

²³ Cabe destacar que a etnia que conhecemos hoje como Krenak é fruto de um grupo dissidente de outra etnia maior, que lutou e resistiu bravamente a diversas tentativas de capturas e aldeamentos. O grupo era liderado por um índio conhecido como Capitão Krenak.

tinham suas rotinas rigidamente controladas e eram submetidos a trabalhos forçados e castigos. (BARRETO e EITERER, 2015)

Em 1971, o presídio e os Krenak foram transferidos para a Fazenda Guarani, no município de Carmésia/MG. Outra transferência traumática e violenta, que implicou num processo de desterritorialização e conseqüentemente, reterritorialização que durou cerca de dez anos. Em 1980, com a ajuda do Conselho Missionário Indígena (CIMI) e outros grupos simpatizantes à causa indígena, os Krenak conseguem retornar à sua região de origem, no Vale do Rio Doce, onde estão até hoje na reserva conquistada: a Terra Indígena Krenak, na região de Resplendor. (PARAÍSO, 1992).

Atualmente, os Krenak ocupam uma área à margem esquerda do Rio Doce e sonham em retomar o Parque de Sete Salões, uma região com cavernas amplas no alto de um morro, com o qual possuem uma relação ancestral e mítica. É o local onde acreditam estar os espíritos de xamãs e caciques que protegem seu povo e também é o local em que se refugiavam e realizavam cultos quando eram atacados e perseguidos. (MEDEIROS, 2015)

Os “botocudos” lutaram e resistiram aos colonizadores e aos militares da forma que puderam: foram constantes subjugações, humilhações, torturas, processos de expulsão e de incansáveis retornos desses povos a essas terras, na busca de se estabelecerem definitivamente em seus territórios ancestrais. Ailton Krenak, importante militante indígena pertencente a essa etnia, afirma que a Constituição de 1988 foi um marco importante para os indígenas, pois mobilizou uma pressão popular muito grande para que a relação do Estado com o índio mudasse. Após a constituinte, Ailton acredita que houve o fortalecimento da identidade indígena, a busca pela retomada de sua história e a intensificação da luta pelos direitos indígenas. Porém, afirma que “O Estado parece uma daquelas feras que ficam mansas, mas, de vez em quando, ainda comem alguém” (KRENAK, p. 199). Ele lembra ainda que seus ancestrais dizem que a guerra não terminou.

2.2. A luta camponesa no Vale do Rio Doce

Os processos de expulsão dos camponeses de seus territórios e sua resistência guardam semelhanças com os processos de expulsão dos índios da região. Ambos os povos e seus modos de vida eram vistos como empecilhos aos processos desenvolvimentistas liderados pelas elites do país, ao longo da primeira metade do século XX.

Como exposto na seção anterior, até a década de 1930, o Vale do Rio Doce caracterizava-se por ser uma região pouco povoada, de mata atlântica, rica em árvores frondosas, em água abundante, madeira de lei e terra boa para plantar e colher, inclusive culturas como arroz e milho. Além disso, a região também era rica em pedras preciosas, mica e berilo (PEREIRA, 1988; MORAES, 2013).

Devido à grande quantidade de terra boa e disponível, em função do processo de povoamento tardio da região, a região do Rio Doce atraía diversos migrantes que vinham do Nordeste brasileiro no fim do século XIX, expulsos pela seca e pelo latifúndio. Esses grupos tornaram-se posseiros, estabelecendo-se com suas famílias e dedicando-se ao cultivo da agricultura familiar (PEREIRA, 1988).

Então, foi na primeira metade do século XX, no contexto da construção da rodovia Rio-Bahia, concluída em 1948, que se iniciou uma intensa corrida pela exploração da madeira, pelas pedras preciosas ou pela mica e berilo. A valorização da região despertou o interesse dos grandes proprietários de terra pelo local. Assim, os posseiros, que com trabalho árduo desbravavam as matas do Vale e arriscavam-se nas primeiras plantações, logo depararam-se com a figura dos grileiros, que reivindicavam serem os legítimos donos daquelas terras. Esses eram normalmente grandes fazendeiros, coronéis, ou enviados dos mesmos. Com sua influência política e suas milícias armadas os grandes fazendeiros acabavam expulsando os posseiros de suas terras e esses, por sua vez, iam para as cidades mais próximas, em especial Governador Valadares, viver nas periferias ou transformavam-se em meeiros (PEREIRA, 1988; MORAES, 2013).

A ampliação das propriedades dos coronéis destruía tanto a mata nativa quanto a diversidade da agricultura praticada pelos posseiros, na medida em que a principal destinação das terras passava a ser a pecuária, que trazia consequências negativas para a terra, gerando compactação do solo e erosão. Assim, os grileiros fizeram sua fortuna especialmente na década de 1940 e 1950, enquanto a paisagem nativa que reinava foi sendo substituída pela devastação da Mata Atlântica, pela escassez de água, pelo empobrecimento do solo e pelo surgimento de erosões e voçorocas (PEREIRA, 1988; MORAES, 2013).

Somando-se aos latifúndios dos grandes coronéis, podemos afirmar que a paisagem do Vale do Rio Doce também foi impactada de forma considerável pelos projetos de industrialização empreendidos pelo país na primeira metade do século XX. Nesse período foram implantados pelo Estado grandes projetos nas áreas de siderurgia e mineração e o espaço

nacional precisava ser ordenado e adequado a esses objetivos. Nesse sentido, a região do Rio Doce atraía o olhar capitalista, que via nas montanhas da região o potencial para a extração do ferro e manganês; nas matas, o potencial da extração das “madeiras de lei” e de lenha para a siderurgia; nos rios o potencial da força hidráulica para produção de energia para a indústria e um importante canal de escoamento para a produção mineral (ESPÍNDOLA, 2000, 2015).

Logo, era fundamental o controle das matas e dos rios, como recursos que gerariam riquezas econômicas, permitindo o sucesso dos empreendimentos capitalistas. A ferrovia Vitória-Minas possibilitaria o escoamento da produção mineral, especialmente do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais (onde estão as grandes siderúrgicas Acesita e Usiminas) para os portos de Vitória. Nesse cenário, índios e camponeses dedicados à agricultura e à criação de animais, eram personagens que não cabiam nos modernos projetos nacionais.

Na medida em que os conflitos entre posseiros e grileiros se acirraram, surgiu o primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Governador Valadares com o intuito de organizar os trabalhadores do campo para lutarem por seus direitos. Pela intensidade de sua atuação, o sindicato de Valadares logo influenciou a criação de novos sindicatos em cidades próximas, sendo que esses, apesar de terem sofrido intensas perseguições e ameaças, obtiveram importantes conquistas para os trabalhadores da região (MORAES, 2013).

No princípio da década de 1960, os coronéis uniram-se sob o pretexto da ameaça comunista que rondava o país e fortaleceram sua rejeição ao governo de João Goulart que pretendia realizar importantes Reformas de Base no país, dentre elas a Reforma Agrária. Diante disso, a onda de violência no campo aumentou e, devido aos embates violentos junto aos camponeses locais, o Vale do Rio Doce passou a ser reconhecido como uma região marcada por uma das mais violentas lutas pela terra no Brasil, principalmente no período entre 1940 e 1960. Posteriormente, no período da ditadura, as lutas persistiram intensas, com processos violentos em que direitos sociais básicos eram negados a essas populações.

Os intensos processos de sindicalização iniciados na década de 1950, assim com a mobilização popular empreendida pela Igreja Católica por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) foram as sementes para a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Leste de Minas, um ator importante que surge no cenário do Vale para dar prosseguimento às lutas dos trabalhadores, como trataremos na seção seguinte.

2.3. A resistência Sem Terra emerge no Mucuri e deságua no Rio Doce

A partir das décadas de 1940 e 1950 acentuaram-se em todo o leste mineiro os conflitos de posseiros, meeiros e arrendatários contra grandes proprietários que buscavam expulsá-los. Nesse contexto, em 1962, no Vale do Mucuri, foi criado o primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais, legalizado, em Minas Gerais, na cidade de Poté. O sindicato foi criado por um grupo de jovens, auxiliados por um padre alemão, em função da crescente exploração, expulsão e desamparo dos trabalhadores locais. As comunidades de Poté participavam, também por influência do padre, dos cursos do Movimento de Educação de Base²⁴, através de transmissões radiofônicas. A partir das formações que recebiam, foram incentivados a viajar pela região auxiliando a formação de novos sindicatos, ação que contribuiu, mais tarde, para a formação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), em 1968. Além da influência da Igreja Católica de base popular no Vale do Mucuri, fazia-se presente também o PCB, que atuava na organização dos trabalhadores, inicialmente através das Ligas Camponesas e mais tarde incentivando a sindicalização (ZANGELMI et al., 2013).

Com o governo de João Goulart, as pressões populares pela Reforma Agrária ganhavam cada vez mais força. De 1961 a 1964 a luta intensificou-se, especialmente após o Congresso Camponês realizado em Belo Horizonte em 1961. Governador Valadares tornou-se um pólo importante da resistência camponesa e de pressão pela Reforma Agrária, tendo inclusive, um papel importante no acirramento dos conflitos entre os interesses das classes populares e das elites que desencadearam o Golpe Militar de 64 (PEREIRA, 1988).

Em 1964, existiam 40 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em 36 municípios de Minas Gerais (ZANGELMI et. al, 2013, p. 314). Porém, após o golpe militar houve forte retração do movimento sindical, aumento da concentração fundiária e grande parte dos sindicatos foi colocado na ilegalidade. (ZANGELMI et al., 2013)

Após 1964, a influência dos Círculos Operários Cristãos, organizados por setores mais conservadores da Igreja, prevaleceu sobre os movimentos sindicais e direcionou o perfil da FETAEMG, fundada em 1968 e filiada à Confederação Nacional dos Trabalhadores da

²⁴O Movimento de Educação de Base foi criado pela Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB) e era financiado pelo governo federal, com o objetivo de alfabetizar e politizar a população por meio de transmissões de rádio, com base no método Paulo Freire.

Agricultura (CONTAG). A influência dos Círculos fazia com que os trabalhadores rurais se envolvessem em ações mais individualizadas, deixando a reforma agrária em segundo plano. Mesmo assim, outros grupos continuaram atuando dentro da Federação (como o PCB e as Ligas Camponesas), pensando ações mais estruturais para a melhoria da vida no campo. (ZANGELMI et al., 2013)

Durante a ditadura militar, os impactos da Revolução Verde sobre o campo e a repressão violenta do governo aos movimentos sociais, agravaram a situação de pobreza, expulsão das terras e violação de direitos sofridas pelos trabalhadores rurais. Nesse período, a Igreja Católica progressista desempenhou um papel fundamental de Educação Popular de base, mantendo os trabalhadores mobilizados. Segundo os assentados do Primeiro de Junho (Coelho et al., 2007), as Dioceses de Teófilo Otoni e Araçuaí eram polos importantes de atuação da Igreja Católica e ajudaram a formar a identidade de trabalhador sem-terra na região.

Descrevemos abaixo um trecho da história da formação do MST em Poté e da primeira ocupação contada pelos próprios atores, hoje assentados do Assentamento Primeiro de Junho. O texto foi elaborado por uma turma do EJA, em 2007, numa parceria com a UFV:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Minas Gerais nasceu em 1985, no município de Poté, região do Vale do Mucuri, depois que duas pessoas participaram do Primeiro Congresso Nacional do MST realizado em Curitiba/PR, em janeiro do mesmo ano.

Em Poté, teve início a organização dos primeiros grupos de trabalhadores Sem-Terra do estado, cujos passos determinantes foram a realização da Primeira Assembléia Municipal de Trabalhadores Sem-Terra e a formação da Primeira Coordenação do MST, que expandiram o processo de articulação e organização para outros municípios da região.

A CPT, coordenada pelo padre Jerônimo, detectou a necessidade de organizar os trabalhadores rurais sem-terra que representavam vários municípios no Vale do Mucuri e Jequitinhonha. Depois de várias reuniões, esses membros da CPT sentiram necessidade de ajudar esses trabalhadores. Então, convidaram algumas lideranças para discutir a implantação do Movimento Sem-Terra de Minas Gerais.

Esses primeiros encaminhamentos foram dados, em Poté, pelo padre Jerônimo e por Armando, Francina, José de Poté, Adilson, Gilson, Tião Peixinho, Marlene, Juca do Rio Grande do Sul, Valdomiro, José Miranda e Antônio Coisinha.

A partir de várias reuniões, decidimos expandir o trabalho de mobilização para várias regiões e cidades como Ladainha, Novo Cruzeiro, Pavão, Águas Formosas, Ouro Verde, Belo Oriente (hoje Novo Oriente), Frei Gonzaga, Itaipé, Frei Gaspar e Teófilo Otoni. Nas comunidades rurais dessas cidades foram formados núcleos de Sem-Terra, que recebiam apoio de pessoas das cidades, de lideranças da Igreja [Católica] e de sindicatos de trabalhadores. Depois de várias reuniões, foi decidido que ia ser feita a primeira ocupação.

*Contudo, essa ocupação só se realizou em **1988**, nos dias do Carnaval, quando já haviam grupos organizados em 11 municípios dos vales do Mucuri e Jequitinhonha. Essa ocupação reuniu mais ou menos 300 famílias na **Fazenda Aruega**, de 950 ha, localizada no município de **Novo Cruzeiro**. Essa ocupação possibilitou a mobilização da sociedade civil e religiosa de todo o Estado, em favor da desapropriação da fazenda.*

Mesmo com a repressão imposta aos trabalhadores, foi implantado o primeiro assentamento do MST no Estado. As lembranças de Aruega ainda povoam o imaginário de muitos assentados do 1º de Junho. Aquela experiência marcou o rompimento de muitos com parte de suas famílias e com a situação de meeiro. Os enfrentamentos foram enormes, mas o sentimento que ficou foi de uma árdua vitória e de uma conquista de todos (COELHO et al., 2007, p. 11-13).²⁵

Da primeira ocupação em Aruega até chegarem a Tumiritinga, as famílias excedentes, que não puderam ser assentadas em Aruega, ainda passaram por seis longos anos de sucessivas peregrinações, expulsões, violências e abandono.

Apresentamos abaixo uma linha do tempo que nos permitirá observar a trajetória dos trabalhadores sem-terra de Aruega até a ocupação da Fazenda Califórnia, hoje o Assentamento Primeiro de Junho.

- **1988** (fevereiro): Ocupação da Fazenda Aruega, em Novo Cruzeiro.

- **1988** (outubro): Famílias excedentes ocupam a Fazenda Sapezinho. Sofrem despejo oito meses depois. Acampam no terreno de um pequeno proprietário em Itaipé, onde permanecem por seis meses.

²⁵ Considerarei fundamental a inserção desse trecho no texto, na medida em que ele expressa a voz dos próprios assentados contando sua história.

- **1989** (fim do ano): Os acampados de Itaipé e outras famílias que vinham de Aruega ocupam a Fazenda Bela Vista num distrito de Teófilo Otoni. Parte das famílias que vinham de Aruega foram barradas na BR 116 pela polícia e foram forçados a ir para Lajinha em Teófilo Otoni. Já o grupo de Itaipé foi agredido pela polícia quando chegou em Bela Vista. Tiveram seus bens quebrados, sementes perdidas, 40 trabalhadores foram presos, 6 ficaram feridos e diversas crianças ficaram por dias perdidas na mata. Os presos foram levados posteriormente para Lajinha.

- **1989 – 1992**: Permaneceram em péssimas condições em Lajinha, um lote de 600m² que não possuía estrutura física para receber aquelas famílias. Muitas crianças morreram por infecção e atropelamento. Nesse período, alguns militantes foram mobilizar o Noroeste de Minas e o Triângulo Mineiro, porém, em ambas as regiões a repressão foi muito violenta e alguns companheiros foram presos, torturados, sofreram violências e humilhações.

- **1992**: Algumas famílias que estavam em Lajinha foram assentadas na Fazenda Santa Rosa e no Córrego das Posses, a 9km de Itaipé. Outro grupo foi mandado pelo INCRA para a Fazenda do Craúno, em Pedra Azul, onde a terra era ruim, com muitas pedras e cobras. O grupo passou dezoito dias no ônibus, sem descarregar, para não ser abandonado naquele local. Posteriormente, esse grupo foi abandonado em Itaobim, na BR 116, pelos caminhoneiros e motoristas dos ônibus. Ficam mais dos dezoito dias na beira da estrada, em péssimas condições. Com a ajuda do bispo de Araçuaí, foram levados para Ponto de Marambaia, onde permaneceram por mais de um ano (entre janeiro de 1992 a maio de 1993). O local também situava-se à beira de estrada, onde morreram muitas crianças por atropelamentos.

- **1993**: O MST encontra a Fazenda Califórnia, em Tumiritinga, que já estava em processo de desapropriação. Cento e cinquenta pessoas ocuparam a Fazenda no dia primeiro de junho de 1993, às 6h da manhã e, assim, surgiu o Assentamento Primeiro de Junho.

Observando essa incansável luta dos Sem Terra, é impossível não comparar sua trajetória ao sofrimento dos indígenas da região, em suas sucessivas peregrinações pelos vales do Doce e Mucuri. Inclusive, os Sem Terra que ocuparam a Fazenda Califórnia, assim como os índios que perdiam seus “kurukas”, também possuem em sua história lembranças muito trágicas da perda de suas crianças, pois muitas ficaram perdidas nas fugas em momentos de ataques policiais ou morreram por atropelamentos, doenças e fome (COELHO; BOTELHO, 2009). E podemos inclusive conjecturar que muitos Sem Terra são os descendentes desses indígenas que

um dia foram expulsos dessas terras, passaram a viver em situações degradantes junto aos grandes fazendeiros e agora retornam mais uma vez em busca de sua *Terra Prometida*.

Portanto, podemos compreender que, para pensarmos o território do Assentamento Primeiro de Junho precisamos compreendê-lo como um território entrelaçado com múltiplos outros territórios. Este não é um território que possa ser definido sem a alusão às lutas indígenas, aos Vales do Mucuri e Jequitinhonha quando começaram sua busca pela “Terra Prometida”²⁶, sem as caminhadas e peregrinações empreendidas sob a bandeira vermelha do MST, sem a história dos que chegaram ali e dos que ficaram pelo caminho. A compreensão do território passa pelas histórias, pelas vivências do passado e do presente relacionadas a ele, pelos anseios e sonhos com o futuro. Aqui lembramos Tim Ingold (2012): não vivemos um mundo de objetos isolados e sim de *coisas* interligadas, que se definem umas em relação às outras. Coisas que têm vida. Assim, percebemos os territórios como *coisas* que têm uma vida pulsante e dialogam entre si. Enfim, a conquista do assentamento é o fim de um ciclo, mas o início de outro que traz também muitos desafios.

²⁶ A ideia de uma “Terra Prometida” onde “o povo de Deus” viverá livre da opressão, onde haverá fartura e paz, está presente nos textos bíblicos, mas encontra ressonância também em algumas cosmovisões indígenas, como é o caso da busca do povo guarani pela “Terra Sem Males”. A ideia da busca pela Terra Prometida é muito presente no imaginário Sem Terra, devido à influência cristã junto à formação do movimento, especialmente por parte das Comunidades Eclesiais de Base e Comissão Pastoral da Terra.

CAPÍTULO 3

RASTREANDO A TERRITORIALIDADE

3.1 Os territórios da (s) juventude(s) do campo

Na medida em que já lançamos um olhar inicial para nosso território de estudo, nos cabe agora debruçarmo-nos sobre a compreensão dos principais sujeitos de nossa pesquisa: os jovens e as jovens.

Definir a juventude enquanto uma categoria de estudo não é tarefa fácil e, conseqüentemente, também não é simples a definição acerca do que se entende por juventude rural. A construção teórica da categoria juventude tem caminhado entre várias direções: a partir de suas características biológicas e cronológicas, a partir da substantivação/adjetivação, ou seja, pela ênfase em características comportamentais atribuídas ao jovem; e a partir de uma condição específica no ciclo da vida, histórica e socialmente construída em diversos contextos, de acordo com peculiaridades como etnia, classe, gênero (CASTRO, 2005). Nessa última perspectiva, encontram-se tendências mais críticas aos outros tipos de definições, representadas pelos trabalhos de teóricos como MANNHEIN (1982), BOURDIEU (1989) e ABRAMO (2005).

A definição em termos cronológicos, ainda muito utilizada por instituições para fins de pesquisa e para a implementação de políticas públicas é limitada, por não considerar que as idades da vida não correspondem necessariamente às etapas cronológicas, pois são construções sociais que variam de acordo com o grupo, a cultura e o momento histórico em que a juventude está inserida, numa perspectiva muito além da idade biológica (ARIÉS, 1986). Ainda assim, ela é utilizada de forma recorrente, como por exemplo, no caso das políticas públicas para juventude rural no Brasil, em que se adota o recorte de 15 a 29 anos para os beneficiários das ações da Secretaria Nacional da Juventude. Em nosso trabalho de campo, optamos por trabalhar com o critério socialmente definido de juventude, extrapolando os limites cronológicos tipicamente utilizados.

No que diz respeito à categoria “juventude rural”, também não é possível defini-la de forma única. Stropasolas (2014) adverte que ainda é muito difundida a noção de juventude rural como um modelo homogêneo e cristalizado de rural, comunidade, família e juventude. Esse modelo essencializa certas características da juventude rural em função de aspectos culturais,

econômicos ou morais ligados ao campesinato tradicional ou à visão hegemônica e excludente que a sociedade construiu sobre o meio rural. Nesse sentido, tal modelo vem sendo questionado pelos próprios jovens rurais em suas representações, pois existe uma grande heterogeneidade na juventude rural, no âmbito econômico, social e cultural. Heterogeneidade essa que, muitas vezes, não é contemplada nas pesquisas nem nas políticas públicas para essa população.

Dentro desse debate, surge também uma problematização acerca do uso dos termos “juventude rural” ou “juventude do campo”. Os movimentos sociais do campo têm optado por utilizar a segunda expressão.

Jovens do campo vem ao encontro da compreensão dessa categoria na diversidade, afirmada tanto no paradigma da educação do campo, que nega a representação da juventude na dualidade urbano/rural, onde o rural é concebido preconceituosamente como “lugar de atraso” e de condição social subalternizada, quanto no paradigma político de trabalhador da terra, que configura o cenário do campo como um palco de conflitos, no qual o jovem do campo é visto como ator transformador, ainda em processo de construção de suas condições juvenis do campo (NEVES, 2014, p.38).

Em sintonia com essa compreensão, que corrobora com o entendimento de *juventude* como categoria histórica e socialmente construída, optamos também neste trabalho por priorizar a utilização do termo *juventude do campo*.²⁷

Cabe esclarecer que quando tratamos da problemática da permanência dos jovens no meio rural, não queremos dizer que tenham que permanecer fixos no campo ou ser agricultores. Ao contrário, essa discussão reforça a importância de que os jovens precisam ter condições adequadas para viver bem no campo, caso desejem, já que atualmente as condições socioeconômicas e culturais em que se encontram grande parte da juventude do campo, limitam ou impedem as suas possibilidades de escolhas.

Nesse sentido, necessitamos situar esse “ser jovem” no contexto de uma sociedade capitalista, moderno-colonial em crise. Precisamos pensar o que é ser jovem de uma classe trabalhadora, especificamente de um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, frente às mazelas do capitalismo. Além disso, precisamos pensar o que é ser um jovem negro ou indígena, trabalhador do MST ou mais ainda: uma jovem, negra ou indígena,

²⁷ Considerando a diversidade que essa categoria engloba, ao nos referirmos à juventude do campo, estamos incluindo também a juventude dos povos das águas e das florestas.

trabalhadora, de um assentamento do MST. Percebemos então que vamos encontrar os e as jovens em situações de vulnerabilidade que se entrecruzam e sobrepõem.

Toda cultura idealiza um tipo de adulto ideal, sobre o qual são colocadas as aspirações mais ambiciosas da sociedade (FORACCHI, 1972). Por consequência, todas essas aspirações se traduzem numa carga de expectativas que recaem sobre o jovem, que entretanto, na sociedade moderna, estruturalmente desigual, não recebe os meios adequados para alcançar a vida que ideologicamente lhe é sugerida, como percebemos no trecho abaixo:

Contraditoriamente, a juventude é criada e ao mesmo tempo desperdiçada pela sociedade moderna. O que, em outras palavras, significa que todo esse potencial juvenil é aprisionado pelas condições objetivas de sua vida, efetivamente sob a ordem do capital. Não é possível à juventude se realizar plenamente numa sociedade em que os seres humanos são parciais e fragmentados, em que desejos e propósitos, normas e princípios éticos são irrealizáveis, ou o são desigualmente. Foracchi (1972) conclui então que a crise da juventude é a crise da sociedade (JANATA, 2012, p. 126).

Para Mézaros (2002) e Janata (2012), o capitalismo, em sua raiz, gera o conflito de gerações em escala crescente, especialmente pela negação do trabalho para milhares de jovens, sendo o desemprego uma das marcas na vida dos jovens na atualidade. Eis então que o potencial criativo e transformador da juventude está aprisionado pelas condições objetivas de sua vida, sob a ordem do capital. A juventude, vivendo no nível físico uma explosão de hormônios, no nível emocional uma explosão de sentimentos, no nível mental uma explosão de ideias e ideais, vê-se impedida materialmente de dar vazão a esse seu potencial. Vive a fragmentação do ser, a segregação das classes, o rígido ordenamento dos tempos e espaços impostos pelo capital, os direitos negados, a negação da capacidade de fazer história, o desemprego, a alienação política e cultural e o bombardeamento do mundo do consumo que tenta canalizar todo seu voraz potencial de vida para a satisfação descontrolada de desejos que alimentam indústrias rentáveis para o capitalismo, como a indústria das drogas, do sexo, da violência.

Se nos voltarmos para a realidade da juventude do campo, vemos como esse quadro torna-se ainda mais complexo, devido à sobreposição de vulnerabilidades a que estão expostos esses jovens como dissemos acima. Dados do Cadastro Único, da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (set. 2012), mostram que o índice de pobreza das pessoas em faixa etária jovem no meio rural é elevado. Mais de 58%, ou seja, 4.691.131 dos jovens vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, no que tange às possibilidades de obterem suas rendas mensais

no contexto rural. Destes, mais da metade vive no Nordeste brasileiro. (BARCELLOS E MANSAN, 2014, p. 204).

Somando-se a isso, os jovens do campo, além de enfrentarem as desigualdades socioeconômicas que assolam o mundo rural brasileiro, decorrentes da alta concentração de terras, falta de infraestrutura, acesso precário a direitos e más condições de trabalho (FERREIRA E ALVES, 2009; ABRAMOVAY et al., 1998), sofrem também com estigmas, discriminações e preconceitos construídos sobre povos e populações do campo em geral, que ficaram historicamente estigmatizadas como inferiores em relação à cidade (WOORTMAN, 1995).

Muitos jovens optam por deixar o campo para viverem nas cidades pela impossibilidade de verem seus projetos de vida concretizados no meio rural, em função das dificuldades de receberem uma boa formação escolar, terem um trabalho com rendimento satisfatório e/ou em virtude das dificuldades de adquirirem seu próprio pedaço de terra.

A atração pelas cidades também ocorre devido à pressão exercida sobre o imaginário, por meio da desvalorização do trabalho do agricultor e da veiculação dos ideais de progresso e modernidade associados às “facilidades da vida urbana”. Os jovens vivem um processo muitas vezes conflituoso, em que não chegam a recusar os valores do mundo rural, mas desejam ao mesmo tempo “o que tem de melhor no mundo urbano”. (STROPASOLAS, 2014, p. 179).

Na formação do imaginário e da identidade do jovem camponês, podemos afirmar que a escola e a mídia desempenham papéis centrais, como veículos que difundem os valores modernos e urbanos. No caso da escola, essa tendência é neutralizada quando existe uma escola do campo no território desse jovem, que realizará uma educação contextualizada e engajada à realidade social dos educandos.

A educação é, portanto, uma das pautas prioritárias dentro dos movimentos sociais do campo, pois as escolas que as crianças e jovens da área rural frequentam (sejam elas na área urbana ou mesmo no meio rural) muitas vezes não reconhecem nem valorizam as especificidades da cultura camponesa. Geralmente, o conteúdo ensinado nas cidades é levado sem problematização ou uma adaptação contextualizada à realidade rural, difundindo valores de um mundo “único” (CALDART, 2000).

A migração rural, como exposto anteriormente, tem seu viés seletivo, atingindo preferencialmente jovens e mulheres (ABRAMOVAY et al., 1998; CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998). No caso da migração feminina, sabemos que ela é associada aos

padrões hierárquicos e patriarcais ainda muito recorrentes no meio rural uma vez que a mulher encontra maiores dificuldades para herdar um pedaço de terra dentro da sucessão familiar e também de atuar com autonomia na esfera das relações familiares e comunitárias, o que gera uma situação específica de opressão que conduz muitas mulheres a decidirem partir (BRUMER, 2004). Em uma pesquisa no recôncavo baiano, Weisheimer (2013) também percebeu que jovens que possuem menos autonomia dentro da dinâmica agrícola/familiar são os que mais tendem a elaborar projetos de vida não ligados à agricultura.

A partir de uma compreensão de que as culturas são dinâmicas, os movimentos sociais da juventude do campo têm afirmado que é necessária a criação de espaços dentro das comunidades que estimulem o diálogo de igualdade entre os gêneros, questões de raça, etnia, sexualidade e o diálogo intergeracional, visando a problematização das hierarquias existentes, contemplando a troca de saberes, o compartilhamento de visões de mundo diferentes e o aprendizado coletivo (BARCELOS E MANSAN, 2014).

Os próprios pais, muitas vezes, possuem uma visão pessimista sobre a permanência dos filhos no campo, devido às dificuldades de viabilidade econômica do estabelecimento agrícola e ainda porque muitas vezes também estão imbuídos de um ideia de que o urbano é o lugar do progresso. Assim, desejam que algum dos filhos permaneçam na propriedade, mas colocam o sucesso profissional dos mesmos como prioridade, ainda que isso signifique a saída para as cidades. Observou-se também que a situação dos pais (financeira e de saúde) influencia muito na construção dos projetos de vida dos jovens. (PANDOLFO, 2012; BRUMER, 2014)

É importante salientarmos que a migração, muitas vezes, não significa um processo definitivo e pode ser vista tanto como aspecto da inviabilidade das condições de existência dos camponeses, quanto como recurso para a sua própria reprodução no campo, como demonstrou Klaas Woortmann (2009) ao estudar os sítios de Sergipe. Woortmann (2009) classificou três tipos de migração: a migração pré-matrimonial do filho; a do chefe da família de tipo circular e a definitiva. Nessa perspectiva, a saída de filhos da propriedade camponesa familiar e do campo em direção à cidade ou mesmo para outros espaços rurais onde serão assalariados temporários é uma antiga e crescente estratégia de reprodução da própria unidade familiar rural. Assim, desde o passado, a ida para fora da propriedade e para a cidade não é tanto uma escolha definitiva do jovem, mas às vezes é uma dinâmica da própria família camponesa.

Ainda citando o estudo de Weisheimer (2013) no recôncavo baiano, este pesquisador identificou uma relação inversa entre condições de estudo e desejo de permanecer na profissão

agrícola. Outros pesquisadores constataram que jovens rurais que estão no ensino superior, apesar de terem uma visão positiva do meio rural, não têm a intenção de atuar como agricultores, mas desejam continuar no seu território e contribuir de outras formas para o desenvolvimento local (SILVA e PAULO, 2013, apud PAULO, 2014).

Anita Brumer (2014, p. 224) faz uma síntese de diversos fatores que ao longo de suas pesquisas percebeu influenciar na permanência dos jovens no campo:

Observou-se que a perspectiva de permanência dos jovens na agricultura depende ainda, entre outros fatores: da viabilidade econômica do empreendimento, através da geração de uma renda considerada adequada pelos futuros agricultores, em comparação com as alternativas que lhes são oferecidas; da qualificação necessária para a integração do novo agricultor num mercado competitivo; das oportunidades e das estratégias de obtenção de rendas complementares às atividades agrícolas, por um ou mais membros da família; das relações que se estabelecem entre pais e filhos, no interior das famílias; das relações de gênero, através das quais existem mais ou menos oportunidades para as mulheres e das possibilidades de mudanças destas; da escolha profissional e valorização da profissão de agricultor relativamente a outras profissões; assim como da apreciação da vida no campo, em contraposição à vida na cidade, pelos novos agricultores.

Quanto à realidade específica dos assentamentos rurais, Flores e Silva (2014) discorrem sobre o caso do Assentamento Bela Vista do Chibarro, em Araraquara/SP, onde perceberam que muitos jovens têm migrado e retornado após passarem por um período de dificuldades financeiras e, principalmente, desemprego nas cidades. Quando retornam, passam a ter um novo olhar sobre o assentamento: manifestam o desejo de permanecer, buscam articular práticas para resistir e contribuir com o desenvolvimento da comunidade. Essa situação foi verificada também no grupo de jovens do Assentamento Primeiro de Junho, em que alguns jovens que passaram pelo processo da migração estão agora entre os que lideram a busca por novas alternativas para permanecerem. Observamos essa dinâmica entre os jovens do Assentamento Primeiro de Junho, onde 4 dos nossos 26 entrevistados já migraram em certo período e retornaram para o Assentamento, sendo que estes estão atualmente entre os mais engajados na construção de alternativas para poderem trabalhar e viver no assentamento.

Outro problema recorrente é que os projetos de assentamento não prevêm a continuidade das gerações (WHITAKER, 2006 apud FLORES e SILVA, 2014). Esta colocação é confirmada por dados da pesquisa do convênio Inkra/Uniara²⁸, que avaliou as políticas

²⁸ Centro Universitário de Araraquara/SP. (FLORES e SILVA, 2014)

públicas e a perspectiva de desenvolvimento local e regional dos assentamentos do estado de São Paulo e demonstrou que um dos entraves de desenvolvimento dos assentamentos está relacionado à ausência dessas políticas para a juventude.

Com isso, vemos que a questão da permanência no campo é complexa e necessitamos destacar a influência dos fatores estruturais e padrões culturais para que se evitem soluções simplistas ou isoladas para o problema da migração juvenil, como sugere Walmir Stropasolas:

Para além da proclamação retórica da importância de inclusão social dos jovens rurais e considerando as insuficiências e/ou inconsistências na realização dos direitos e das políticas públicas que contemplem os diversos grupos sociais que integram a categoria, reconhecemos que é na garantia das condições fundamentais da existência e na ruptura com as relações estruturais da sociedade que promovem a desigualdade e a exclusão que se joga o essencial da cidadania desse público (STROPASOLAS, 2014, p. 197).

Nesse sentido, os jovens ligados aos movimentos sociais do campo²⁹ têm formulado uma leitura ampla dos desafios de sua permanência, inserindo a questão no contexto de uma crise maior, gestando não só uma crítica sobre as condições de vida no campo, mas também sobre a visão de mundo que tem predominado no mundo moderno ocidental, baseada no pensamento capitalista, patriarcal, racista, urbanocêntrico. Essa crítica dialoga com os debates atuais encampados por movimentos indígenas e camponeses de várias partes da América Latina como Bolívia, Colômbia e Peru.

Como afirmamos anteriormente, a problemática da permanência do jovem no campo não pode ser vista separadamente do contexto rural brasileiro que historicamente apresenta um quadro de elevada concentração de terras e desigualdades sociais no meio rural. (MARTINS, 1986). Este quadro aprofundou-se a partir de 1970, quando o desenvolvimento rural brasileiro foi fortemente influenciado pelo modelo de desenvolvimento agrícola conhecido como “Revolução Verde”, entendido como um conjunto de práticas, políticas e pacotes tecnológicos adotados pelo país, sob influência norte-americana, visando à modernização dos processos agrícolas.

²⁹ Aqui nos referimos aos jovens ligados às entidades como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), na Via Campesina-Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), no Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e na Pastoral da Juventude Rural (PJR).

De acordo com o modelo da Revolução Verde, a modernização consistia numa adequação da produção agrícola à lógica de produção capitalista, respaldada pelo aparato científico-tecnológico que vinha se desenvolvendo no sentido de aumentar a produtividade. Isso implicava numa produção agrícola altamente mecanizada, baseada em relações de trabalho capitalistas, com a opção pelos grandes monocultivos, o uso de insumos químicos e sementes geneticamente modificadas. (FERNANDES, 2001)

Sabemos que a Revolução Verde intensificou fenômenos como o aumento da concentração de terras³⁰, a degradação de áreas naturais, o êxodo rural e a violência contra os agricultores familiares e populações tradicionais. Dessa forma, as mudanças introduzidas contribuíram para que as décadas de 70 e 80 alcançassem o ápice³¹ do êxodo rural, com a migração de grandes massas populacionais para os centros urbanos, que paralelamente exerciam grande poder de atração devido ao avanço da industrialização no Brasil. Nas últimas décadas vem sendo observada uma diminuição das taxas de êxodo³², porém o número de pessoas que migram - dois milhões de pessoas nos últimos 10 anos – continua elevado.

Para termos um panorama do quadro da desigualdade no meio rural brasileiro, dados da PNAD de 2011 explicitam que de cerca de oito milhões de famílias que residem no rural, 6,5 milhões sobrevivem com até três salários mínimos, e apenas 147 mil famílias sobrevivem com uma renda de mais de 10 salários mínimos e até mais de 20 salários.

É nesse contexto de inúmeros desafios, concretos e simbólicos, que situamos o debate sobre a permanência da juventude no campo atualmente e esperamos, a partir de nosso estudo de caso, elucidar alguns pontos que contribuam para o debate, colocando a juventude do campo como protagonista desse processo de investigação.

³⁰ A concentração de terras no Brasil continua sendo um grande problema. Dados do INCRA apontam que entre 2010 e 2014, 6 milhões de hectares passaram para as mãos dos grandes proprietários - quase três vezes o estado de Sergipe. Já o Atlas da Terra Brasil 2015, feito pelo CNPq/USP, mostra que 175,9 milhões de hectares são improdutivos no Brasil.

³¹ Esse ápice está situado no período de 1960 a 1980, quando cerca de 27 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais, configurando um impressionante êxodo rural (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 7, apud BRUMER, 2014, p. 221)

³² No período de 1990 a 2000 a taxa de êxodo rural foi de 1,31%. Já no período de 2000 a 2010 caiu para 0,65%, segundo dados do IBGE. (2000)

3.2 . O Assentamento Primeiro de Junho como um território de re-existência

Podemos afirmar que a partir dos pensamentos de Foucault (1984), Harvey (1998), e Lefebvre (2000), a teoria social passou a atribuir maior importância à noção de espaço nas análises sociais. Harvey destacou em sua obra que o “espaço e tempo são categorias básicas da existência humana” (1998, p. 225) e nesse sentido coadunava com Foucault (1984), que por sua vez, afirmava que a teoria social vinha priorizando o tempo, ou seja, a historicidade dos processos sociais, em detrimento da compreensão a partir do espaço.

No mesmo sentido, Lefebvre (2000), contribuiu significativamente para a reinserção do espaço no debate da teoria social ao defender que o mesmo não é simplesmente algo neutro a ser preenchido, mas é socialmente construído, moldado pelos seres humanos. Em síntese, para Lefebvre o espaço combina em si tanto o espaço da prática e dos fenômenos sensíveis, quanto o imaginário, os projetos, os símbolos e as utopias. (LEFEBVRE, 2000). Fernandes (2008) nos lembra que, ao analisarmos o espaço, não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, pois esses se completam, sendo que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais.

É, portanto, a partir desse entendimento acerca do espaço que chegamos à noção de território que utilizamos nesse trabalho. Como destaca Raffestin (1993), o espaço é anterior ao território. Dessa forma, o espaço, quando definido a partir de relações de poder, configura-se como um território, que pode ser concebido como “espaço simultaneamente dominado e apropriado, onde existem formas de controle por determinado grupo ou classe e no qual se criam laços de identidade social”. HAESBAERT (2002, p. 121)

Quando analisamos a jornada do MST, percebemos que os trabalhadores saem de um território dominado pelas relações de poder que sustentam o latifúndio e conquistam um território no qual buscam organizar-se segundo outras relações: de cooperação, solidariedade, reciprocidade. A partir dessas relações, o ordenamento do espaço nos assentamentos frequentemente é marcado por áreas coletivas de produção, por agrovilas que viabilizam a proximidade e o convívio entre os moradores, pela existência de centros comunitários voltados à cultura, existência de áreas verdes com matas nativas, árvores frutíferas, criação de animais, quintais fartos, símbolos grafados no espaço que remetem à luta Sem Terra.

Esse novo espaço conquistado, porém, não encerra os conflitos intrínsecos à própria vida humana. Existem desafios tanto no que diz respeito aos conflitos internos que surgem na

organização do novo território³³ (D'INCAO; ROY, 1995) quanto à conflitividade territorial permanente à qual os assentamentos são submetidos em decorrência das pressões por parte do projeto de campo e sociedade defendidos pelo capitalismo (FERNANDES, 2008). As relações e conflitos, tanto internos quanto externos, vão constantemente redesenhando os espaços.

No Primeiro de Junho, observamos alguns exemplos de como as relações ao longo da história do assentamento vão moldando os espaços. A mudança das relações de produção, com o fim da cooperativa agrícola, por exemplo, produziu novas configurações espaciais, nas quais as áreas coletivas de produção, que antes eram espaços de grande movimento e vida, foram praticamente abandonadas. A antiga sede da Cooperativa, na área central do assentamento, está atualmente em mau estado de conservação, praticamente abandonada e abriga um dos moradores que é portador de sofrimento mental. A farinheira está sem uso e o alambique é utilizado apenas por algumas famílias que continuam produzindo a cachaça. As áreas de produção coletiva foram fracionadas e transformadas em lotes individuais. Alguns altos muros ergueram-se ao redor de algumas casas da Agrovila, destoando da paisagem mais comum. Quando perguntamos aos jovens envolvidos nessa pesquisa sobre os donos dessas casas muradas, afirmaram que pertencem a pessoas que são hoje mais afastadas dos movimentos comunitários. Vemos então como espaço e relações vão moldando-se mutuamente.

Retomando a ideia de dominação e apropriação do espaço, dialogamos com Lefebvre (2000), para quem a relação de dominação está ligada às forças que controlam, racionalizam e ordenam tecnicamente o espaço, ao passo que a apropriação se refere aos aspectos práticos, subjetivos e simbólicos vivenciados no lugar, os saberes e “fazeres” locais, que geram pertencimento e identidade. Logo, entendemos que dominação e apropriação são processos que naturalmente coexistem no território. Todavia, em certas circunstâncias, os processos de dominação podem sobrepor-se aos processos de apropriação, o que gera desequilíbrio na dinâmica territorial. No caso dos assentamentos da reforma agrária, podemos associar o processo de dominação às forças do Estado ou instâncias técnicas que definirão normas de uso e ocupação do solo, por exemplo. Enquanto os processos de apropriação acontecerão principalmente na vivência cotidiana, no desenvolver das relações sociais, nos vínculos tecidos,

³³ Existem contradições entre os princípios democráticos idealizados e os desafios da materialização dessas relações democráticas no cotidiano dos assentados, ao assumirem uma vida coletiva após a conquista da terra. (D'Incao; Roy, 1995)

na produção material da vida, no tempo vivido e dedicado ao lugar, em práticas culturais, religiosas e na mística do movimento.

Nesta pesquisa, interessa-nos especialmente compreender esse processo de apropriação do espaço pelos jovens, ou seja, a territorialidade desenvolvida e sua relação com o lugar no que diz respeito ao pertencimento e à identidade. No Círculo de Sonhos, realizado com os jovens logo no início da nossa pesquisa, como citamos na introdução, 3 dos 10 sonhos falavam literalmente dos desejos de “Construir o empoderamento da pertença ao MST, à roça, à comunidade, fortalecer vínculos”; “Aumentar os vínculos entre juventude e comunidade”; “Resgatar a pertença dos jovens ao MST”.

Nas lutas sociais populares a questão do território tornou-se essencial. Povos indígenas e quilombolas, em seus discursos atuais, não lutam apenas por “terra”, lutam por territórios, e neles há uma dimensão ancestral, simbólica, mítica, que estende a terra de trabalho familiar a um território comunal de memória, história, vida coletiva e trabalho. Sob essa perspectiva, poderíamos considerar o assentamento como um caso de fronteira entre “terra familiar de trabalho” e “território comunitário e simbólico de vida”.

O território é, portanto, uma categoria ampla, que encerra muitas dimensões, e que ao longo da história vem sendo focado sob diferentes perspectivas de acordo com diferentes intencionalidades. Optamos por trabalhar com uma abordagem integradora, visando superar abordagens dualistas acerca do território, que dicotomizam o território material e o imaterial. Assim, o território envolve “a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário social” que não apenas move como integra ou é parte indissociável dessas relações (HAESBAERT, 2012, p.42.)

Para operacionalização do conceito de território, Haesbaert (2004) propõe três dimensões básicas: 1) jurídico-política, que compreende o território como um espaço de controle onde se exercem relações de poder; 2) econômica: que determina o território como produto materializado das relações de produção e/ou capital-trabalho; 3) cultural: baseada nas relações simbólicas e subjetivas do território, sendo esse uma apropriação do imaginário e/ou uma identidade socioespacial. Nessa perspectiva integradora, Fernandes (2008) também lembra que cada dimensão envolve as outras e, mesmo quando salientamos uma delas, é fundamental considerarmos os desdobramentos nas outras. Para o autor “as dimensões só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: a social, a ambiental, a cultural, a econômica etc.” (p. 13)

Buscando uma síntese entre as dimensões territoriais na forma como são elencadas por Fernandes e Haesbaert, e a partir da incursão em nosso território de estudo, optamos por considerar as seguintes dimensões para a operacionalização de nossa pesquisa: social, política, econômica, cultural e ambiental. Não destacamos a dimensão jurídica porque esta não foi enfatizada nos discursos e consideramos importante enfatizar as dimensões social, cultural e ambiental, devido à recorrência e relevância das mesmas a partir dos dados que levantamos. A compreensão e a ação, o imaginário e o vivido estão interligados em função de nosso esforço para olharmos de forma relacional e multidimensional para o território, como sugerem os teóricos citados.

Outros conceitos que nos auxiliam a compreender a relação da juventude com seu território são as noções de *territorialização* e *territorialidade*. O geógrafo brasileiro, Carlos Walter Porto-Gonçalves chega, inclusive, a falar que ao abordar território, necessariamente aborda-se a tríade território-territorialização-territorialidade. Para ele, a territorialização é entendida como um movimento de apropriação do espaço, ensejando identidades e gerando assim territorialidades específicas (PORTO-GONÇALVES, 2002).

Dessa forma, o conceito de territorialidade pode ser concebido como a maneira como se vivencia e experimenta o espaço-território. Este conceito torna-se importante na medida em que possibilita pensar a estreita relação entre o território e os vínculos com o lugar, relevante para essa pesquisa para compreendermos a relação de “pertença” dos jovens com o assentamento. Que percepções e práticas fortalecem tal vínculo com o território? Que percepções e práticas fragmentam ou enfraquecem esse vínculo? Essas são perguntas que perpassam nossa pesquisa.

Nesse contexto, Fernandes (2008) afirma que há atualmente uma disputa intensa no Brasil entre o projeto de sociedade camponês e o projeto do agronegócio, sendo que ambos necessitam territorializar-se. Os grandes empreendimentos do agronegócio avançam sobre outros territórios, como, por exemplo, os territórios camponeses e indígenas, desterritorializando esses povos. Compreendemos a desterritorialização como o binômio des-territorialização, conforme defendido por Rogério Haesbaert (2011), pois na medida em que a territorialização é uma necessidade humana, todo processo de desterritorialização implica numa re-territorialização, que pode sim, ser traumática e precária, mas não deixa de ocorrer.

Essas disputas territoriais não são apenas materiais, mas também simbólicas, atuando no imaginário. Segundo Escobar (2014), muitos dos conflitos ambientais e territoriais se referem também a visões de mundo e vida diferentes. O confronto entre essas visões de mundo

e projetos de sociedade encontra-se acirrado, na medida em que vivemos atualmente uma profunda crise de dimensões econômicas, políticas, ambientais e socioculturais.

Podemos afirmar que essa crise tem suas raízes num modelo civilizatório caracterizado por uma determinada forma de apropriação da natureza (baseada na separação e na superioridade do homem sobre a natureza); pelo modo de produção capitalista (baseado na propriedade privada dos meios de produção e no lucro); e por uma epistemologia (baseada na ciência moderna) que se pretende universal e superior a outros saberes. (PORTO-GONÇALVES, 2002; MAZZETTO, 2006; SANTOS, 2005).

Pensadores como Escobar (2014), Santos (2009), Porto-Gonçalves (2002, 2012) concordam que todos os aspectos da crise que vivemos convergem para um aspecto central: uma visão de mundo hegemônica, como se todos vivêssemos em um mundo único cujos padrões de organização política, econômica, social e cultural são os ditados pela cultura capitalista moderna. Essa visão de mundo hegemônica está ligada ao capitalismo, à modernidade, ao racionalismo, antropocentrismo, patriarcalismo, etc. Essa é uma visão de mundo que limita e tolhe a diversidade de possibilidades humanas de viver sobre a terra.

Os espaços de resistência ao Mundo-Único (MU), como denomina Escobar (2014), sempre existiram desde os primórdios da implantação do sistema capitalista e da colonização moderna, por parte dos povos subalternizados, que lutavam para assegurar seu modo de vida em seus territórios. Seja qual fosse a roupagem que tomassem, os ideais de liberdade e justiça nunca silenciaram e desenvolveram suas próprias pedagogias para seguir “sendo, sentindo, fazendo, pensando e vivendo – decolonialmente – apesar do poder colonial” (WALSH, 2013, p. 25).

A resistência oferecida pelos povos dominados ontem e hoje não é uma simples resistência, no sentido de fazer oposição a algo aplicando-lhe uma força contrária. Trata-se de uma resistência mais profunda que o geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto Gonçalves (2002), ao ressignificar o termo, chama de “re-existência”. Ou seja, esses povos são levados a buscar novas alternativas para reinventar a vida, com base em seus princípios, saberes e fazeres em meio a uma conjuntura adversa que os pressiona a aderir a um “mundo único”, a uma cultura hegemônica. Assim, retornando às nossas questões iniciais de pesquisa, para compreendermos como a juventude do assentamento pensa, sente e vive seu território necessitamos entender que esse território é um território de re-existência.

3.2.1. O encontro com o Assentamento Primeiro de Junho: Uma mancha no caminho

Nossa viagem ao longo do Rio Doce, para nos encontrarmos com o Assentamento Primeiro de Junho começa com uma mancha: o crime ambiental do rompimento da barragem de rejeitos das mineradoras Samarco/Vale/BHP Billiton, em 5 de novembro de 2015, em Mariana/MG. A barragem conhecida como “Barragem de Fundão”, localizava-se no distrito de Bento Rodrigues, a 35 km do município de Mariana/MG. A lama tóxica liberada causou morte, destruição e contaminação ao longo de todo o Rio Doce, gerando prejuízos socioambientais incalculáveis para uma das principais bacias da região Sudeste.

A tragédia-crime³⁴ que atingiu o Rio Doce é considerada a maior catástrofe socioambiental do país e o maior desastre do mundo envolvendo barragens de rejeitos de mineração, considerando-se os registros iniciados em 1915. O volume de rejeitos liberado está estimado em 60 milhões de m³ e a distância percorrida pela lama foi de 600 km até chegar à foz do Rio Doce, perpassando trinta e um municípios mineiros e quatro capixabas (MILANEZ; LOSEKANN, 2016). Tumiritinga, cidade onde está localizado o assentamento é um desses municípios atingidos.

O desastre deixou 19 mortos, destruiu os distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, impactou milhares de hectares de áreas de atividades produtivas, deixou agricultores, pescadores e comerciantes sem trabalho, devastou matas ciliares remanescentes, provocou a interrupção do turismo, de hábitos de lazer junto aos rios, elevou o nível de turbidez da água, deixando várias cidades em Minas Gerais e Espírito Santo sem água potável por várias semanas, produziu a mortandade de biodiversidade aquática³⁵ e terrestre, deixando todo um ecossistema comprometido e trazendo grande sofrimento às diversas populações atingidas. Cerca de mais de um milhão de pessoas foram atingidas (MILANEZ; LOSEKANN, 2016; LOPES, 2016). Ao todo foram 663,2 km de cursos d’água afetados e 1.469 hectares atingidos incluindo Áreas de Preservação Permanente e vegetação nativa da Mata Atlântica³⁶

³⁴ O rompimento da barragem apresenta evidências levantadas pela Polícia Civil de Minas Gerais e Polícia Federal para ser tipificado como crime ambiental, por isso nos referiremos ao acontecimento como tragédia-crime, como vêm fazendo os movimentos sociais que se articulam junto aos atingidos (MILANEZ; LOSEKANN, 2016)

³⁵ A biodiversidade do Rio, com cerca de 80 espécies, foi drasticamente afetada (LOPES, 2016)

³⁶ (BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, 2015)

Até o presente momento, após dois anos do desastre, muito pouco foi feito em termos de reparação e compensação dos danos por parte da Samarco aos atingidos. As multas impostas pelo IBAMA ainda não foram pagas pela empresa, que recorre na justiça. A ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal contra a Samarco, que estima os danos causados em 155 bilhões contra os 20 bilhões previstos no TTAC³⁷, estava suspensa até 30/10/2017. Os atingidos lamentam a morosidade do processo, a falta de diálogo e de participação efetiva das comunidades na construção dos projetos de reparação e nas tomadas de decisões.³⁸

Compreendemos que essa tragédia-crime não é apenas um fato isolado, mas precisa ser compreendida como um problema estrutural dentro de um modelo de ciência e extração mineral que prioriza o lucro ao invés de primar pelo Bem Viver das comunidades humanas e não-humanas que vivem em seu entorno, impondo assim uma dinâmica predatória ao meio ambiente (SILVA; ANDRADE, 2016).

No Brasil, a tendência é que esse cenário perpetue e se amplie devido à flexibilização do licenciamento ambiental em função da PEC 65/2012, aprovada pelo senado em abril de 2016, do projeto de Lei 2.946/2015 aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 2015, e de outros projetos que ainda tramitam na mesma linha de ação. O contexto leva a um “relaxamento na fiscalização do planejamento, construção e operação de obras desenvolvimentistas, gerando riscos incalculáveis” (ZHOURI et al., 2016, p. 36).

Esse modelo de ciência e exploração da terra e dos recursos naturais é uma das facetas de uma grave crise socioambiental que enfrentamos atualmente em nível planetário e conduz a episódios recorrentes de conflitos e injustiças ambientais (ZHOURI, 2014; ACSELRAD, 2014).

³⁷ Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, homologado em 5 de maio de 2016, 6 meses após o desastre celebrado entre a União, os governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e as empresas responsáveis

³⁸ Dados e informações provenientes de recente seminário realizado com atingidos na Universidade Federal de Viçosa, em 4 de setembro de 2017. Essas informações podem ser também acessadas em notícia no site <https://oglobo.globo.com/brasil/samarco-segue-sem-compensar-danos-quase-dois-anos-depois-da-tragedia-ambiental-em-mariana-21740655> Reportagem de 24/08/2017. Acesso em 4/10/2017



Figura 3: Prainha, situada às margens do Rio Doce, em Tumiritinga – Um dos principais locais de lazer utilizados pela comunidade para banhos, pesca e encontros. Foto: Roberta Brangioni

No caso do Assentamento Primeiro de Junho, o manejo das águas é considerado desafiador desde que chegaram ao local, pois enfrentam por vezes a seca aguda, agravada pelo clima muito quente da região, e em outros períodos, sofrem com a cheia do Rio Doce, que compromete as plantações nas terras baixas próximas ao Rio. Além disso, a água, em grande parte é salobra, e, mesmo após vinte e quatro anos de existência, muitos assentados ainda não possuem um sistema de irrigação adequado capaz de suprir as terras de produção mais altas. Com o rompimento da barragem de rejeitos das Mineradoras Samarco/Vale/BHP Billiton, em Mariana/MG, que comprometeu a vida do Rio em toda a sua extensão, a situação das águas na comunidade ficou ainda mais grave.

Com a contaminação das águas do Rio e a impossibilidade de seu uso para consumo interno, a população perfurou poços em massa, o que gerou imediatamente um rebaixamento dos lençóis. A população ficou ainda impossibilitada de pescar, teve que vender o gado que ficava às margens do rio às pressas e a um valor baixo, tendo que arcar com prejuízos econômicos. Sofreu ainda restrições relacionadas ao lazer, como por exemplo em relação ao uso da Prainha, uma das principais áreas de lazer da população de Tumiritinga, cujas águas

agora estão impróprias para banho. (Ver figura 3) Os moradores reclamam ainda da qualidade da água, que é duvidosa, apesar de laudos oficiais atestarem sua qualidade para consumo. O mal-estar após a ingestão da água e pequenas reações alérgicas são constantes.

Mas, mesmo nos encontrando num verdadeiro mar de lama, vemos que o apito do trem não pára. O apito do trem do progresso, do desenvolvimento... Para chegarmos ao assentamento, temos que atravessar os trilhos da Companhia Siderúrgica Vale do Rio Doce, por onde passa o trem, apitando várias vezes ao dia, nos lembrando a todo momento que as montanhas de Minas Gerais estão descendo rio abaixo, em forma de minério. Ouvir esse apito várias vezes ao dia no assentamento, sempre me trazia essa sensação e foi um dos primeiros registros que fiz em meu diário de campo. O apito nos lembra que esse modelo de desenvolvimento segue “a todo vapor”, mesmo quando os fatos mostram que esse modelo atinge patamares insustentáveis. O trem parece não querer ouvir que já basta e segue veloz, indiferente.

Portanto, reafirmamos que nosso território de estudo é uma região historicamente marcada por intensos conflitos socioambientais e culturais, desencadeados por um modelo civilizatório predador da diversidade biocultural. A memória biocultural dos povos tradicionais que vivem ao longo do Rio Doce vem sendo constantemente atacada, silenciada e invisibilizada. Infelizmente, essa história se repete com a tragédia de Mariana, reproduzindo episódios de racismo ambiental e colonialidade do poder (FERREIRA, 2016), em que os mais prejudicados com os danos são as populações historicamente marginalizadas da sociedade.

3.2.2 Um olhar mais próximo para o assentamento e para a juventude

O Assentamento Primeiro de Junho está inserido nesse contexto e localiza-se no município de Tumiritinga, na região Leste de Minas Gerais. O município foi fundado em 1948, possui extensão de 498,2 Km² e faz parte da microrregião de Governador Valadares, cidade com a qual desenvolve intensas relações sociais e econômicas. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, as principais atividades agrícolas são o cultivo do milho, da mandioca, banana, pecuária e extrativismo de madeira. Outras atividades econômicas que se destacam são a pesca e o trabalho nas cerâmicas municipais. Segundo o IBGE (2010), o município possui população de 6.293 habitantes, sendo a estimativa para 2016 de 6.705 habitantes.

Tumiritinga possui atualmente cinco assentamentos: PA Cachoeirinha, que abriga 32 famílias; PA Águas da Prata I, com 15 famílias; Águas da Prata II, com 15 famílias; PA Terra Prometida, com 30 famílias e PA Primeiro de Junho, com 80 famílias. (INCRA, 2016)

O Assentamento Primeiro de Junho foi criado oficialmente em setembro de 1996 e segundo o INCRA (2016) possui cerca de 80 famílias, ocupando uma área de 2608.1345 ha. Para os moradores, porém, atualmente o assentamento já deve contar com mais de 100 famílias, devido aos filhos e filhas que se casam, formam família e constroem suas moradias nos terrenos dos pais.

A área total destinada para o assentamento possui 3.011,4973ha, com reserva florestal no mínimo 20% da área total. Os lotes da Agrovila destinados à moradia, possuem cerca de 0,5ha. A maioria das casas possui fossas simples como forma de saneamento básico e o abastecimento de água na Agrovila é feito pela COPASA, Companhia de Saneamento de Minas Gerais. Quanto à questão ambiental, o assentamento herdou um solo muito degradado, pois a antiga Fazenda Califórnia era intensivamente explorada para a extração madeireira e formação de pastagens. (Parecer único de Licenciamento Ambiental – Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, PA 1º de Junho, 2008)

Como fruto das constantes lutas por melhorias e acesso a direitos, o Assentamento conta hoje com uma estrutura que contempla uma escola estadual, um posto de saúde, quadra de esportes, uma igreja católica, farinheira e alambique.

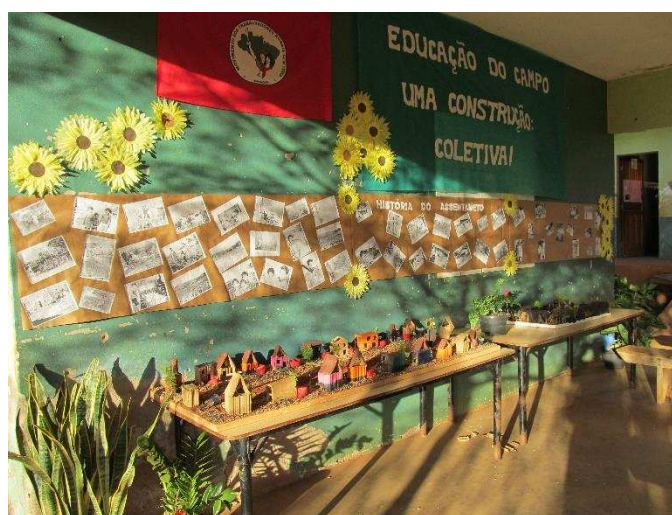


Figura 4: Escola Estadual Primeiro de Junho

Foto: Robson Ribeiro



Figura 5: Moradia

Foto: Robson Ribeiro



Figura 6: Antiga sede da fazenda

Foto: Robson Ribeiro

O assentamento é composto por duas partes visivelmente separadas no espaço: a Agrovila, com casas bem próximas umas às outras, em que vivem pessoas que anteriormente eram mais ligadas à produção coletiva; e Limeira, área que concentrou as famílias que trabalhavam a produção individualmente. Os jovens envolvidos na pesquisa, residentes na Agrovila compreendem que seu território é o assentamento e este, no imaginário deles aparece principalmente associado à parte da Agrovila. Isso porque praticamente não incluem Limeira nas suas falas sobre “nós” e nas referências coletivas que constroem. Demorei a descobrir que Limeira também era parte do Primeiro de Junho. A descoberta veio inclusive quando me mostraram um mapa do assentamento que era só a parte da Agrovila. Eu questionei se não teria

outra parte, pois já havia visto outro mapa, e a resposta foi: “É que Limeira é e não é parte do assentamento, entende?” (Lucas, 19 anos)

Para além dessa breve caracterização física, agrícola e ambiental que apresentamos do assentamento, quero descrevê-lo a partir de um olhar mais próximo, fruto de minha experiência etnográfica. Quero dizer que o Assentamento Primeiro de Junho é um lugar acolhedor de se chegar, onde encontrei sempre portas abertas, pessoas nas portas e janelas, sorrisos no rosto, comida no fogão, um convite para o café, crianças brincando nas ruas.

Um aspecto marcante que vivenciamos ao entrarmos em contato com esse local, é o forte calor da região. Um episódio cômico a respeito do clima é que um dia, em conversa com a mãe de um dos jovens, esta me perguntou o que eu estava pesquisando. Numa resposta mais simplificada, respondi que estava buscando compreender por que os jovens saíam do campo. Ela então me respondeu: “Ah, é simples. É porque aqui é muito quente. Ninguém aguenta. Se fosse mais fresco, eles ficavam.” E disse isso num tom como se minha pesquisa pudesse então se dar por encerrada. No verão, período em que estive mais presente em campo, o calor é muito forte e as pessoas ficam mais quietas em casa à tarde. Em geral, o assentamento é um lugar tranquilo e silencioso. Ouve-se com regularidade o apito do trem, da Ferrovia Minas-Vitória, que corta a cidade de Tumiritinga bem próximo ao assentamento.

Observei que os encontros e prosas nos quintais são comuns e que as caminhadas pelas ruas principais são marcadas por paradas nas casas de vizinhos, pausas para conversas ou para colher uma fruta nas árvores que margeiam o caminho. Participei de muitos desses momentos de confraternizações e conversas nos quintais e também dessas caminhadas pelas ruas que eram como romarias, de tantas pausas que fazíamos. Em cada casa que entrei, as pessoas foram acolhedoras e a maioria gostava de contar com orgulho suas histórias de luta, de resistência, de militância junto aos Sem Terra, de alegrias e esperanças. Algumas poucas mulheres disseram evitar essas histórias... diziam não gostar de lembrar dos tempos de acampamento por ser um tempo de muito sofrimento. Mas as casas em geral possuem símbolos que remetem à luta dos Sem Terra: bandeiras, cartilhas, lembranças de encontros.

As moradias são simples, mas cuidadas com afeto e muito zelo. Afinal, são uma conquista a que atribuem muito valor. Várias delas ainda estão em processo de construção ou foram recentemente reformadas com uma parte da compensação que as famílias estão recebendo pelo crime ambiental que atingiu o Rio Doce, via “Cartão Samarco”. Alguns lotes já possuem duas ou três casas, construídas pelos filhos que foram se casando. Todas possuem

quintais com árvores, flores e algumas plantas medicinais. Algumas possuem também uma pequena horta e alguns cultivos como mandioca, milho, feijão e abóbora. Em algumas casas, o banheiro ainda é externo, assim como a cozinha.

As pessoas circulam muito a pé pela comunidade, alguns andam a cavalo. Muitos possuem moto ou carro, que são importantes meios de transporte, dado que o assentamento desenvolve relações intensas com Tumiritinga e Governador Valadares e os moradores contam com poucas opções de transporte público. Muitos moradores já estão aposentados, mas possuem uma vida ativa, cuidando da roça, dos animais, das plantas do quintal e participando da vida comunitária em atividades políticas ou da igreja.

Nas refeições, observei que os alimentos mais presentes eram a mandioca, abóbora, milho, feijão, ovos, chuchu, quiabo, maxixe, amendoim e verduras que normalmente são da roça e das hortas dos terrenos das famílias³⁹. Outros itens bastante consumidos na alimentação local, como macarrão, açúcar, sal, café, arroz, farinha de trigo, cenoura, batata, cebola, alho e tomates são comprados. A carne de porco, frango ou peixe consumida também provém muitas vezes da própria criação local. Há muitos poços de criação de peixes no assentamento. São comuns sucos naturais das frutas do quintal, como maracujá, goiaba, acerola e manga. O grau de autonomia alimentar em relação aos mercados varia de família para família. Em algumas famílias observamos maior consumo externo de produtos industrializados como leite e biscoitos, sucos artificiais e mistura pronta para bolo. Algumas quitandas que se destacaram nos momentos de lanche, pelo que pude observar, foram os bolos de mandioca, biscoitos de polvilho fritos, pães feitos pelo grupo de mulheres do assentamento, queijo também feito na comunidade e os sucos naturais.

Entre as refeições principais é comum os moradores alimentarem-se das frutas dos quintais. Em um levantamento simples da agrobiodiversidade⁴⁰ que realizamos com a juventude, pudemos perceber a grande variedade de frutas presente no assentamento: caju, cajá, manga, acerola, goiaba, jabuticaba, guaraná, seriguela, graviola, pitanga, coco, limão, mamão, amora, banana, dentre outras.

Pelas conversas e acontecimentos que presenciei, percebi a comunidade unida, solidária e prestativa uns com os outros. É claro que existem conflitos e destacaram-se especialmente

³⁹ Nas minhas idas a campo sempre retornava com doações de milho, amendoim, abóbora e mudas de ervas medicinais.

⁴⁰ Realizamos um levantamento simples, em um dos encontros, a partir da memória dos jovens, e registramos os elementos levantados num cartaz.

desafetos do tempo de dissolução da cooperativa, que perduram até hoje. Mas fazem questão de afirmar que sempre ajudam uns aos outros, independente de terem mais ou menos afinidade. Acompanhei o processo de preparação do casamento de uma jovem que já vive fora do assentamento, mas desejou realizar lá a cerimônia. Esta ocorreu na quadra, com o envolvimento de toda a comunidade na limpeza do espaço, na decoração, no preparo dos alimentos. Na casa da família da noiva construíram vários fogões de barro no chão para cozinhar o alimento e diversos moradores colaboraram, ficando responsáveis por um prato diferente. Os laços de parentesco são fortes na comunidade e percebi muito respeito das crianças e jovens com os mais velhos.

Enfim, esse é o território de vida da juventude de nossa pesquisa. Nesse lugar, os locais em que os jovens mais gostam de ficar são a quadra, onde praticam esportes, o campo de futebol, os bares que possuem mesas de sinuca, e as próprias casas uns dos outros, nas quais encontram-se nos quintais e varandas para conversar e se divertir. É fato que na quadra, no campo e na sinuca, concentram-se os homens. As atividades de lazer, além dos jogos já citados, envolvem a prática da capoeira (na qual participam também várias mulheres jovens), festas na cidade de Tumiritinga, rodas para tocar violão nas casas dos amigos, reuniões de amigos para compartilhar uma refeição ou simplesmente para tomar uma cerveja.

Durante os períodos que estive em campo, observei os jovens, especialmente os mais velhos, envolvidos constantemente em muitas atividades comunitárias, organizando ações do MST, do JUFTEP, da igreja ou da escola. Um desses jovens, que acompanhei a maior parte do tempo, tinha a agenda preenchida por muitos compromissos e nos momentos em que me auxiliava com a pesquisa, se dividia entre entregar medicamentos homeopáticos pela comunidade⁴¹, auxiliar a mãe em casa, fazer um serviço ou outro no lote de produção da família, fazer trabalhos da faculdade e ainda organizar no assentamento grupos de venda de uma marca de cosméticos, para complementar a renda. Nas casas em que estive, observei os adolescentes menos envolvidos com essas atividades comunitárias. Eu costumava vê-los em casa, assistindo televisão, séries no computador ou mexendo no celular. Como já dissemos anteriormente, é perceptível no assentamento uma certa divisão e comportamentos diferentes entre duas gerações de jovens.

⁴¹ Como uma atividade ligada ao Curso de Homeopatia que a juventude da LICENA/UFV promoveu, o jovem estava encarregado de distribuir medicamentos homeopáticos que haviam sido manipulados em Governador Valadares para alguns moradores.

Não pude deixar de registrar que o celular está muito presente na sociabilidade dos jovens atualmente e alguns pais dos jovens mais novos expressam preocupação em relação ao conteúdo acessado pelos filhos nas redes sociais e pelo excesso de tempo dispendido no celular. Apesar dos aspectos negativos que o mal uso do celular pode trazer, também é importante ressaltarmos que há aspectos muito positivos viabilizados pelo mesmo, por exemplo, para nossa pesquisa, me comuniquei constantemente com a juventude por meio de um grupo do *Whatsapp* que criamos, foram os próprios jovens que tiraram grande parte das fotografias da pesquisa, filmaram com seus celulares e que mobilizaram outros jovens para os encontros por meio das redes sociais.

Entre os jovens também pude observar fortes laços de amizade e solidariedade em alguns movimentos que faziam, como a organização de festas “surpresa” para o aniversário dos amigos, o apoio a uma jovem de outro assentamento que estava em tratamento para superação do alcoolismo, o auxílio mútuo para realização dos trabalhos da faculdade e o hábito recorrente de ficarem com os filhos uns dos outros quando precisavam.

Em relação aos gostos musicais, escutam tanto músicas de raiz e músicas dos movimentos sociais, como estilos como sertanejo universitário ou alguns forró mais eletrônicos. Algumas músicas de caráter mais machista ou consumista me geraram certo estranhamento por perceber a contradição entre o debate político feito pelo MST e o conteúdo das letras. Como dissemos, percebemos a constante disputa simbólica no território, em que a indústria cultural disputa espaço com a cultura popular. Cheguei a problematizar esse aspecto com os jovens. Duas jovens manifestaram não gostar e não ouvir esse tipo de música, mas a maioria disse ainda não ter feito esse debate ou que “é difícil não escutar”.

No que diz respeito à renda, os jovens com quem conversei, que trabalham fora do assentamento, disseram trabalhar no comércio de Tumiritinga, na prefeitura, como gabionistas nas estradas, ou cuidando de gado nas propriedades vizinhas. Os que estão trabalhando no assentamento trabalham como funcionários da escola ou no próprio lote, na produção de hortaliças, mel, cachaça e leite. Algumas jovens afirmaram realizar pequenos trabalhos informais como cuidar de crianças de famílias do próprio assentamento. Trabalho é um assunto recorrente entre os jovens e há um certo fluxo entre jovens que saem e voltam para o assentamento em busca de trabalho. Durante os meses que durou a pesquisa vi um jovem que foi entrevistado e que já havia saído do assentamento, voltar. Esse jovem estava convicto de que ficaria em Nova Serrana e sonhava um dia ter uma fábrica de sapatos. Até o fim de nossa pesquisa, esse jovem já havia voltado. Vi também um jovem muito engajado à militância do

MST mudar-se para fazer um curso pelo movimento. Enfim, uns vão embora, depois voltam e ficam. Outros vão e não voltam. Outros ficam, mas pensam em ir.

3.3. O território sob o olhar da juventude a partir de um mosaico de metodologias

Prosseguiremos buscando compreender mais o lugar a partir do olhar da própria juventude, nos debruçando sobre as dimensões: política, econômica, social, cultural e ambiental do território. (FERNANDES, 2013).

Começamos nossa investigação com um levantamento simples de dados sobre as migrações dos jovens. Esse levantamento foi feito pela equipe de pesquisa-ação participativa formada pela própria juventude, a partir da rememoração da trajetória de cada jovem da agrovila, listando família por família. Os casos que deixaram alguma dúvida foram conferidos posteriormente pelo grupo, junto à família em questão. O grupo estimou que nos últimos 10 anos, de 145 jovens da agrovila do assentamento, 50 deixaram a comunidade para viver nas cidades, sendo 28 mulheres e 22 homens. Seus principais destinos foram: Nova Serrana/MG: 17; Belo Horizonte/MG: 11; Valadares/MG: 7; Tumiritinga/MG: 6; Vitória/ES: 3; São Paulo/SP: 2; Colatina/ES: 1; Novo Oriente/MG: 1; São Vitor/MG: 1; Conselheiro Pena/MG: 1. A cidade de Nova Serrana/MG tem exercido grande atração sobre os jovens que se deslocam para trabalhar nas fábricas de sapatos existentes na cidade.

Após esse levantamento inicial, nossos principais momentos de coleta de dados foram os dois “Encontros de Pesquisa-ação Participativa da Juventude” que realizamos. A partir de agora, faremos um detalhamento das principais metodologias que utilizamos nesses encontros e uma descrição inicial do que essas metodologias nos possibilitaram levantar em relação aos nossos objetivos da pesquisa. Em um próximo capítulo alguns desses aspectos abordados serão analisados de forma mais específica.

Por meio dessas metodologias, procuramos investigar a relação dos jovens com seu território em sua multidimensionalidade, ou seja, nas dimensões: política, econômica, social, cultural e ambiental (FERNANDES, 2013).

Esclarecemos que optamos por manter no texto a identidade dos envolvidos em nossa pesquisa, já que o processo foi construído conjuntamente desde o início e obtivemos a autorização dos mesmos para tal. Portanto, para referirmo-nos aos jovens, utilizamos seus nomes, seguidos da idade, por considerarmos importante destacar o recorte etário nas falas. Para outros participantes adultos, também utilizaremos seus nomes, porém sem a idade.

a) Café do Mundo

Metodologia vivenciada no Gaia Viçosa, desenvolvida por Juanita Brown e David Isaacs (2007) que consiste na criação de um ambiente acolhedor (buscamos reproduzir o ambiente de um Café) em que acontece uma conversa entre grupos pequenos a partir de perguntas geradoras. Cada grupo senta-se ao redor de uma mesa, sobre a qual colamos um papel grande e deixamos canetas disponíveis. Cada grupo conversa sobre o tema, com a liberdade para desenhar, rabiscar, expressar-se livremente em seu papel.

Após certo tempo, os grupos trocam de mesa, sendo que apenas uma pessoa permanece na mesa original para ser o “anfitrião” e colocar o próximo grupo que chegar a par das discussões dos grupos anteriores. O revezamento dos grupos pode ser feito com a mesma pergunta ou mudando-se as perguntas geradoras a cada rodada. Em nosso caso, cada rodada durou em média 20 minutos e as perguntas geradoras foram criadas a partir de temas recorrentes que apareceram nas falas dos jovens em nossos encontros prévios de preparação da pesquisa. Essas perguntas eram as seguintes: “Quem é meu povo?” “Quem sou eu?” “Como vejo o assentamento?” “O que significa a terra para mim?” Além dessas perguntas, nossa última rodada foi a partir de uma frase-problema, também pensada a partir de falas anteriores dos jovens: “A cidade é um lugar de muitas oportunidades e o campo é um lugar de atraso.”



Figura 7: Café do mundo. Construção coletiva. Foto: Grupo JUFTER

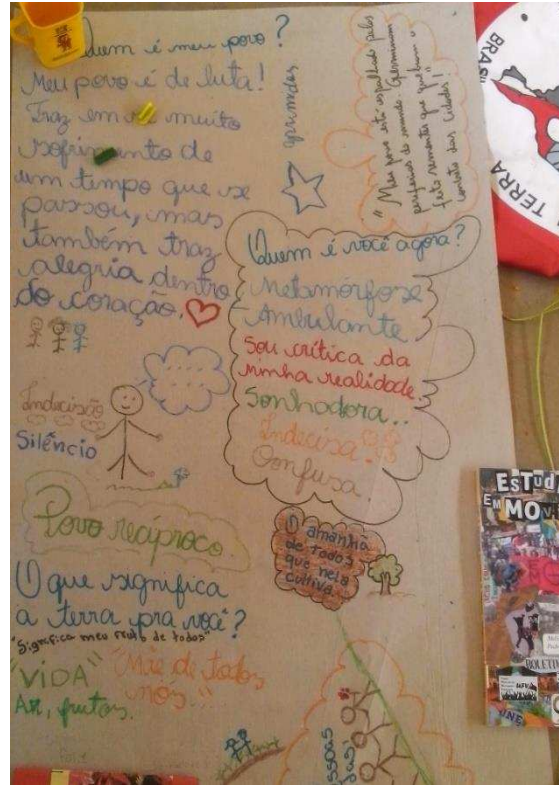


Figura 8: Café do mundo. Cartaz final. Foto: Grupo JUFTER

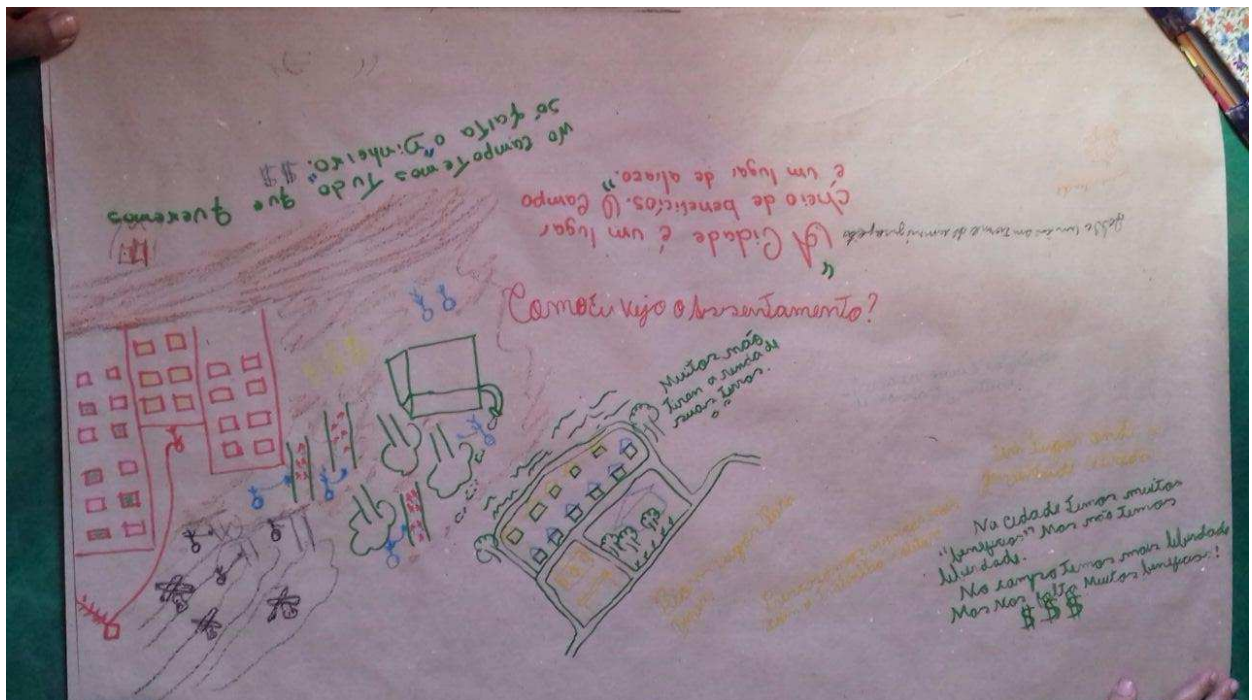


Figura 9: Café do Mundo. Cartaz final. Foto: Grupo JUFTER

Nessa dinâmica, em todas as mesas, as representações mais recorrentes foram de que o “povo” a quem essa juventude pertence é um “povo de luta”, “povo das periferias do mundo”, “os oprimidos”, “um povo de muito sofrimento, mas também muito unido e de muita alegria dentro do coração”. Foram frequentes também as referências à família e ao MST, assim como a referência ao MST como uma grande família. Observamos que há uma identificação forte com a família enquanto expressão desse povo de luta, mas também uma consciência de classe construída, que os faz expandir sua noção de “seu povo”, do limite do núcleo familiar consanguíneo a todos aqueles oprimidos aos quais se unem por uma luta comum.

Quanto à identidade pessoal, no que diz respeito à pergunta “Quem é você?” observamos registros e conversas relacionadas à identificação como jovem do campo, como um jovem sonhador e também muitas vezes predominava o silêncio nas mesas e havia uma dificuldade por parte dos jovens mais novos em definir-se de alguma forma. Palavras que apareceram com mais frequência foram: mudança, conflitos, rebeldia, dúvidas, sonhos. Destacamos algumas frases para ilustrar essa temática: “Sou jovem lutando por mais dignidade”; “Juventude sonhadora”; “Uma pessoa com muitos sonhos”; “Não faço ideia do que sou, acho que um pouco de tudo”.

Sobre a visão que possuem do assentamento, destacaram-se as percepções do local como um lugar bom para se viver, uma referência de lar, onde há boa convivência, reciprocidade, amizades. Mas, destacaram também alguns pontos negativos como a saída dos jovens para as cidades, “más influências” que estão chegando e trazendo, por exemplo, a presença das drogas para o assentamento. Além disso, destacaram a falta de estrutura, verbas e emprego. A frase “Não vejo como me manter no assentamento”, que aparece cercada por símbolos do cifrão, ilustra bem essa visão negativa em função da dificuldade de obter emprego e renda estável no assentamento.

Na visão que possuem sobre a terra chamaram a atenção atributos como “a terra é a mãe de todos”, “onde posso plantar e colher sem medo”, “fatura”, “geradora de vida”; “terra é sinal de vida no campo e na cidade”, e diversas referências ao ar puro, água e alimentos de boa qualidade. Aparece também como fonte de renda e “fonte de transformação”.

Na frase-problema sobre a relação entre cidade e campo, os jovens questionaram a cidade como lugar de oportunidades com perguntas como “Oportunidades para quem?” e frases como “Enquanto uns querem sair, eu quero voltar para o campo”. Cabe lembrar aqui que o Encontro

contou com a participação de jovens que atualmente vivem fora do assentamento. Em síntese, o campo foi representado como lugar de liberdade, de acolhimento, tranquilidade, mas também das dificuldades, como a dificuldade de obtenção de empregos e ter uma renda estável. A cidade aparece representada como lugar onde existem oportunidades de estudo, emprego e diversão, mas também solidão, individualismo, violência e pouco convívio com a natureza.

b) Círculo de Cultura

Consiste em uma metodologia da Educação Popular, desenvolvida por Paulo Freire, em que, sentados em círculo, a partir de um tema central, cada participante é convidado a falar livremente sobre o assunto. Assim, foi realizado um círculo de cultura, durante o Primeiro Encontro de Pesquisa-Ação com os temas: *capitalismo; Agroecologia; cultura*. Essas foram palavras geradoras que foram levantadas a partir das discussões que surgiram quando fizemos a leitura e a reflexão sobre os cartazes produzidos no Café do Mundo.



Figura 10: Círculo de Cultura. Foto: Grupo JUFTER



Figura 11: Círculo de Cultura. Foto: Grupo JUFTER

Nesse círculo, problematizamos algumas falas que surgiram no momento inicial do encontro, durante a apresentação pessoal dos jovens e posteriormente nos cartazes do Café do Mundo. Foi interessante observar a troca de saberes e experiências que ocorria entre os jovens da primeira geração, que possui em média 29 anos, com a segunda geração, com média de 17 anos. As falas de duas jovens mais novas refletiam a busca pelo emprego e pelo acesso a certos bens materiais da cidade que o assentamento não oferecia. Na discussão sobre o *capitalismo*, os e as jovens da primeira geração, especialmente aqueles que estão cursando licenciaturas em Educação do Campo e os que militam de forma mais presente no MST, problematizaram com elas questões como a produção estrutural do desemprego dentro da sociedade capitalista, o que é o capitalismo e quais os seus impactos em nossas vidas. Além de buscarem diferenciar o sentido do “trabalho como emprego” do “trabalho como realização humana” (MARX, 2004, 2007). Ao término do Círculo de Cultura, neste dia, foi consenso entre os jovens que o espaço proporcionou um debate e um processo de conscientização política importante junto aos jovens mais novos. A partir do entendimento sobre a estrutura desigual de classes, foram discutidos outros temas como a inferiorização histórica do campo, os padrões de consumo e beleza impostos.

Nesse âmbito, a discussão sobre *cultura* articulou-se ao tema do capitalismo, na medida em que esse sistema relaciona-se a uma cultura dominante que se impõe sobre outras culturas locais. Foi discutida a necessidade de fortalecer a cultura camponesa e o ideal do MST. De retomar práticas culturais tradicionais que estão se perdendo, como brincadeiras, cantigas e hábitos comunitários. Dentre os jovens que são mais engajados na política atualmente, estão

meninas que já tiveram a experiência de morar nas cidades e voltaram para o campo após alguns anos. Essas falaram da cultura do consumo e compartilharam que dependendo dos seus desejos, das pressões que a mídia e a sociedade te impõem para consumir, nunca há uma renda que seja suficiente e isso acaba gerando o endividamento.

A discussão sobre a *Agroecologia* auxiliou a problematização de frases que foram ditas no começo do encontro e no decorrer do Café do Mundo, como “Não quero ficar trabalhando pesado, debaixo do sol, na roça”. Algumas jovens da primeira geração questionaram se esse modelo de trabalhar pesado, debaixo do sol era a única possibilidade de trabalho na terra. Não teríamos outros modelos possíveis? Os educandos e as educandas do curso de Agroecologia, especialmente nesse momento, deram contribuições muito importantes para que o grupo como um todo refletisse sobre a Agroecologia como uma outra matriz de produção, em que é possível produzir em áreas sombreadas, com o consorciamento de plantas, sem o uso de agrotóxicos, em harmonia com a natureza, trabalhando a valorização da cultura local e a valorização da mulher. Uma das educandas terminou o Círculo com a seguinte fala: “Isso é Agroecologia: viver sem precisar destruir, viver bem, com qualidade de vida, com a natureza sadia, isso é Agroecologia.”

Percebemos que o Círculo de Cultura possibilitou a sintonia dos participantes do encontro em relação a alguns temas fundamentais para tratarmos os dilemas da permanência dos jovens no campo. Possibilitou-nos também ir observando as falas, os diferentes posicionamentos e percepções do território que os jovens possuem.

c) Roda de Conversas com intercâmbio de experiências



Figura 12: Roda de Conversas com intercâmbio de experiências. Foto: Grupo JUFTER

Foi realizada com a participação do Grupo ECOJOVEM/PJR (Pastoral da Juventude Rural), de Divino/MG, região da zona da mata mineira que tem uma forte experiência enquanto grupo de jovens camponeses agroecológicos; do Grupo JUFTER (Jovens Unidos Frutos da Terra), do Assentamento Primeiro de Junho; e de um jovem assentado e mestrando em Extensão Rural pela UFV, representando o Assentamento Dom Orione, em Betim. Os representantes de cada comunidade contaram suas histórias e as especificidades locais que enfrentam no que diz respeito à relação da juventude com seu território. Os principais temas foram a identidade camponesa, a relação dos jovens com a agricultura e as parcerias no território.

Para o grupo ECOJOVEM, a relação da juventude com a Agroecologia e seu envolvimento direto na produção é bem forte. Inclusive os três representantes do grupo apresentaram-se como “jovens camponeses agroecológicos”. Comentaram que mesmo na região onde moram, alguns estranham que se intitulem como camponeses, visto que não é um termo tão comum na região. Porém, afirmaram a importância do termo camponês como categoria de luta, aspecto com o qual concordaram os representantes das outras comunidades, como mostra a fala abaixo:

“Eu acho que a categoria camponesa, politicamente, ela é uma estratégia, porque é uma coisa mais histórica, mais de raiz e agricultor familiar é uma coisa mais recente, meio criado pela academia, em parceria com o Estado.”
(Yan, 23 anos. Representante do Assentamento Dom Orione)

Segundo o jovem do assentamento Dom Orione, a juventude de sua comunidade não tem essa identidade camponesa tão forte e não está tão organizada porque o assentamento foi fruto de um movimento que não envolveu a formação política continuada de forma muito profunda. O jovem destacou que se considera “enquanto camponês no vestir, no falar (...) acho importante essa questão da identidade com o território.”

Nesse sentido, uma jovem do Assentamento Primeiro de Junho afirmou também a necessidade de se identificarem como Sem Terra:

“Sem Terra pra mim é uma questão de identidade. Eu não sou mais Sem Terra no sentido do olhar, do poder de ter uma terra pra trabalhar nela, não é por isso, mas, sou Sem Terra por uma questão de empoderamento. Ser Sem Terra pra mim é uma questão de luta.” (Raquel, 30 anos)

A fala de Raquel reivindica a identidade Sem Terra para além do fato concreto de possuir ou não a terra, pois para ela a categoria abrange aspectos mais amplos: valores, história, empoderamento. Expressa uma luta maior, que continua, e da qual ela faz parte.

Vimos, portanto, que os representantes dos três grupos de jovens destacaram a importância da afirmação de sua identidade como força pessoal e política. Uma identidade vinculada à terra, ao campo.

Quanto ao envolvimento com a agricultura, os representantes do grupo ECOJOVEM afirmaram que a maioria dos jovens em suas comunidades trabalha na roça, inclusive eles mesmos. Cultivam suas hortas, mas uma das formas de aumentar a renda é trabalhar na colheita de café, cultura importante na região da Zona da Mata. Assim, trabalham o dia para outras propriedades, fora da família. Em Divino, os agricultores contam com a parceria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e se articulam em duas cooperativas: a Coopermata, cooperativa de trabalho, e a Cooperdom, cooperativa de produção.

Já no Assentamento Primeiro de Junho, uma das jovens afirmou que a juventude local está mais ligada ao gado, no que diz respeito à produção. A maior obrigação dos filhos é tirar leite de manhã e entregar no ponto de coleta do caminhão. Mas destacou que sentem a necessidade de que a juventude estivesse mais envolvida com a produção. Muitos que estão cursando Educação do Campo e Agroecologia apresentam hoje o desejo de retomar o trabalho junto à terra, mas isso ainda não tem acontecido efetivamente.

Sobre o Assentamento Dom Orione, foi dito que lá a juventude não está ainda organizada, não possui o senso de identidade com a luta do campo tão presente, e, pelo fato de o assentamento estar muito próximo da cidade, muitos trabalham fora. Porém, o assentamento vem se aproximando dos movimentos da Agroecologia e da Agricultura Urbana da região metropolitana de Belo Horizonte. Para o jovem representante do assentamento, a sua própria inserção na universidade e nos movimentos sociais tem refletido na produção da família, na medida em que ele tenta compartilhar os aprendizados com os pais. Recentemente, conseguiram formar um núcleo de produção agroecológica no assentamento e estão começando um viveiro de mudas.

Quanto à atuação no território, na fala do grupo de Divino foi possível perceber que possuem parcerias com várias instituições com as quais atuam conjuntamente: sindicatos, CEB's, universidades, cooperativas, a Cresol (cooperativa de crédito), a UNICAFES (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária), associações regionais. No caso do Assentamento Dom Orione e Primeiro de Junho, a juventude considerou que necessita ampliar suas parcerias. No caso do Primeiro de Junho, citaram como principais parceiros a UFV, a UFES e a UFJF/IFMG pelas parcerias através dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e o Centro Agroecológico Tamanduá (CAT), formado por agricultores da região. Para o Assentamento Dom Orione as principais parcerias são a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) e a ONG "No Ato! - Educação, cultura e meio ambiente."

Esse espaço de intercâmbio possibilitou aos jovens compartilharem desafios e experiências positivas, estreitou laços entre os grupos e fortaleceu ainda novas parcerias. Por exemplo, nesse momento, o grupo ECOJOVEM fez o convite para que os demais jovens participassem do Encontro Nacional da Pastoral da Juventude Rural que aconteceria no mês de fevereiro em Pernambuco e ofertou algumas vagas no ônibus que tinham conseguido para a Zona da Mata.

d) Diagnóstico Rural Participativo Emancipador (DRPE):

Tem como objetivo identificar, de forma rápida e participativa, os recursos locais e captar como interesses sociais se articulam em um determinado espaço social. Segundo Coelho (2014), "as informações coletadas devem ser entendidas como formas de representação e de compreensão presentes no grupo com o qual o técnico se vê envolvido". (p. 115-116).

Utilizamos as técnicas do DRPE intituladas “Mapa da Comunidade”, “Caminhada Transversal” e os “Cenários de Futuro”.

Mapa da Comunidade: é o desenho feito de forma espontânea contemplando aspectos físicos, socioculturais e ambientais da comunidade. Nessa dinâmica, o pesquisador atua como mediador, observando por meio de uma escuta ativa as conversas e expressões que surgem quando os jovens se referem e se expressam no que diz respeito a cada espaço ou relação dentro da comunidade. Às vezes, durante o processo, o pesquisador pode levantar alguma questão. Ao final, o pesquisador deve problematizar junto aos envolvidos, questões importantes que vêm à tona, como por exemplo, a invisibilização no mapa, de um problema relevante.

O Mapa da Comunidade no Assentamento Primeiro de Junho foi feito no terreiro de uma família, durante o mutirão de construção de uma fossa ecológica. As meninas iniciaram o desenho pelas ruas centrais e casas. O foco, tanto no desenho quanto nas conversas que surgiam durante o trabalho, era principalmente as relações sociais, de parentesco, amizade e vizinhança.

Quando os meninos chegaram para contribuir, foram marcantes as mudanças que promoveram na dinâmica do mapa: questionaram o tamanho da quadra de esportes, que estava muito pequena, desenharam motos, carros, cavalos pelas ruas, desenharam mais animais nos pastos, sinal de *wi-fi* pelo assentamento. Ou seja, destacaram elementos que são muito importantes para eles em seu processo de sociabilidade e na produção de suas vidas cotidianas dentro do território. Ao se referirem a algumas casas acabaram fazendo referência também a alguns conflitos existentes no assentamento que eu ainda não havia percebido, enquanto pesquisadora.



Figura 13: Jovens desenhando o mapa da comunidade. Foto: Grupo JUFTER



Figura 14: Jovens desenhando o mapa da comunidade. Foto: Grupo JUFTER

As conquistas em termos de infraestrutura foram destacadas logo no início da construção do mapa: escola, posto de saúde, quadra, igreja. A sede da antiga fazenda, também muito presente na memória dos assentados, foi representada com destaque. A princípio não desenharam Limeira - que faz parte do assentamento; nem o Rio Doce e nem fizeram referência à tragédia/crime que o atingiu recentemente; nem à vizinhança do entorno do assentamento. Houve também pouca referência aos elementos naturais, como nascentes, áreas de erosão, árvores específicas, animais típicos e mesmo aos lotes de produção. Por meio do desenho feito, percebia-se que o assentamento, no imaginário da juventude, estava principalmente relacionado ao espaço da Agrovila, à sociabilidade que se desenvolve naquele espaço e que se expressa nas relações familiares, de confiança e amizade, aspectos que se destacam em sua representação do território, como vimos também na dinâmica do Café do Mundo.

Em um segundo encontro que fizemos para terminar o Mapa da Comunidade, contamos com a participação de algumas lideranças mais antigas, dentre elas Sr. Milanês, que é pai de um dos jovens participantes do encontro e o Sr. Roberto, uma liderança que é considerada o guardião de sementes crioulas do assentamento. Nesse momento, exercendo o papel de mediadora, passei a problematizar algumas ausências que tinha percebido no mapa, perguntando como era a vizinhança do assentamento, onde estava Limeira, onde estavam as áreas de produção. Foi possível perceber que as duas lideranças adultas possuíam um olhar mais atento sobre a natureza, sobre as áreas de produção e as áreas de nascentes, se comparássemos sua visão à da juventude. Portanto, nessa nova rodada de construção coletiva do mapa, ele

ganhou muitos outros elementos. Colamos novas folhas que abrigaram então o Rio Doce, a cidade, os lotes de produção, áreas de preservação, de nascentes, de produção e de erosão.

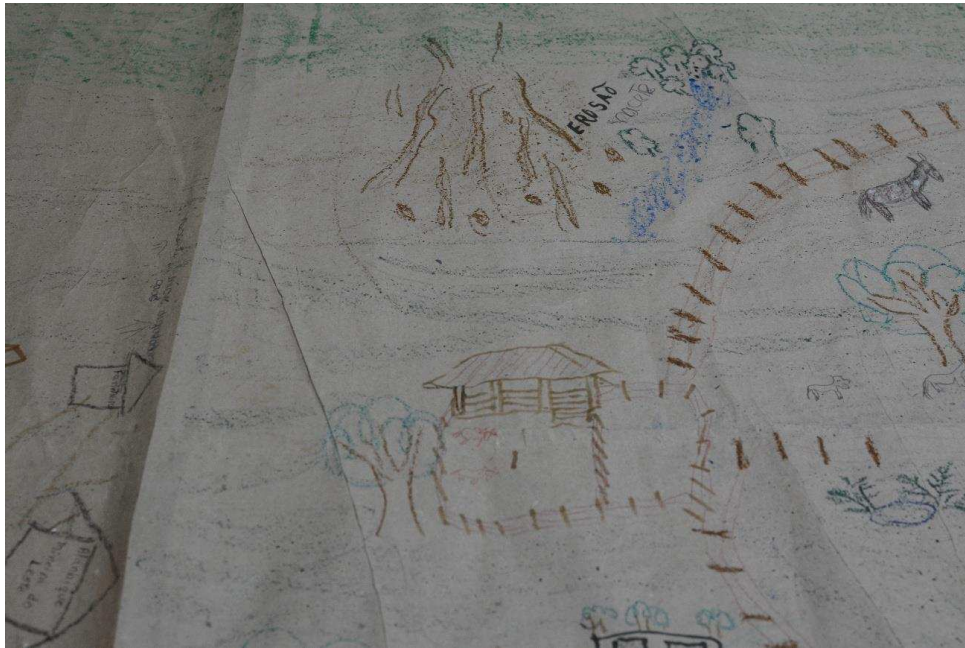


Figura 15: Detalhe das áreas de nascentes e erosão que foram acrescentadas posteriormente

. Foto: Margriet Goris

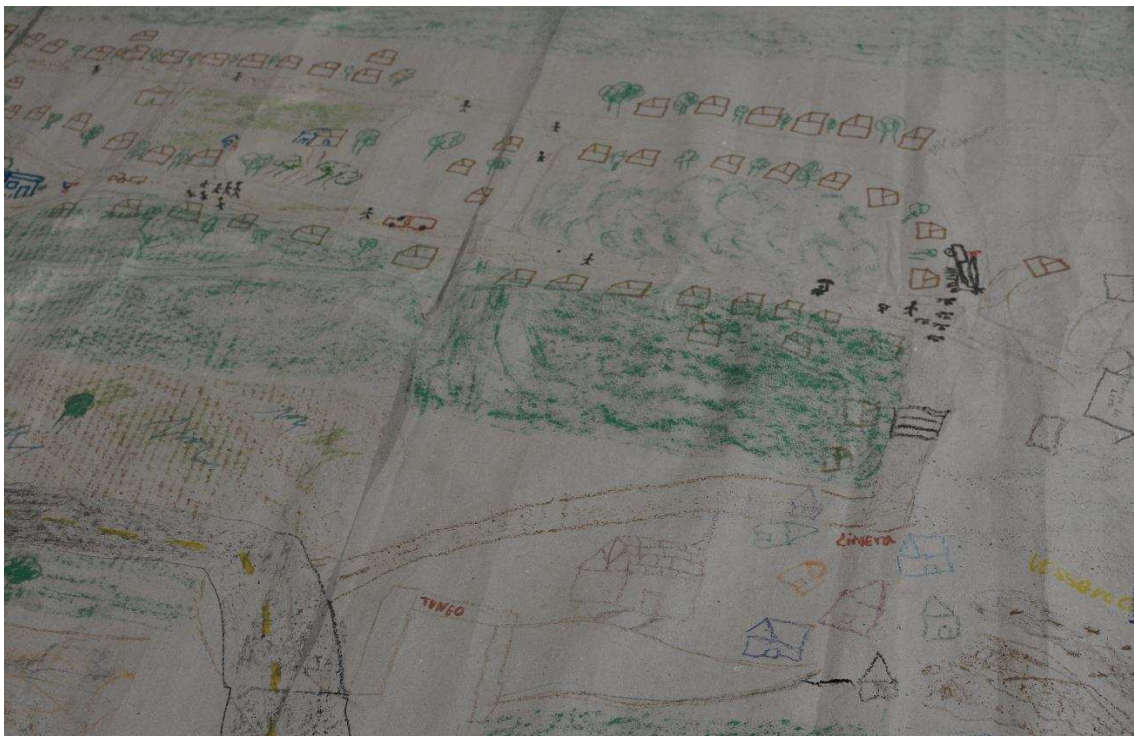


Figura 16: Representação de áreas do entorno da Agrovila: Comunidade de Limeira, estrada, lotes da baixa do Rio Doce. Foto: Margriet Goris

Dessa vivência, surgiu a hipótese de que a primeira geração do assentamento, ou seja, os adultos que iniciaram a ocupação do Primeiro de Junho, era mais conectada com a terra no sentido do envolvimento com a produção agrícola e dos saberes tradicionais sobre a natureza do que a juventude atual. A juventude mostra-se mais conectada com o assentamento pelos valores que atribuem às relações sociais vividas e à natureza, como provedora de ar puro, sossego, bons alimentos, porém, não numa relação com a natureza/terra que perpassa sua utilização direta como meio de vida. A juventude apresenta-se atualmente pouco envolvida com a produção.

Caminhada Transversal: consiste em realizar uma aproximação inicial ao território de intervenção, por meio de uma caminhada acompanhada de conversas espontâneas, buscando identificar recursos naturais e humanos, valores e significados dos espaços para os moradores. As falas surgidas durante a Caminhada foram gravadas e também discutidas posteriormente em rodas de conversa. A Caminhada foi bem festiva e ritualizada, por iniciativa dos próprios jovens que levaram bandeiras, símbolos e foram cantando pelo caminho. Realizaram a dinâmica de forma muito parecida a uma romaria religiosa. Daí depreendemos o valor e a influência da mística trabalhada pelo MST, que se encontra bem interiorizada pelos jovens e pudemos observar que flui de maneira espontânea em vários espaços.

Durante a Caminhada, os jovens e as jovens foram parando nos locais que evocavam memórias mais fortes ou onde tinham algum desejo de fazer alguma observação. O primeiro ponto de parada foi a sede da antiga fazenda, local que hoje encontra-se abandonado e em condições ruins de conservação. Nesse local já ocorreram cursos, leilões, casamentos, brincadeiras, etc. Já funcionou inclusive como sala de aula provisória no período em que o prédio antigo da Escola desabou. Também abrigou algumas famílias temporariamente quando se mudaram de Limeira para a agrovila. No campo de futebol, ao lado da sede, já ocorreram até rodeios.



Figura 17: Caminhada transversal. Foto: Grupo JUFTER

A sede é um lugar muito marcante e simbólico para a comunidade. Assim que chegaram ao local da sede, os jovens compartilharam com emoção e certa euforia muitas lembranças felizes, mas estas falas eufóricas foram silenciando com frases do tipo: “Tudo foi se acabando aos poucos(...)” e “Dá muita tristeza por estar dessa forma”. Referiam-se ao fato de hoje a sede encontrar-se abandonada. A pintura está desgastada, vidros quebrados, telhado caindo, realmente um estado lamentável para um lugar que já foi o centro da vida comunitária. Atualmente, um dos moradores do assentamento, portador de sofrimento mental, reside na sede, por sugestão da própria comunidade, que considerou que por aquele ser um lugar central, poderiam todos de certa forma “tomar conta” do companheiro.

O segundo ponto de parada escolhido foi o lugar onde ocorriam também várias brincadeiras e festas de rua. Lembraram os shows de calouros ali realizados, os forrós, o futebol em que as árvores eram um gol improvisado, as brincadeiras de esconder no mandiocal que existia ali e os banhos no poço que ficava próximo àquele ponto, mas que atualmente está assoreado. Nesse momento as memórias voltaram-se para os recursos naturais do entorno. Lembraram-se de vários rios que secaram e do brejo que não existe mais, onde plantavam arroz. Alguns destacaram que eles mesmos são responsáveis por isso, enquanto outros contrapuseram que, ao mesmo tempo, muitas coisas melhoraram, pois, por exemplo, há mais árvores, mais sombra e frutas.

O terceiro ponto foi próximo ao cruzeiro do padroeiro do assentamento, São José Operário, local em que, toda época de seca, fazem penitência por nove dias pedindo a Deus a chuva. Os jovens relataram que sempre após o nono dia de oração, a chuva cai abençoando a terra. A parada nesse ponto reforçou o aspecto religioso do grupo de jovens, “Jovens Unidos Frutos da Terra, o JUFTER”, que nasceu muito ligado à Igreja Católica e que se constitui numa relação profunda entre a fé e a política. O santo padroeiro do assentamento é uma figura aparentemente muito próxima e presente na vida cotidiana, algo comum na religiosidade popular. Num outro momento, numa reunião na Igreja dedicada a São José Operário, dentro do assentamento, perguntei se poderíamos mudar os bancos de lugar dentro da Igreja para a reunião e os jovens me responderam “Sim, esse São José é ‘dos nosso’, é operário, ele entende essas coisas...”

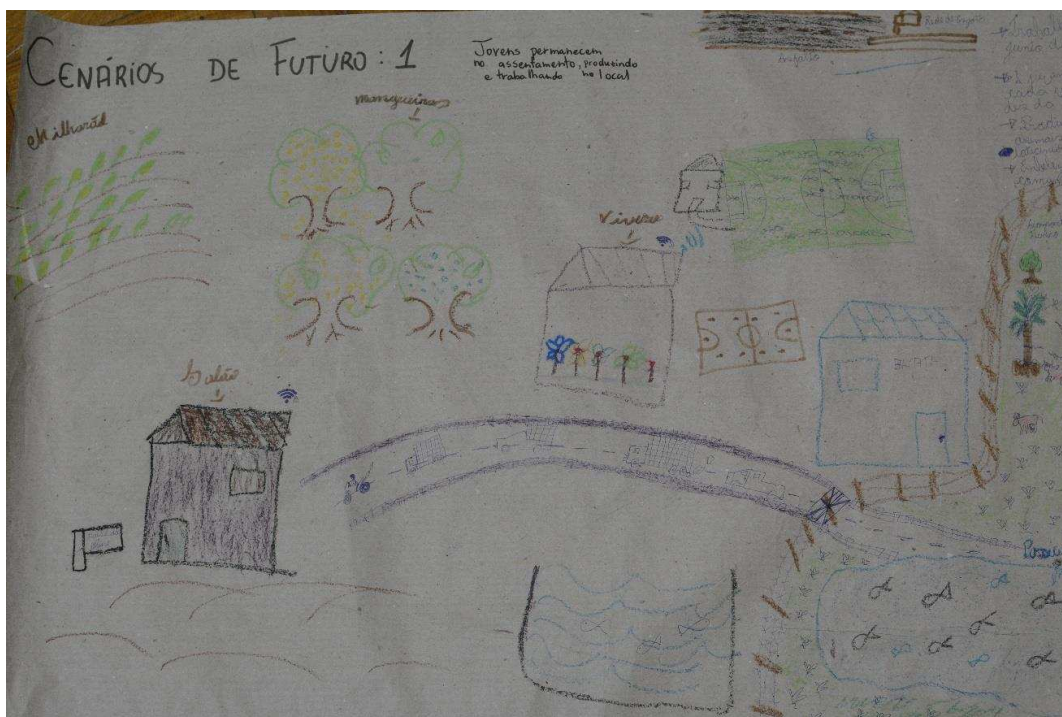
O último ponto da caminhada foi o Alambique, onde o grupo encontrou-se por acaso com a figura marcante de outra liderança “das antigas” no assentamento, Tião Preto. A parada no Alambique trouxe à tona reflexões sobre a produção no assentamento, sobre a experiência da antiga cooperativa e a situação política atual do país. Enfim, houve ali uma aula sobre a luta pela terra e a consciência política. Tião terminou sua fala atribuindo grande responsabilidade à juventude: “Nós vamos ter que passar o bastão para alguém e esse alguém é vocês. Se pararmos aqui em 2016, a vaca vai pro brejo”.

Durante a Caminhada foi possível observar que as percepções da juventude estavam mais associadas às memórias de vivências, festas, comemorações, celebrações religiosas, momentos de lazer, tempos felizes que viveram com a família e amigos. Especialmente práticas culturais como datas comemorativas que eram tradicionais no Assentamento. Algumas memórias dolorosas também vieram à tona como quando a polícia buscou os móveis da antiga sede da fazenda de forma invasiva e violenta, as dificuldades financeiras vivenciadas no começo do assentamento e a dissolução da cooperativa de produção, que existiu por alguns anos.

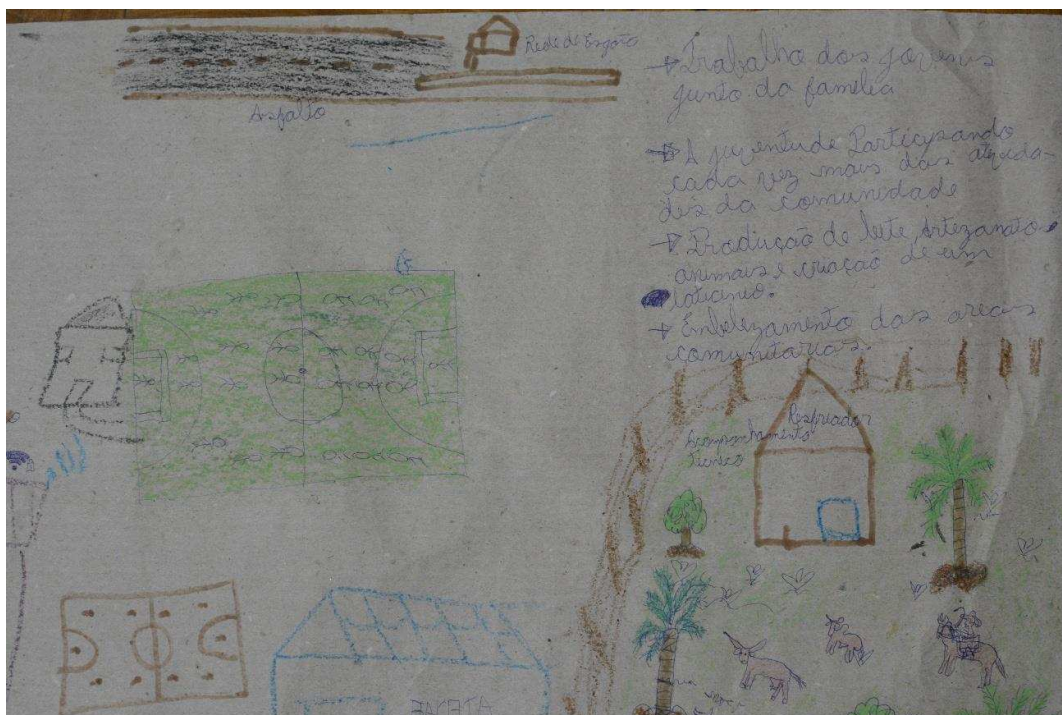
Destacaram poucos elementos naturais como locais onde estão as nascentes, processos erosivos, comentários sobre ervas medicinais ou tipos de árvores, por exemplo. Fato que nos leva a questionar sobre o “lugar da natureza” para esses jovens. Em relação a essa questão ficou a pergunta que buscaremos desenvolver mais à frente: Que lugar a natureza tem ocupado no imaginário juvenil e em suas práticas cotidianas? Qual a relação da juventude com a terra e os saberes sobre a terra?

Na volta da Caminhada nos reunimos e conversamos sobre nossas impressões acerca do território.

Cenários de Futuro: são dinâmicas em que o grupo imaginou três cenários possíveis⁴² para o futuro dos jovens no assentamento e, divididos em grupos, refletiram sobre as causas e consequências daqueles possíveis cenários e depois socializaram no grupo maior. No caso, os cenários trabalhados foram: os jovens saem expressivamente do assentamento; os jovens permanecem no assentamento produzindo e trabalhando na terra; os jovens permanecem no assentamento, mas trabalham fora, em atividades não ligadas à terra. Três grupos foram divididos para trabalhar em cada cenário e após certo tempo, os grupos mudavam de cenário, sendo que todos os grupos contribuíram um pouco com a criação de cada cenário. Ao final, retornamos para a roda grande e compartilhamos os resultados discutindo os cenários e suas consequências para o assentamento.



⁴² É verdade que poderíamos ter inúmeros cenários, mas diante da escuta prévia que realizamos em nosso processo etnográfico, escolhemos os três que pareciam ser mais recorrentes nas falas dos jovens enquanto possibilidades e mais significativos no momento.



Figuras 18 e 19: Cenário de Futuro 1: “Jovens permanecem no assentamento, produzindo e trabalhando no local”

Fotos: Margriet Goris

No cenário 1 acima, em que os “Jovens permanecem no assentamento, produzindo e trabalhando no local” podemos observar a representação da ampliação dos locais de lazer como as quadras e a oferta de mais serviços no assentamento. Esses serviços seriam oferecidos pela juventude, aproveitando os talentos locais, como por exemplo, a barbearia, representada no mapa. Haveria também o investimento na produção, representada pelo milho, pela criação de um laticínio, pelo pomar, que, nesse caso, representa também a possibilidade da criação de uma agroindústria no assentamento para beneficiamento de polpas de frutas, pela existência de um viveiro de flores, pelo aumento dos poços de peixes e o direcionamento dessa produção para geração de renda, também vista como um potencial do assentamento.

Os jovens e as jovens também imaginaram e representaram nesse cenário o embelezamento das áreas comunitárias e a melhoria de algumas questões de infraestrutura como asfaltamento e implantação da rede de esgoto (o que foi discutido na roda maior, pois nem todos concordavam). Nesse cenário, os jovens poderiam trabalhar junto da família e assim a juventude, por morar e trabalhar no local, participaria cada vez mais das atividades comunitárias e políticas.

No cenário 2, em que “Jovens saem do assentamento”, os grupos representaram o assentamento de forma vazia, identificando uma tendência de que ele se torne uma grande fazenda, em que predomina a criação de gado, caso os jovens sigam saindo do assentamento. Expressaram que com a saída progressiva dos jovens, só os mais velhos permanecerão, e quando esses não tiverem mais condições de cultivar a terra, ela será abandonada e correrá um grande risco de voltar para grandes fazendeiros, o que contribuirá para uma nova concentração de terras. Nesse caso, segundo os jovens, “a luta será perdida”. Com os grandes fazendeiros, a tendência é o gado ser a principal destinação dessas terras, e com isso virá a erosão e a degradação ambiental. Além disso, os grupos destacaram que provavelmente o destino dos jovens que deixam o assentamento será habitar nas periferias das grandes cidades, em condições de muita luta para conseguirem melhores condições de vida.

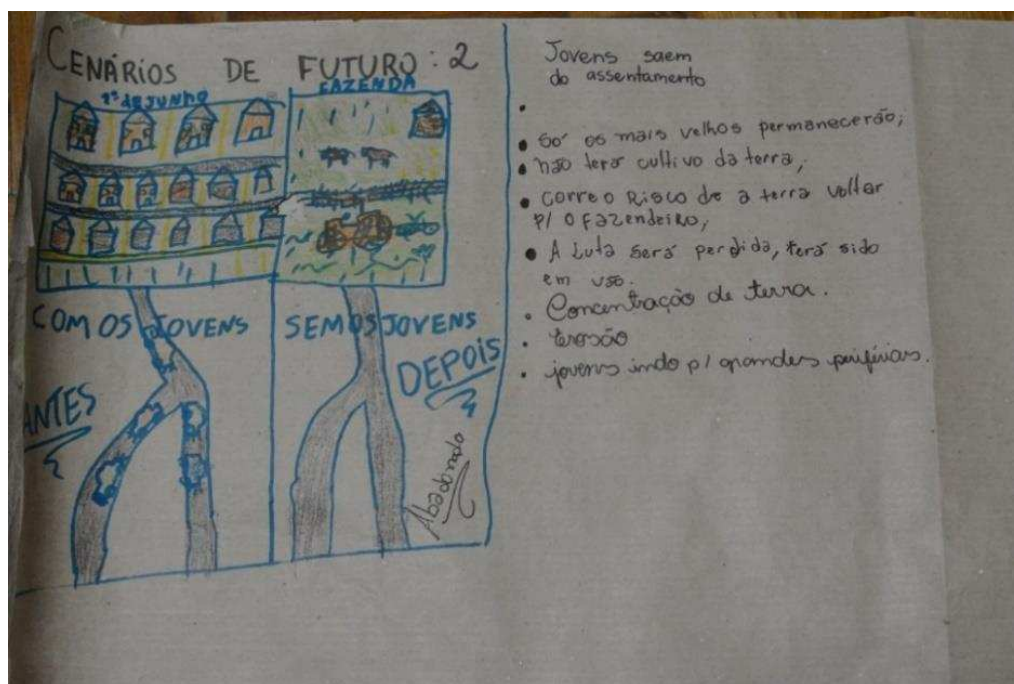


Figura 20: Cenário de Futuro 2: “Jovens saem do assentamento. Foto: Margriet Goris

No cenário 3, “Jovens permanecem no assentamento, mas trabalham fora”, os grupos afirmaram que no assentamento haverá pouca produção ou nenhuma e, conseqüentemente, mais pastagem. Haverá uma tendência ao individualismo e ao abandono das áreas comunitárias, já que os moradores do assentamento passarão bem menos tempo nele e tenderão a se envolver menos com as questões comunitárias, o que poderá também levar a uma perda da identidade coletiva que possuem hoje.

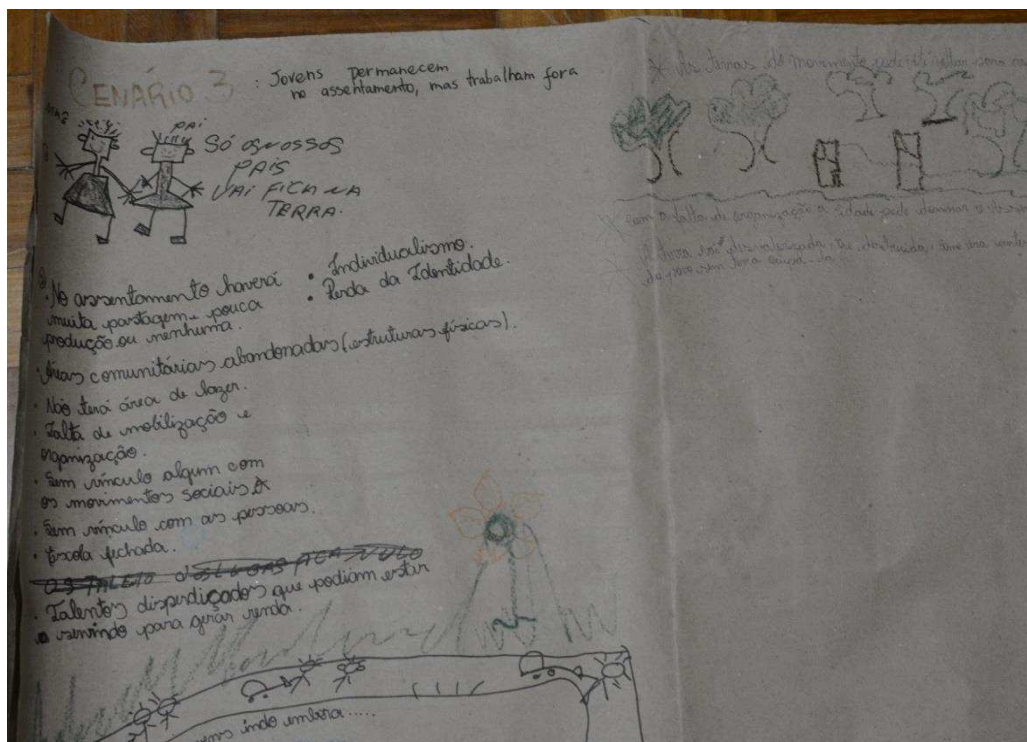


Figura 21: Cenário de Futuro 3: Jovens permanecem no assentamento, mas trabalham fora.
Foto: Margriet Goris

Haverá ainda o enfraquecimento da organização, da mobilização, do vínculo com os movimentos sociais e dos vínculos entre os próprios moradores. Talentos que poderiam servir para gerar renda serão desperdiçados. A terra será desvalorizada, poderá voltar para as mãos dos fazendeiros, e com a falta de organização, “a cidade poderá dominar o assentamento”, tanto em termos simbólicos quanto físicos. Esse cenário expressa a possibilidade do assentamento se assemelhar cada vez mais a um bairro afastado da cidade, descompromissado com a luta do movimento, desconectado da produção e do trabalho na terra, esquecido do ideal de um “território de re-existência”, comprometido com a busca por uma sociedade justa.

Quando nos sentamos novamente em roda para que todos vissem os trabalhos finais dos grupos e refletissem sobre os cenários possíveis, foi unanimidade de que o cenário futuro que gostariam de ver realizado era o número 1. O processo de discussão para construção dos cenários e o fato de trazer à tona e dar visibilidade às possibilidades de futuro, exalta os pontos positivos e negativos de cada caso e traz mais consciência diante das possíveis escolhas.

e) História Oral

O uso específico da metodologia de História Oral difundiu-se na ciência social nos anos 20 e 30 do século XX, no contexto da sociologia americana. O relato da história oral permite àquele que a conta uma oportunidade de (re) experimentar a história, re-significando a sua trajetória. Ao mesmo tempo em que o indivíduo inscreve sua marca ao se apropriar do social, ele faz em sua subjetividade uma nova leitura deste social, reinventando-o.

A partir das memórias pessoais dos entrevistados, construímos uma visão mais dinâmica do processo das várias etapas da trajetória do grupo social ao qual pertencem. Muitas dessas memórias são chamadas subterrâneas, porque ficam à margem da história oficial (PEREIRA, 2008). Esse processo nos mostra a faceta do mundo subjetivo em relação permanente e simultânea com os fatos sociais (BARROS E SILVA, 2002).

Por meio de elementos da história de vida dos jovens, relatados pela história oral, foi possível caracterizar os principais fatores que influenciaram e influenciam as percepções dos jovens sobre seu território. As histórias ouvidas nos permitiram lidar com elementos fundamentais para compreendermos a relação com o território, como: memória, sonhos para o futuro, vínculos, desejo de sair ou permanecer no assentamento. Nesse sentido, foram feitas doze entrevistas, sendo três homens e nove mulheres.

As histórias de vida dos jovens também revelaram que eles e elas constroem um referencial do assentamento, principalmente a partir de suas lembranças sobre as dificuldades iniciais enfrentadas na luta pela terra e nos primeiros tempos do assentamento. Destacam-se lembranças sobre os festejos, as manifestações culturais típicas, os mutirões, as amizades profundas, o trabalho coletivo junto à família na roça, os laços de parentesco, as brincadeiras de infância junto à natureza, os encontros de jovens, formações do MST e as vivências na escola.

A escola aparece nos relatos caracterizada pela especificidade da Educação do Campo, pela dedicação e zelo das professoras e professores; pelas místicas realizadas, que sempre retomavam a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; pelas músicas; teatros; caminhadas pelo entorno; visitas às nascentes e pela valorização da vida local. Da mesma forma, os encontros da juventude organizados pelo MST foram lembrados como elementos importantes de formação dos jovens.

Destacou-se também como os cursos de Educação do Campo e Agroecologia estão sendo marcos importantes na história dos jovens e como as vivências proporcionadas por esses cursos têm transformado sua relação com o território.

f) Noite Cultural

Foi importante dentro do processo de pesquisa a realização de uma Noite Cultural, como um momento da “pedagogia da festa”, em que é possível percebermos na celebração um momento rico e educativo, onde valores são transmitidos, questionados, reafirmados. Práticas sociais, hábitos e costumes vêm à tona de forma muito nítida. A Noite Cultural foi realizada na sede da antiga fazenda, como uma forma de revitalizar esse espaço e reviver lembranças que haviam sido citadas pelos jovens durante a caminhada. Atualmente, a maioria das festas são realizadas na quadra de esportes, mas na discussão após a Caminhada Transversal, consideramos que seria positivo reunir a comunidade naquele lugar tão simbólico. E, para isso, fizemos um mutirão de arrumação da antiga sede. Toda a comunidade foi convidada para a noite, que contou com:

- apresentação de teatro elaborado pelos jovens, problematizando a saída do campo, em especial a ida de jovens do assentamento para trabalhar nas fábricas de sapatos em Nova Serrana/MG, o que é recorrente na comunidade;
- roda de violeiros e improviso de versos;
- roda de capoeira;
- apresentação de teatro conduzido de improviso por Roberto, o guardião de sementes crioulas da comunidade. Nessa encenação, era representada a influências das drogas sobre os jovens e as dificuldades com a produção agroecológica no assentamento, sendo a Agroecologia apontada como um caminho possível para a produção de alimentos saudáveis e geração de renda no assentamento.



Figura 22: Noite cultural. Foto: Grupo JUFTER

g) Mutirões

Outra dimensão importante é aproximarmos nossas metodologias de pesquisa da vida cotidiana. Nesse sentido, destacamos os mutirões também como uma metodologia popular de celebrar a arte do encontro, solucionar e refletir sobre problemas comunitários. Em nossa pesquisa, os mutirões foram colocados pela própria juventude como um momento importante para aliar os momentos de investigação às necessidades práticas e cotidianas da comunidade. Além de um mutirão de preparação da Noite Cultural, realizamos um mutirão de construção de uma fossa ecológica na casa de um casal de moradores, João e Elenice. Vivenciamos o mutirão como um momento de partilha da vida e ao mesmo tempo oportunidade de levantamento de informações, reflexões, trabalho conjunto pela solução dos problemas que nos afetam. Incluir o mutirão das fossas que era uma necessidade da comunidade na programação do encontro da juventude, foi uma oportunidade para vivenciar e discutir na prática a importância da Agroecologia, do saneamento ecológico e do cuidado com as águas para a permanência dos jovens no assentamento.



Figura 23: Mutirões



Figura 24: Mutirões

Em síntese, todos esses espaços pedagógicos que descrevemos aqui foram pensados junto com a juventude e as lideranças locais, visando levantar os dados relevantes para a pesquisa, bem como refletir sobre os problemas em questão, a partir da dinâmica da vida cotidiana e da cultura local.

h) Sistematização de Experiências

É uma metodologia também proveniente da Educação Popular, que consiste em reconstruir as experiências vividas por meio de uma reflexão crítica coletiva, que serve como base para os processos de teorização sobre a prática e nos possibilitam sintetizar as lições aprendidas (HOLLIDAY, 1998). Resgatamos a memória do que foi vivenciado por meio de lembranças, fotos e outros registros. Através do relembrar, a própria consciência traz à tona sentimentos e reflexões que vamos compartilhando, significando e re-significando coletivamente. Sobre essa base sensível construímos nossas interpretações e análises.

i) Intercâmbio Agroecológico

O intercâmbio foi uma metodologia utilizada após nossa fase inicial de investigação, como um dos encaminhamentos da pesquisa-ação, enquanto ferramenta para estimular e fortalecer a produção agroecológica na comunidade. Os intercâmbios são baseados na metodologia “Campesino a Campesino”, que teve início na Nicarágua, na década de 1970, alcançando grande sucesso na propagação da agricultura sustentável em Cuba, no período especial, em que o país passou por uma profunda transição para uma agricultura agroecológica. Consiste numa ferramenta simples em que os próprios camponeses são os protagonistas, aprendem uns com os outros e compartilham desafios e soluções para as questões que envolvem a produção agrícola. É uma forma participativa e colaborativa de melhoramento dos sistemas produtivos camponeses, focada na cultura local, nos recursos locais disponíveis e no “aprender fazendo” (MACHÍN SOSA et al., 2012).





Figuras 25 e 26: Intercâmbio Agroecológico. Foto: Grupo JUFTER

Essa metodologia vem sendo muito utilizada na Zona da Mata mineira, desde 2008, pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM), em parceria com a UFV e alguns Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da região. Realizamos um primeiro intercâmbio agroecológico no Assentamento Primeiro de Junho, explicando a metodologia dos intercâmbios e incentivando sua realização de forma regular. O intercâmbio aconteceu na propriedade de dois moradores, durante o Festival da Reforma Agrária do Leste Mineiro, contando também com a participação de moradores de outros assentamentos e acampamentos vizinhos que participavam do festival.

Muitos conhecimentos foram compartilhados, sementes crioulas, mudas e receitas trocadas. Um dos assuntos de destaque no momento de partilha final do intercâmbio, foi a necessidade de reconhecer que o território tem as soluções para os próprios problemas. É necessário valorizar o solo local, aprender a trabalhar com ele, reconhecer e cultivar plantas que já estão no território e que são úteis para corrigir desequilíbrios ambientais locais, como os processos erosivos, a proliferação das aroeiras, os surtos de formigas e escorpiões. Outro ponto importante foi a necessidade de mudar os hábitos alimentares para priorizar a produção dos quintais e dos lotes, investindo na soberania alimentar.

Em síntese, nesses diferentes espaços da pesquisa-ação participativa, por meio dessas diversas metodologias, algumas temáticas foram recorrentes e destacaram-se nas falas da

juventude, sendo identificadas por nós como categorias-chaves que nos guiaram nas reflexões e nas possíveis interpretações que vamos tecer nos próximos capítulos.

Essas categorias são: *memórias, sonhos, sociabilidade, cultura, educação, natureza, trabalho, MST, luta, campo-cidade e organização política*. Elas foram o eixo de nossa Oficina de Sistematização de Experiências (HOLLIDAY, 1998), na qual revivemos nossa experiência de pesquisa junto à juventude, após sete meses. Retomamos as falas, as entrevistas, as fotos, os consensos, os conflitos, as contradições e as possíveis interpretações sobre o vivido. Nesse momento, no papel de pesquisadora-mediadora, levei na forma de algumas perguntas, minhas primeiras interpretações acerca do que as falas, observações e vivências indicavam, a partir do meu primeiro contato mais aprofundado com o material coletado na pesquisa. O grupo trouxe novas perguntas e juntos fomos construindo nosso entendimento comum, que é a base das análises dos capítulos 4 e 5. É certo que não esgotamos nossas reflexões, elas perduraram para além da oficina e muitas trocas ainda foram feitas até chegarmos a essa versão final do texto.

Essas chaves reflexivas citadas permearão nosso texto nos próximos dois capítulos. No capítulo 4 nossas reflexões estarão mais centradas nas categorias: *memórias, sonhos, sociabilidade, cultura e educação*. Não trataremos delas, porém, de forma direta, elas estarão diluídas já nas reflexões que nos proporcionaram. Levantaremos discussões acerca da memória coletiva e biocultural, dos saberes locais, dos sonhos e projetos de futuro da juventude, do sentido de pertencimento ao território, do papel da mística e da educação na construção da “pertença” ao território. No capítulo 5 o foco de nossas reflexões serão as categorias *natureza, trabalho, MST, luta, campo-cidade e organização política*. Trataremos da relação da juventude com a natureza e com o trabalho na terra, da Agroecologia, do MST, da organicidade interna. Ao fim dessas duas seções esperamos poder gerar uma síntese interpretativa que nos possibilite compreender a territorialidade vivida pela juventude.

Apesar de termos sido movidos inicialmente pela questão da permanência dos jovens no campo, optamos por não focar nossa pesquisa na direção mais clássica desses estudos, que buscam causas da saída ou permanência da juventude no campo ou centram sua análise na oposição campo-cidade. Buscamos sim, compreender a territorialidade vivenciada pela juventude, elucidando as fortalezas e vulnerabilidades de sua relação com o território diante de seus desafios atuais na busca do Bem Viver, para a partir daí pensar suas possibilidades de viver bem no campo.

CAPÍTULO 4

ENTRE A MEMÓRIA DO QUE FOI E O SONHO DO QUE VIRÁ

“Já podaram seus momentos
Desviaram seu destino
Seu sorriso de menino
Tantas vezes se escondeu

Mas renova-se a esperança
Nova aurora a cada dia
E há que se cuidar do broto
Pra que a vida nos dê flor e fruto”.

Milton Nascimento e Wagner Tiso

4.1. Puxando o fio da memória

Nosso anseio por entender o modo como a juventude pensa e vive seu território no presente, nos leva também aos terrenos do passado e da memória. Compreendemos que a estrutura dos comportamentos humanos é uma relação entre a consciência e o mundo, relação mediada por um traço que une o que foi e o que será, sendo essa relação, antes de tudo, memória. (BOSI, 1993), Sob inspiração Bergsoniana⁴³, Bosi compreende a memória não como um simples reservatório de eventos passados, mas uma faculdade fundamental do espírito, que expressa a conservação “do espírito pelo próprio espírito”. A apreensão da realidade é, portanto, mediada pela memória, sendo o papel da consciência “ligar com o fio da memória as apreensões instantâneas do real” (Ibid., p.280).

Nesse sentido, para pensarmos a continuidade dos projetos de assentamento, os sonhos da juventude e suas predisposições em permanecerem ou partirem do campo, ou seja, assuntos aparentemente do presente e do futuro, precisamos olhar para o passado e, então, há que se puxar o fio da memória. A partir de algumas entrevistas baseadas na História Oral e das diversas falas da juventude ao longo de nossa pesquisa, desejamos compreender como memórias, sonhos e saberes se enlaçam fortalecendo ou enfraquecendo o sentimento de “pertença” ao território. Vamos então, elencar algumas memórias da juventude e refletir a partir delas, tecendo conexões

⁴³ Bergson (1974) desenvolveu uma teoria da memória de abordagem psicológica e vitalista. Trouxe importantes contribuições como a diferenciação entre a memória-hábito, caracterizada pela repetição do mesmo esforço, ligada a processos de socialização e a lembrança pura, que se refere à consciência de um momento único da vida.

entre os estudos da memória (BERGSON, 1974; BENJAMIN, 1980; BOSI, 1983, 2004), da memória coletiva (HALBWACHS, 1990) e da memória biocultural (TOLEDO; BASSOLS, 2001, 2009).

Nessa direção, conversamos com 26 jovens, 7 homens e 19 mulheres com base na metodologia da História Oral, combinando entrevistas abertas, com eventuais perguntas exploratórias, porém sempre buscando respeitar a forma organizadora com a qual a memória é apresentada livremente pelo entrevistado.

Desse grupo de 26 jovens, 7 foram entrevistados de forma individual, com mais profundidade, por indicação do próprio grupo de jovens por apresentarem trajetórias que ilustravam questões importantes para nossas perguntas de pesquisa. Os demais foram entrevistados em duplas, um jovem entrevistando o outro, em uma das atividades de um dos encontros de jovens que construímos juntos.

As referências às memórias da juventude que trazemos para reflexão nessa seção, não são, porém, apenas provenientes dessas entrevistas, mas também de falas que emergiram em outros momentos de nossa pesquisa-ação, como por exemplo, na Caminhada Transversal, que evocou muitas lembranças sobre o território.

Identificamos nas falas da juventude, referências que agrupamos como pertencentes a quatro grupos de lembranças bem demarcadas na memória dos jovens, a partir de certos marcos temporais. O primeiro grupo seria o das lembranças relacionadas à ida para os acampamentos e às peregrinações nas beiras de estrada, na condição de acampados. Tempo de muitas provações e dificuldades, mas também do início de um sonho; o segundo grupo seriam as lembranças relacionadas ao início da vida no assentamento, também com suas dificuldades mas, apesar disso, caracterizado como um tempo muito feliz, de encontro com “a terra prometida”, de intensas vivências comunitárias, celebrações, produção coletiva; o terceiro grupo de lembranças está ligado ao período de saída do assentamento para estudar na escola da cidade. É um tempo de novidades, mudanças e conflitos. Surgem os primeiros relacionamentos e, às vezes, a vinda inesperada dos filhos. O quarto grupo de lembranças é relacionado às experiências que vêm após o término do ensino médio e abarcam as migrações, a vivência do desemprego, casamentos e as experiências no ensino superior para aqueles que o vivenciaram.

Sabemos que não é tão comum um trabalho que envolva a memória dos jovens, pois normalmente as investigações sobre memória ocorrem com pessoas na fase adulta ou idosa, momento em que há um maior acervo de lembranças, devido à sua extensa trajetória de vida.

Todavia, pesquisar a memória da juventude Sem Terra revelou-se uma experiência rica por trazer lembranças de uma infância muito peculiar, vivida desde cedo em meio à luta pela terra junto a seus pais, na beira das estradas, em condições profundas de privação material, numa infância permeada por dores, medos, resistência e sonhos, como mostram as falas abaixo.

Desde o início da luta pela terra, onde que eu fui das primeiras a participar junto com a minha família a participar da primeira ocupação no estado de Minas Gerais, né, foi uma empolgação muito grande pra mim, que foi o sonho que eu tinha de ver a minha família livre da exploração, da escravidão dos patrões, né, (...) porque a gente via que os pais da gente trabalhava o dia todo, semana, o mês, e o retorno no final era em mercadoria, você nunca via a cor do dinheiro, né, e o sonho deles era que a gente crescesse pra continuar aquele sistema de trabalho escravo, né? Eu tinha muito medo disso, quando eu tinha 10 anos começou a surgir as primeiras reuniões no Vale do Mucuri que é onde eu nasci e aquilo pra mim foi uma empolgação muito grande. (Elonália, 39 anos)

Uma das coisas que eu falei com a tia da minha patroa foi isso. Ela tava falando “ah...esse povo Sem Terra não sei o que...” Até então ela não sabia que eu era Sem Terra, né. Eu falei: “Escuta aqui, deixa eu falar com a senhora uma coisa: que dia a senhora já enfrentou 10 horas de caminhão com uma criança de 20 dias no colo, que foi a minha mãe que enfrentou? Que dia que a senhora já morou num barraco de lona pra vir uma ventania e a senhora ter que segurar pro vento não te levar, você ser tão pequenininha que o vento tava te levando, levando a lona e seu pai gritando “segura, senão a casa vai embora”? Que dia que a senhora precisou chegar na beira de uma nascente cheia de lodo e abrir assim o lodo pra você tomar um gole de água com a mão, porque não dava pra pegar com a caneca, porque tinha tanto lodo, sabe? Que dia que a senhora ficou três, quatro dias sem tomar banho porque não tinha água?” (Elonália, 39 anos)

Na primeira fala, a jovem revisita sua infância e revela sentimentos profundos, de opressão e medo, ao testemunhar a exploração dos pais no trabalho. Por outro lado, a chegada do MST e a possibilidade de libertação da situação vivida apresentam-se como marcos em sua infância trazendo os sentimentos de empolgação e esperanças renovadas.

Na segunda passagem, já vivendo e trabalhando na cidade, em Belo Horizonte, ela aciona suas memórias de infância para defender a identidade Sem Terra diante da tia de sua patroa que desqualificava o MST. Nesse momento, evoca situações vividas por seus pais e por si mesma e a memória se apresenta como resistência, enfrentamento, autoafirmação e autovalorização. Essas lembranças revelam uma infância que se projeta no mundo dos adultos, na qual tiveram que lidar com privações, cuidados e responsabilidades que não deveriam ser comuns a essa fase da vida.

Ao mesmo tempo, junto com as lembranças difíceis dos acampamentos em busca da terra e das dificuldades encontradas nos primeiros tempos no Assentamento Primeiro de Junho, emergem também lembranças felizes. A chegada ao assentamento é lembrada como o encontro com a “Terra Prometida” e nesse momento, emergem outras lembranças marcantes sobre a vivência comunitária dos primeiros tempos: os festejos, as manifestações culturais típicas, os mutirões, as danças de roda, as amizades profundas, o trabalho em mutirões junto à família na roça, as brincadeiras de infância junto à natureza, os laços de parentesco, a segurança e a liberdade de ir e vir no assentamento.

As vivências propiciadas pela escola do campo localizada dentro da comunidade foram muito evocadas nas memórias da juventude. Destacaram a atenção e zelo das professoras; as místicas realizadas, que sempre retomavam a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; as músicas; os teatros; as caminhadas pelo entorno; as visitas às nascentes e a valorização da vida local.

Nas rodas de conversa, durante a Caminhada Transversal e nas entrevistas individuais, os jovens evocaram muitas memórias das práticas culturais vivenciadas, como as datas comemorativas do assentamento das quais é possível citar o Dia dos Pais, Dia das Mães, Dia das Crianças, Aniversário do Assentamento. Essas festas eram comemoradas na antiga sede da fazenda ou mesmo nas ruas. Ocorriam gincanas, cirandas, contos de histórias, rodas de viola com versos improvisados e partilha do alimento.

Essas manifestações ainda existem, mas segundo os depoimentos, já foram mais fortes e deixam saudades. Os jovens lamentam que não ocorram mais com a mesma frequência e intensidade e apontam que essas manifestações vêm deixando de ocorrer devido a uma mudança na cultura e ao crescimento do individualismo. Identificamos que esses processos de esquecimento e abandono das práticas culturais locais são fruto dos processos de expansão do mundo moderno-colonial-capitalista que ameaça as culturas locais e a memória biocultural (TOLEDO; BASSOLS, 2015), aspecto no qual vamos nos aprofundar mais à frente.

Essas lembranças que emergiram com muita vivacidade em todos os depoimentos, remetem ao sentido de comunidade, do estar junto, do encontro, da celebração e da festa que são elementos de uma cultura camponesa com fortes vínculos comunitários. São vivências propiciadas pelo fato de ser o assentamento, em seus ideais, um território que se propõe um projeto de vida de base camponesa, inspiração humanista e socialista. Assim, os relatos da

infância Sem Terra carregam esses traços e são permeados também pela referência a valores como justiça, igualdade e cooperação.

Alguns jovens relataram a saudade que sentiam dos pais que estavam sempre ausentes de casa em sua infância, viajando a serviço da militância do MST. Porém, tinham a compreensão de que essa ausência era necessária em função da solidariedade que deviam prestar a outros que ainda estavam na luta.

uma lembrança que me marca muito na minha infância, a questão da minha vida mesmo é a falta que pai me fez na época que eu era criança (...) não porque ele não queria estar presente, mas já que nós tínhamos conseguido a nossa terra, ele tinha que ajudar outras pessoas também, então ele trabalhava no setor de... frente de massa do MST e ele ia pra... pra cidade fazer trabalho de base pra poder conseguir mais pessoas pra poder ocupar novas terras pra outras pessoas também poderem ter oportunidade de ter seu pedaço de chão. (Jusiely, 27 anos)

Na fala de Jusiely, é interessante observarmos a utilização de categorias-chave da práxis socialista, como “frentes de massa” e “trabalho de base”, que refletem uma atuação humana orientada pela perspectiva da luta de classes, presente em sua vida cotidiana, desde a infância. Nesse caso, é explícito como valores como reciprocidade, solidariedade, abnegação (quando ela observa que o pai viajava não porque queria, mas por uma noção de dever para com o próximo) permeiam a sociabilidade primária das crianças Sem Terra.

Antes de passarmos às memórias da adolescência, desejo comentar alguns episódios sobre as crianças do assentamento no tempo atual no intuito de dialogar com as memórias dos jovens sobre sua infância.

Em minha primeira visita ao Primeiro de Junho, a jovem que estava me recebendo em sua casa estava muito atarefada e pediu que suas duas filhas e uma prima delas me levassem para conhecer o assentamento. Me chamou muito a atenção o caminho que as crianças traçaram para me apresentar o assentamento. Percebi que a trajetória que escolheram era marcada pela presença de pés de frutas que gostam, por casas onde viviam pessoas com quem têm fortes laços afetivos e casas com flores, que expressavam beleza⁴⁴ e aconchego. Em síntese, buscavam caminhos onde tinham frutas, flores e afetos. Os afetos eram representados por casas onde moravam suas madrinhas e onde haviam bebês, com os quais queriam interagir.

44 As crianças iam dizendo “Vamos por ali, porque tem o cajueiro”; “Depois por ali, para pegarmos guaraná”. “Vamos na casa da Dona Aninha, lá é muito bonito, tem muitas flores. Você vai gostar”.

As crianças também estavam presentes em todos os espaços comunitários, algumas participaram de todos os encontros de pesquisa-ação participativa que realizamos com a juventude. Elas circulavam e brincavam livremente pelo espaço, especialmente com seres e materiais da natureza, usando a imaginação e a criatividade. Observei que as crianças de lá possuem uma relação afetiva com as flores, as frutas e os animais. Referem-se a eles e estão com eles com frequência em seu cotidiano. A filha mais velha de Raquel, jovem que estava me recebendo, demonstrou um conhecimento grande sobre as árvores e os animais, especialmente os pássaros do entorno. Outra criança, o Robert, filho do Sr. Roberto, que é considerado o guardião das sementes crioulas, conhece bem as trilhas na mata, as espécies nativas do caminho e, inclusive, auxilia o pai quando esse se esquece de algum nome ou propriedade das plantas.

Assim, as crianças revelam uma territorialidade marcada por sua relação afetiva com as pessoas e com a natureza, pela liberdade, criatividade e ludicidade com as quais vivem nos espaços do assentamento, por sua participação de forma natural e atenta na vida comunitária e política. Continuam, dessa forma, mantendo alguns elementos importantes da infância Sem Terra elencados pelos jovens, nas memórias que descrevemos acima, como a sociabilidade junto à natureza e a vida partilhada em comunidade na busca por um projeto de uma sociedade justa. Algumas fotos abaixo vão ilustrar as crianças do presente em sua relação com o território:



Figura 27: Criança pescando peixes no poço próximo à sua casa, janeiro 2017. Foto: Roberta Fontes



Figura 28: Crianças na caminhada do Aniversário do Assentamento, junho de 2017. Foto: Gilcimária Félix



Figura 29: Criança montando espontaneamente uma representação sobre como conservar as nascentes, enquanto seu pai falava sobre o assunto. Julho, 2017. Foto: Roberta Brangioni

Percebemos que o assentamento é um território que proporciona a essas crianças liberdade, brincadeiras, vida em comunidade e junto à natureza, alimento saudável e agroecológico, afetos e educação cidadã desde pequenos.⁴⁵ É o território sobre o qual vão se desenhar outras lembranças que não aquelas de uma infância sofrida, cheia de medo e privações constantes, na vida sob exploração dos patrões ou na peregrinação pelas estradas. Fizemos essa

⁴⁵ Cabe destacar que não estamos romantizando a vida no Assentamento. Os benefícios que o assentamento proporciona às crianças não são necessariamente sinal de que todas tenham uma vida boa e saudável e tampouco quer dizer que todas desfrutem desses benefícios da mesma forma.

incursão na infância do presente para ressaltar a importância da conquista do assentamento ao assegurar outros modos de vida para essas crianças que chegam.

Assim, de volta às narrativas da juventude, identificamos o início dos estudos na cidade como uma passagem importante, um marco temporal que agrupa outro tipo de lembranças. É o começo da adolescência que inaugura uma fase importante de novidades, transformações, conflitos. Nessa fase, destacaram-se memórias do momento em que precisaram continuar os estudos na escola da cidade, já que a escola do assentamento, até o ano de 2016, possuía apenas o ensino fundamental. Ir estudar na cidade foi um momento traumático para todos os jovens entrevistados, por terem que enfrentar o preconceito socialmente construído sobre a população rural e especificamente sobre os Sem Terra. Esses jovens lembram que eram chamados de “pés vermelhos”, discriminados e inferiorizados e levavam um tempo até conseguirem um bom entrosamento com a turma.

Depararam-se com a histórica dicotomia rural-urbano, que inferioriza e desqualifica o rural em detrimento da cidade, como o lugar do progresso e das realizações. Esse pode ser entendido então como um período de des-re-territorialização (HAESBAERT, 2011), em que os adolescentes sofreram um processo de desterritorialização do seu território escolar anterior, que engendrava uma territorialidade fundada nos princípios da Educação do Campo: o trabalho como princípio educativo, a mística, a cooperação, dentre outros. Para então se re-territorializarem na escola da cidade, cujos princípios são em geral urbanocêntricos, meritocráticos, competitivos.

Esse período é também o tempo em que os jovens começam a se envolver mais com o grupo de jovens do assentamento, o JUFTER (Jovens Unidos Frutos da Terra) e trazem lembranças boas das atividades empreendidas por eles, como organização de festas no assentamento, mutirões, atuação junto à Igreja. O JUFTER existe desde os tempos do acampamento e continua atuante até hoje, reunindo cerca de 36 jovens que participam regularmente. Nesse contexto, o grupo exerce um papel importante ao contrabalançar a sociabilidade exercida nas escolas da cidade, mantendo-se como um espaço em que a sociabilidade baseada nos princípios camponeses e Sem Terra segue acontecendo.



Figura 30– Atividade do JUFTER para limpeza e combate à Dengue no assentamento.
Foto: Grupo JUFTER

Como já dito anteriormente, no grupo dos jovens pesquisados por nós existe uma certa divisão entre duas gerações de jovens que é reflexo de uma divisão existente no assentamento como um todo): uma primeira geração apresenta-se com uma média de 29 anos e outra com uma média de 17 anos⁴⁶. A geração mais velha afirma que os jovens mais novos têm se dedicado mais à questão da organização das festas e de assuntos ligados à Igreja e deixado um pouco de lado a formação política e ações diretas na comunidade em assuntos como a organização comunitária, limpeza e embelezamento das áreas, atividades que o grupo tradicionalmente assumia.

Outro elemento importante nessa fase da adolescência são os encontros do MST de formação para a juventude, a que os jovens se referem como espaços importantes de reflexão, de adquirir novos conhecimentos sobre o funcionamento da sociedade, de unir forças com outros jovens e socializar informações, como expressam nos depoimentos abaixo:

No período mais ou menos da minha juventude, da minha adolescência, mais novo assim, teve aqui meu primeiro Encontro de Juventude que eu participei, foi o primeiro do movimento que foi aqui dentro e aí com todo esse processo eu fui pegando apego, gostando assim mais na escola da questão social. Quando eu fui pros cursos eu fui prestando atenção assim nessas coisas. Me indignava assim com as coisas e nessa coisa toda fui pegando mais gosto com

⁴⁶ Calculamos uma média ponderada das idades dos jovens participantes para encontrar esses valores.

as matérias como Sociologia, mas no ensino médio, mesmo que eu não dedicava assim, eu já criei uma consciência da importância de estudar e gostava mais ainda dessas matérias: Sociologia, Filosofia, História.
(Maxuel, 19 anos)

Eu já participei muito, de muitas coisas, encontros, o MST pra mim também foi uma escola, de vida, de luta... porque o MST te ensina coisa que faculdade nenhuma vai te ensinar, então eu tenho muito a agradecer ao Movimento.
(Jamerson, 24 anos)

Os jovens acima revelam como o MST se constitui como um espaço fundamental para a formação política e para a construção da cidadania em suas histórias. O movimento é capaz de ensinar o que a escola formal não ensina, é visto como uma escola de vida e que inclusive vai ressignificar a escola formal, como aconteceu com o caso de um dos jovens.

Esse período da adolescência também é intenso quanto ao início dos relacionamentos amorosos e à descoberta da sexualidade. Dos 26 jovens entrevistados, 8 mulheres já são mães e tiveram seus filhos no começo da juventude. A gravidez trouxe algumas dificuldades como lidar com o desemprego, as dificuldades para sustentar a criança, e o fato de a maternidade ter sido um processo solitário para algumas. As memórias dessa fase levantaram a discussão sobre a importância do debate da sexualidade dentro do assentamento, na escola e nas famílias, pois a juventude considera que esse assunto ainda é pouco tratado devido a uma cultura conservadora nesse sentido por parte dos pais.

O terceiro marco importante na memória é o término do ensino médio, que abre novas possibilidades, conflitos e incertezas na vida, diante do novo caminho a seguir. É o período em que os jovens vivenciam em maior parte as migrações para as cidades e relatam experiências difíceis ligadas ao estranhamento diante da cultura urbana, da solidão, do individualismo, da ausência da natureza, da dificuldade de conseguir emprego ou da vivência de um emprego muito exaustivo.

Dos nossos 26 entrevistados, 6 estão atualmente vivendo fora do assentamento. Conseguimos acessá-los porque estavam no período de férias, junto às famílias no assentamento quando realizamos as entrevistas. Outras 4 entrevistadas, que atualmente vivem no assentamento, já migraram e voltaram.

Essas também contribuíram com os relatos de suas experiências nas cidades. Uma jovem de 19 anos que se mudou para Belo Horizonte para trabalhar com a irmã e continuar seus estudos, conta de seu estranhamento diante da vida nas cidades.

Quem nasceu pra ser passarinho, nunca vai ser hamster pra ficar preso dentro de gaiola. E eu ficava pensando isso dentro da minha cabeça, porque quando eu cheguei lá eu ficava presa dentro de casa o dia inteirinho. Você olha pra um lado não conhece ninguém, olha pro outro não conhece ninguém. Falam assim: você pode sair, sai sozinha, tipo assim, “Sai, mas toma cuidado com isso, com aquilo, com aquilo, fazia medo na gente, né? Desanimava a gente na hora. Você não podia confiar em ninguém e eu tava acostumada a confiar em todo mundo ... (Elaine, 19 anos)

Observamos que a partir da memória da vida no assentamento, a consciência confronta a produção do espaço-tempo no campo com a produção social do espaço-tempo nas grandes cidades. Observam a matéria primeira (natureza) diminuída, devastada na produção do espaço urbano e isso lhes produz estranhamento. As relações humanas têm sido moldadas pelo ordenamento dos espaços e tempos de acordo com a lógica do capital (LEFEVBRE, 2006), tanto nas cidades quanto no campo, ainda que as resistências sempre surjam nos diferentes espaços. No caso do Assentamento, as relações humanas e os espaços-tempos ainda estão mais resistentes a esse processo, o que é descrito pela jovem ao contrastar sua experiência de vida no campo e na cidade.

O saudosismo presente na fala da jovem acima revela que mesmo no espaço urbano, o *ethos* camponês resiste na rememoração de suas crenças, saberes e fazeres que vão configurar formas específicas de territorialidades nas cidades, mantendo uma conexão fluida entre o rural e o urbano, num processo de des-re-territorialização (WOORTMANN, 1990; HAESBAERT, 2011). Sabemos que esse saudosismo pode ter um componente ilusório, na medida em que o distanciamento pode tender a apagar pontos negativos e ressaltar os positivos (SIGAUD, 2002). Mas de toda forma, o estar fora do território possibilita o estranhamento e a possibilidade de repensar, ressignificar o lugar de origem, nesse caso, o campo. De 6 jovens que atualmente estão fora do assentamento, cabe destacar que 3 manifestam o desejo de retornar.

Sobre as experiências dos jovens no meio urbano, identificamos que as lembranças da vida na cidade relatadas nos depoimentos são muito intimistas, individuais, não relacionadas a acontecimentos compartilhados com outros ou com uma coletividade, talvez pelo próprio reflexo do individualismo que enfrentam nas cidades, como uma experiência solitária, em meio

a uma sociedade que torna tudo mercadoria (ELIAS, 1994). Duas jovens que já migraram e voltaram para o assentamento relataram um consumo excessivo no período inicial de vida nas cidades, ao receberem seus primeiros salários, como se esta fosse uma forma de “descontar” os períodos de privação de bens de consumo vividas na infância. Da mesma forma, mostraram que os momentos de lazer, antes vivenciados prioritariamente na comunhão com o grupo, deslocaram-se para opções de lazer individualizadas e mediadas pelo dinheiro.

Os cursos de Agroecologia e Educação do Campo evocaram lembranças positivas e se apresentaram nas falas da juventude como possibilidades importantes de continuidade dos estudos, como canais para a ressignificação sobre a vida no campo e como meios para possibilitarem a construção de projetos de futuro ligados à vida no assentamento. Relembrou as dificuldades para estudar fora, tanto financeiras, quanto pelo fato de terem que se manter afastados da família por quinze dias. Falaram sobre a importância do auxílio das bolsas para viabilizarem os estudos, sobre os aprendizados vivenciados, a transformação pessoal pela qual passaram, os encontros e viagens que possibilitaram diversos diálogos e trocas de saberes, as técnicas de plantio e saneamento aprendidas que foram aplicadas no assentamento.

Pela síntese das memórias trazidas pela juventude, percebemos que há uma consciência no presente, pela maior parte⁴⁷ dos jovens que participaram da pesquisa, de que sua realidade atual é fruto de uma história de lutas que os conecta à história do MST à trajetória de seus pais pela conquista da terra. Observamos, porém, que essa compreensão é mais forte na primeira geração de jovens (média de 29 anos) e em especial entre os jovens que estão nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo ou Agroecologia. Dos 26 jovens entrevistados, 10 estão nos referidos cursos, sendo que desses 10, 6 apresentaram-se espontaneamente como “nascidos na luta do MST” ou começaram suas histórias com afirmações do tipo “desde os 4 anos estou na luta com meus pais”, demonstrando uma consciência de sua identidade muito ligada à história coletiva e à consciência de classe, ou seja, evidenciando o sentimento de “pertença”.

A segunda geração de jovens (expressão que estamos utilizando para nos referirmos a um grupo de jovens com uma média de 17 anos) apresentou menos referências ao passado de suas famílias em sua identificação, e menos referências de pertencimento à coletividade.

⁴⁷Dos 26 entrevistados, 19 fizeram referência direta à percepção de sua história como fruto das lutas da família junto ao MST em suas entrevistas pessoais.

Os jovens da primeira geração afirmaram que a cultura vem mudando muito ultimamente e que os jovens mais novos “dão mais trabalho”, porque estão vivenciando uma fase em que, segundo eles, “as coisas estão mais difíceis”, como revelam nas falas abaixo:

Porque mudou tudo, igual essa coisa de tecnologia, tem drogas, aqui ó, tem álcool, tem drogas, tem tudo de ruim, e os meninos querem tudo que vê: quer roupa de marca, quer não sei o que, quer sapato, diz mãe que está muito mais difícil, na escola... (Elaine, 19 anos)

A cultura ela mudou muito de certo tempo pra cá. Hoje o jovem não tem a mesma cultura que nós, por exemplo eu tenho 24 anos, mas a cultura que eu vivi é totalmente diferente da de hoje, então o jovem hoje tem acesso a certo tipo de coisa que antes não tinha, isso é uma coisa que acaba de uma certa maneira marcando a gente muito, porque a gente vê amigos de infância que acabam se envolvendo com isso e são coisas que marcam a gente muito, a trajetória de vida da gente. A gente vê amigos da gente perdendo pra essas coisas... (Jamerson, 24 anos)

Foi recorrente nos relatos da juventude essa menção às mudanças na cultura, especialmente no que diz respeito às mudanças tecnológicas, pois é notável no assentamento a influência das tecnologias e das redes sociais na vida cotidiana dos jovens. Os jovens, de certa forma, percebem as intensas transformações pelas quais a sociedade passou nas últimas três décadas, cujo cerne são os avanços nas tecnologias da informação, processamento e comunicação, num contexto de uma nova expansão do capitalismo.

Esses avanços introduziram mudanças radicais na relação dos seres humanos com o espaço e o tempo, levando a um novo padrão de sociabilidade, especialmente nas relações de trabalho e nas relações interpessoais. Os benefícios dessas mudanças são muitos, porém o acúmulo constante de informações e a rapidez de sua circulação, bem como a dificuldade de filtrá-las e produzir um pensamento crítico sobre elas ameaça a memória, princípios, valores e tradições e torna tudo *líquido* (CASTELLS, 1999; BAUMAN, 2011).

4.2. Dos sonhos individuais aos sonhos em prol da coletividade: a contribuição da Agroecologia e da Educação do Campo

A partir das memórias e histórias levantadas em nosso primeiro encontro de pesquisa-ação-participativa, nos dedicamos, num segundo encontro realizado dois meses depois, a levantar os sonhos e projetos de futuro da juventude. O objetivo era compreender a relação

desses sonhos e projetos com o território do assentamento e a partir deles também discutir os vínculos e a “pertença”.

Apresentamos na tabela abaixo uma síntese da relação dos jovens que entrevistamos com o desejo de sair ou ficar no assentamento.

Situação	Número de Jovens
Estão no assentamento e desejam permanecer	15
Estão no assentamento e desejam sair	3
Estão no assentamento e ainda não possuem opinião formada	2
Saíram e não desejam retornar	3
Saíram e desejam retornar	3
Total de Entrevistados	26

Tabela 3: Relação dos jovens entrevistados com o desejo de permanecer no assentamento
Fonte: Elaboração própria

De 20 jovens entrevistados que hoje vivem no assentamento, 15 manifestaram um sentimento de pertencimento e afeto com o território, e o desejo de permanecer vivendo e trabalhando no local. Outros 3 jovens afirmaram desejar sair para “conseguir um emprego”, “conseguir dinheiro” e “ajudar a família”. Esses últimos eram jovens mais novos, pertencentes à segunda geração e demonstravam gostar do assentamento, porém possuir menor engajamento nas atividades comunitárias e políticas locais. Dos 6 entrevistados que já vivem hoje fora do assentamento, 3 manifestaram o desejo de conseguir um trabalho na comunidade para retornar, expressando sentimentos de solidão e estranhamento diante da vida nas cidades. Outros 3 já estão com suas vidas consolidadas na cidade e afirmaram não terem o desejo de voltar ao assentamento.

Quando perguntamos sobre os sonhos e projetos para o futuro, percebemos que os sonhos e projetos de vida dos jovens da segunda geração de jovens estavam mais relacionados a uma melhoria concreta nas condições de produção e reprodução da vida material numa esfera individual ou familiar, como expressam nas falas a seguir:

“Meu sonho é juntar dinheiro e montar uma fábrica” (Vinícius, 19 anos)

“Conseguir melhorar um pouco de vida, não só a minha, mas da minha família também” (Maria Aparecida, 18 anos).

“Poder sustentar minha família, ajudar meus irmãos, tenho 13 irmãos” (Rômulo, 16 anos).

Outros projetos estavam relacionados a terminar os estudos, casar, fazer faculdade, ter sua própria casa. Percebemos que os jovens da segunda geração que participaram da nossa pesquisa possuem uma visão do assentamento como um lugar bom para morar, mas não o veem como um lugar de onde podem tirar seu sustento e obter autonomia no trabalho, ainda que não seja necessariamente com a agricultura. Gostariam de morar próximo ao assentamento, visitá-lo sempre ou morar nele e trabalhar fora.

Ao percebermos essa tendência, na dinâmica que realizamos intitulada “Cenários de Futuro”, um dos cenários possíveis que imaginamos para o futuro do assentamento foi este em que os jovens moram no assentamento e trabalham fora. Todos os três cenários que imaginamos, como vamos descrever a seguir, foram pensados a partir das conversas e dinâmicas dos momentos anteriores da pesquisa, em que foram discutidas quais as possibilidades de futuro que se apresentavam para o assentamento. Quanto ao cenário em que os jovens moram no assentamento e trabalham fora, podemos observar o cartaz elaborado abaixo:

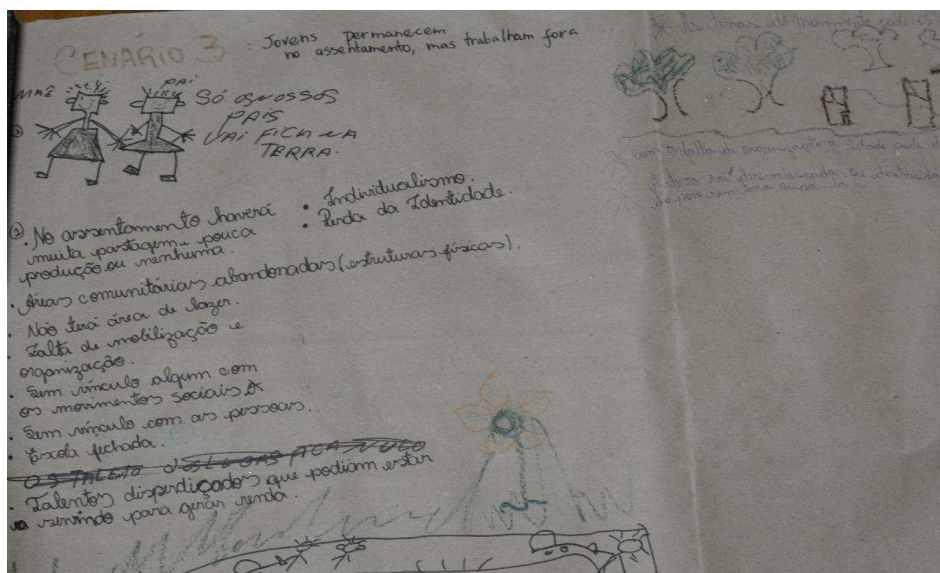


Figura 31: Cenário de Futuro 3: Jovens permanecem no assentamento, mas trabalham fora. Foto: Margriet Goris

De acordo com a síntese elaborada pela juventude, essa opção caminhará para o aprofundamento do individualismo, o esvaziamento das áreas comuns, o abandono e devastação da terra, que se voltará para a pastagem, a perda da dimensão política da proposta do assentamento e do vínculo com os movimentos sociais, o desperdício de talentos que poderiam ser utilizados para gerar renda e serão provavelmente deixados de lado em empregos maçantes nas cidades.

Nesse caminho, segundo os jovens, a cidade invadirá o assentamento. E sabemos que essa invasão está além das dimensões materiais; é uma invasão também epistêmica (SHIVA, 2003). Depreendeu-se daí a necessidade de trabalhar com a juventude a necessidade do retorno à terra, de fortalecer a produção em bases agroecológicas e criar possibilidades de geração de renda a partir do trabalho no assentamento, sendo a Agroecologia uma alternativa importante para a produção local. No debate ampliado, com jovens e também lideranças adultas da comunidade que participaram conosco nesse dia, o “Cenário 3” suscitou diversas reflexões sobre suas consequências negativas para o assentamento.

No cenário de futuro 1, imaginamos um cenário em que os jovens optam por permanecer no assentamento trabalhando a terra. Observamos que os jovens manifestaram o desejo de produzir, investir na plantação (representada pelo milho), na produção de frutas (representada pelas mangueiras), pensando o beneficiamento de polpas, na criação de peixes, na produção de laticínios, na criação de um viveiro de mudas e flores. Expressaram também o desejo de fortalecer o setor de serviços, ofertando serviços que as pessoas não teriam a necessidade de ir buscar nas cidades, e assim dialogam com a necessidade da pluriatividade no campo. Registraram também o fortalecimento das áreas comuns de encontro e lazer, caso os jovens estejam mais presentes produzindo e trabalhando no território, o que foi representado pelas quadras de esporte.

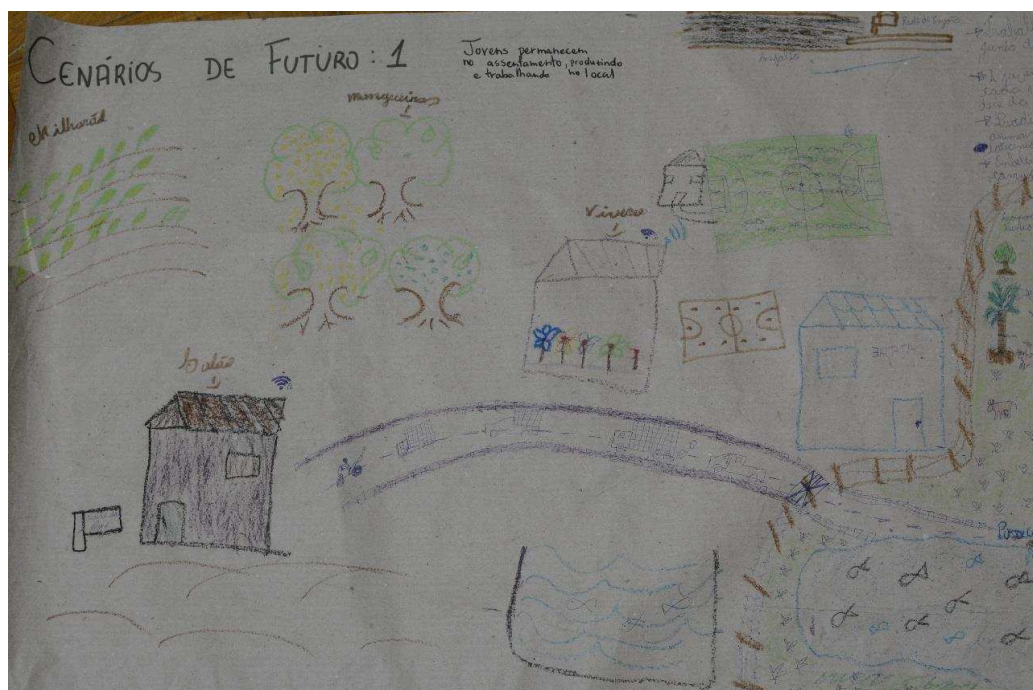


Figura 32: Cenário de futuro 1: Jovens permanecem no assentamento produzindo e trabalhando no local.
Foto: Margriet Goris

No cenário de futuro 2, cuja síntese das reflexões está representada na imagem abaixo, imaginamos o que acontecerá com o assentamento se os jovens saem em massa.

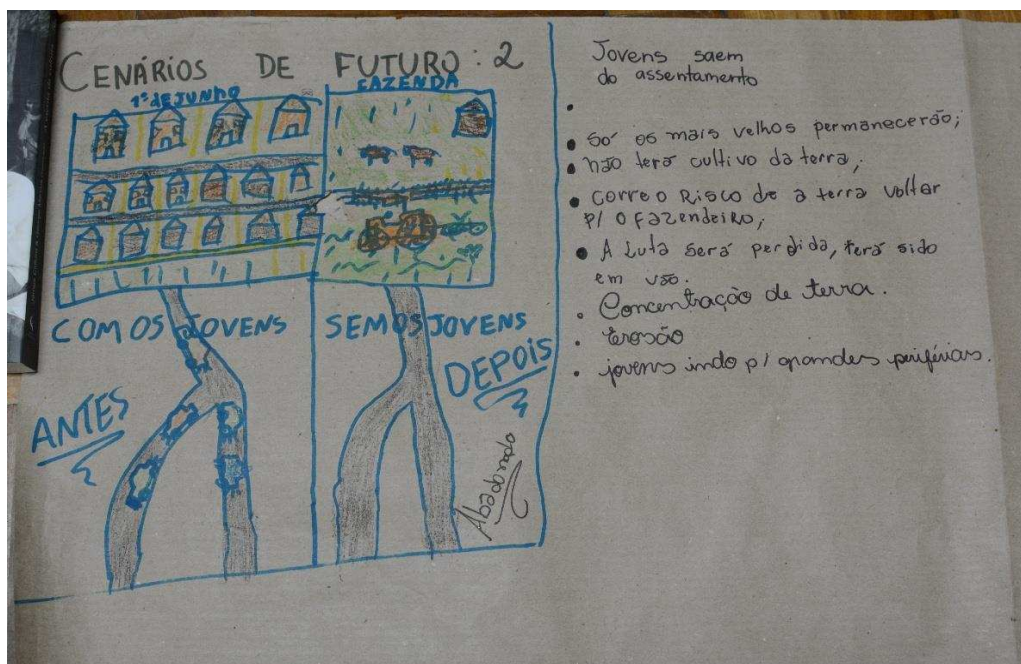


Figura 33 - Cenário de futuro 2: Jovens saem do assentamento. Foto: Margriet Goris

Nesse caso, os debates apontaram que não será possível a continuidade dos trabalhos nas terras, que essas tenderão a voltar para os grandes fazendeiros, voltará a haver concentração fundiária, erosão, degradação ambiental, a luta e o ideal dos Sem Terra terão sido em vão. Os jovens irão para as periferias da cidade. Percebemos que nesse caso, a autonomia e a própria existência do assentamento está ameaçada.

Ao final da oficina, quando a juventude visualizou os três cenários de possíveis futuros materializados no desenho, com suas consequências bem delineadas, percebemos que a dinâmica trouxe mais consciência diante do resultado a que podem levar cada caminho. No debate amplo, todos afirmaram que não desejariam ver o propósito inicial do assentamento abandonado, possibilidade para a qual apontam os cenários 2 e 3.

Nas discussões em torno desses possíveis cenários de futuro, assim como em outras vivências fomos observando como os jovens educandos da Agroecologia e Educação do Campo estão se constituindo no território como atores políticos fundamentais para repensar o Bem Viver no campo. Nas rodas, eram eles quem problematizavam junto aos outros jovens as novas possibilidades de viver e produzir no campo de forma agroecológica, com cultura, tecnologia e saúde; questionavam padrões consumistas e as ilusões dos mais novos em relação às cidades; e

eram também eles que introduziam conceitos e termos ainda desconhecidos para muitos adolescentes e jovens, como “território”, “Bem Viver”, “Agroecologia”. Assim, iam aos poucos politizando e aprofundando mais os debates.

Se na segunda geração de jovens, vimos que os projetos e sonhos estavam mais voltados para as realizações pessoais e familiares, por outro lado, observamos que nos sonhos de todos os educandos dos cursos de Educação do Campo e Agroecologia para o futuro, destacaram-se ações que remetiam ao coletivo, ao trabalho pela comunidade, à melhoria do assentamento, como compartilhamos nas falas a seguir:

Terminar a faculdade e contribuir na comunidade para que ela seja um lugar *melhor de se viver* (...). Que no assentamento tenha mais *oportunidades para os jovens*, também um lugar onde a *cultura popular* prevaleça. Sonho em transformar o casarão da sede em um espaço cultural e de lazer para todos. (Catiane, 26 anos)

Um dos muitos sonhos é que consigamos formar *cidadãos conscientes, responsáveis e críticos*. Ampliar a *integração dos jovens à comunidade*, fortalecer os diálogos entre as gerações. (Maria Bethânia, 34 anos)

Terminar os estudos e poder contribuir mais na nossa comunidade no processo de *organização*, ver nossa *juventude alegre* e compreender o real sentido da luta pela terra e o verdadeiro valor dessa luta. (Natalina, 28 anos)

Pretendo contribuir na comunidade para algo mais sustentável e ver a comunidade desenvolvida em todos os aspectos e principalmente dentro da *Agroecologia*. (Celmária, 30 anos)

Quero continuar na comunidade trabalhando como professor de Biologia. *Investir na terra* da família com a criação de gado e produção agrícola. Sonho *ver os jovens do assentamento produzindo e vivendo bem na comunidade*, sem necessidade de buscar trabalho longe. (Lucas, 19 anos)

Investir na produção de polpas: acerola, goiaba, mamão, laranja, manga, etc. Dar aulas na escola do assentamento, ajudando a fortalecer a educação do campo e a organização da comunidade. Fazer um Mestrado que tenha a ver com a Educação do Campo. (Gilcimária, 33 anos)

Nas falas acima destacamos em itálico algumas palavras e expressões que refletem ideias centrais nos sonhos, como a alusão à ideia do viver bem ou Bem Viver; o desejo de fortalecer a cultura popular, a Agroecologia, a formação e organização da comunidade, a preocupação com a juventude.

Para além dos que cursam Educação do Campo e Agroecologia, três outros jovens (dois que hoje já estão vivendo fora do assentamento por motivos de estudos e trabalho e uma que está em vias de se mudar para procurar emprego), também manifestaram sonhos e projetos que envolvem voltar para o assentamento em algum momento e trabalhar pela melhoria da vida na comunidade. Um deles, que cursa Engenharia Civil e Ambiental numa faculdade em Governador Valadares sonha em atuar dentro do assentamento conseguindo projetos para trabalhar a recuperação das nascentes.

A partir das rodas de conversas, das entrevistas individuais e das dinâmicas que realizamos, percebemos que os jovens que têm mais presente a história de lutas de sua comunidade vinculam-se mais efetivamente como um elo nessa história, comprometendo-se com projetos futuros que contemplem a continuidade dos sonhos das gerações anteriores, não só buscando a continuidade do que foi realizado, mas também daquilo que não foi realizado (BRANDÃO, 1998). A partir daí, tecemos algumas reflexões sobre a relação entre memória e projeto.

Nas falas abaixo podemos perceber que os jovens recorrem à memória do passado para guiá-los nas decisões sobre o futuro, neste caso sobre ficarem ou saírem do assentamento. Essa decisão, como sabemos, é permeada por vários fatores que se entrecruzam, mas fato é que a memória é um elemento fundamental a ser acessado.

Mãe mais pai é só juntar o grupinho que eles começam as histórias, né, muita história engraçada, legal, que dá mais vontade de ficar aqui, né, ver como hoje está ótimo, maravilhoso em vista de antigamente. (...) (Elaine, 19 anos. Jovem que atualmente vive fora do assentamento, mas deseja retornar)

Já pensei várias vezes em sair do assentamento. Agora mesmo recebi um convite pra trabalhar numa fazenda no Pará. Eu quase fui, mas aí eu lembro das histórias que minha mãe conta e penso: “Meus pais lutaram tanto pra deixar de ser explorado pelo patrão, pra ter essa terra, e agora lá vou eu trabalhar pra fazendeiro de novo?” (Edson, 32 anos, jovem que atualmente vive no assentamento)

Ainda entre três jovens entrevistados que decidiram sair do assentamento e que vivem atualmente fora, percebemos que as memórias evocadas em suas falas sobre a vida no assentamento, articulam-se com o sonho do retorno, com expectativas de um dia poderem trabalhar pelo local, continuando o projeto dos pais e avós.

Refletindo sobre a conexão entre memória e projeto a partir das falas da juventude, lembramos que na perspectiva trazida por Walter Benjamin (1987), a história deve caminhar olhando para trás, e não virando as costas para o passado, constantemente ávida pelo futuro, como faz o projeto de modernidade que se espalhou por todo o globo, numa corrida incessante pelo progresso. Assim, o futuro é submetido ao compromisso do presente para com o passado. Segundo Brandão (1998), em diálogo com Benjamin “todo o projeto de construção do futuro só poderá ser motivado e, depois realizado como um plano de história, mediante uma reconstrução solidária do passado vivido pelas gerações antecedentes”. (p. 28)

Essa perspectiva solidária com relação às gerações anteriores implica numa resistência constante frente ao projeto moderno do progresso e do desenvolvimento, que mudou de forma profunda a relação humana com o tempo, negando o conhecimento acumulado pelas tradições, controlando, padronizando e subjugando os diversos tempos ao tempo único do capital. O futuro é visto como algo sempre almejado mas, ao mesmo tempo, algo que aflige e assim, se esquece o passado e se empobrece o presente (SANTOS, 2002).

Nossos ritmos temporais são múltiplos, diversos, segundo cada ser, coletividade, cultura e situação, porém, como lembra Bosi, esses ritmos

foram subjugados pela sociedade industrial, que dobrou o tempo a seu ritmo, “racionalizando” as horas da vida. É o tempo da mercadoria na consciência humana, esmagando o tempo da amizade, o familiar, o religioso... A memória os reconquista na medida em que é um trabalho sobre o tempo, abarcando também esses tempos marginais e perdidos na vertigem mercantil. (BOSI, 1993, p. 281)

Sabemos que hoje é difícil possuir autonomia sobre o próprio tempo e resistir ao tempo esmagador que rege as sociedades modernas. Por exemplo, sabemos que o tempo para contar histórias, ouvir e aprender da experiência do outro, cultivar a memória e o encontro entre as gerações é escasso diante do tempo dedicado ao trabalho na esfera do capital que esgota as forças dos trabalhadores, do tempo livre disputado por meios de entretenimento alienantes, da sedução exercida pela rapidez da informação e pelo consumo e acúmulo de conhecimentos.

No assentamento, uma das jovens nos relata como os irmãos mais novos já não querem escutar as histórias da família, revelando um conflito entre gerações e entre diferentes temporalidades.

São histórias que precisam buscar pessoas que já viveu pra contar pra eles, como que foi a nossa luta verdadeira, porque muitos aí não sabem, inclusive, meus irmãos não sabem, sabe? Minha mãe vive tentando contar pra eles e “ah,

mas isso foi no seu tempo!”. Minha mãe fala “E daí? Foi no meu tempo, então aprenda pelo menos a ouvir pra você tirar ao menos alguma coisa de positivo disso, que a vida das suas irmãs não foi mar de rosa não” (Elonália, 39 anos)

Nesse sentido, cabe lembrar que a faculdade de contar histórias, é uma forma artesanal de comunicação, que historicamente floresceu em meio artesão, onde existiam atividades que permitiam ao ser humano estar numa relação de distensão com o tempo e em contato com uma variada gama de experiências humanas. Dessa forma, o narrador podia trabalhar “a matéria-prima da experiência sua e dos outros, transformando-as num produto sólido e útil” a ser narrado (BENJAMIN, 1994, p. 17). Como essas atividades que possibilitam coordenar “alma, olhar e mãos” e repousar sobre o tempo estão em vias de extinção na cidade e no campo, ameaçadas pelos processos de expansão do capitalismo moderno colonial, tanto os narradores estão desaparecendo quanto a comunidade de ouvintes. (Ibid.)

Em nossa pesquisa, percebemos que os jovens que mais evocaram a memória das lutas dos pais como lembrança e projeto são aqueles que pertencem a famílias que mantêm essa tradição “do contar histórias” ou que estão mais ativamente presentes nos espaços que valorizam a memória coletiva como um ato consciente e político de resistência. Podemos citar como esses lugares a escola do assentamento, lembrada pela juventude como um espaço fundamental onde aprenderam a história da luta, os cursos de formação da juventude do MST e os cursos de Educação do Campo e Agroecologia, que contemplam em seus princípios a importância da história e da memória coletiva, assim como a identidade cultural camponesa.

Dado que a escola do assentamento só abarcava os anos iniciais do ensino fundamental (até o fim do ano de 2016, pois em 2017 conseguiram a ampliação para os anos finais), e devido ao fato relatado da diminuição dos cursos de formação de jovens do MST nos últimos anos, destacamos a importância dos cursos técnicos e de graduação citados, para o aprofundamento do sentimento de *pertença* à comunidade, o que se reflete na passagem dos projetos individuais da juventude aos projetos coletivos. Alguns testemunhos abaixo ilustram a percepção dos jovens sobre o impacto das licenciaturas em suas vidas.

Eu também nunca tive vontade de sair do assentamento, né. Surgiu numa época uma necessidade de sair, aí eu pensei em sair, mas foi justo quando surgiu a oportunidade de vir para cá (UFV) aí eu desisti de trabalhar fora e comecei a estudar, foi aí que eu passei por uma visão de mundo completamente diferente da que eu tinha antes. Até visão de campo mesmo, o que que é campo, que benefícios o campo traz pra nós, pra nossa saúde. Aí que eu pensei: não, esse aqui é o meu lugar, minha terra, minha vida. Foi a partir do curso. (...) E eu, foi a partir do curso, coisas que antes eu não tinha

nem noção, vivendo na terra, morando na terra, e hoje eu tenho mais, assim, no caso do cuidado com a terra que a gente tinha que ter, porque antes eu não tinha essa noção... tinha um pouco, né, mas hoje eu tenho muito mais noção do que antes, do cuidado com a terra, com a mãe natureza, com as águas, de não jogar veneno na terra porque isso prejudica a nós mesmos, então foi através do curso. (...) Foi através do curso sim que eu enxerguei melhor o que que é o campo. (Catiane, 26 anos)

Acho que contribuiu muito para a questão da permanência no campo, igual, embora hoje eu não acho necessidade mais de eu ter que sair de lá à procura de um emprego, mas assim, antes do Curso, não é que eu não dava valor, às vezes a gente não entendia o campo como realmente é. Às vezes as pessoas falavam tão bem do campo e a gente pensava não tem nada pra fazer, não tem isso, então a gente não valorizava tanto, eu falo por mim, igual a gente tem hoje. Então, eu penso assim, a gente já ir colocando isso na cabeça da geração de Juliana pra eles tá crescendo e tá pensando do mesmo jeito, tá reconhecendo o campo ele realmente é, como a gente deve valorizar. Acho que não foi só pra mim, mas fortaleceu muito a questão da pertença, do reconhecimento do território da gente. (Jusiely, 27 anos)

Mesmo aqueles jovens que já se consideravam militantes e conscientes, relataram que os cursos fortaleceram sua relação com o território. É como se os cursos relembrassem algo que sofre uma pressão cotidiana para ser esquecido por parte da cultura hegemônica. Portanto, é necessário um constante processo pedagógico que alimente as memórias de lutas coletivas. Afinal, quando a memória coletiva se perde, os projetos coletivos que perpetuam e atualizam os sonhos das gerações passadas também se perdem, pois vivemos em um permanente jogo entre o lembrar e viver, esquecer e morrer.

Consideramos que os cursos apresentam esse potencial porque tanto o movimento da Educação do Campo quanto o da Agroecologia possuem, cada um com suas peculiaridades, propostas pedagógicas engajadas com os projetos políticos dos movimentos sociais, baseadas no fortalecimento do território camponês, na pedagogia da alternância, na valorização da cultura popular, da identidade camponesa, da história e da memória das classes oprimidas. (CALDART, 2000, 2003; ALTIERI, 1999).

Tanto no âmbito da Agroecologia quanto da Educação do Campo, o contato dos jovens com os professores, com outros estudantes também provenientes de realidades de opressão e resistência, o contato com outras epistemes e categorias para pensar o mundo, com novos espaços de diálogo, as viagens e vivências dos tempos-comunidade que os permitem circular por outros territórios, aprender com outras realidades, acessar mestres da cultura popular, enfim, tudo isso lhes possibilita estranhar e reafirmar a importância de seu próprio território.

Sabemos que as propostas da Educação do Campo e Agroecologia sofrem com as contradições de estarem dentro do sistema educacional hegemônico, apresentando limites para sua concretude como pensadas no plano ideal. Na atualidade, as licenciaturas em Educação do Campo apresentam especialmente restrições materiais para garantirem sua continuidade, devido aos cortes orçamentários que sofreram desde o golpe de 2016. Porém, reafirmamos que os cursos em questão têm sido conquistas importantes para as classes populares, fortalecendo o sentimento de pertencimento, ampliando os projetos de futuro e reconfigurando as trajetórias de muitos jovens, como aponta nossa pesquisa.

4.3. Memória e “pertença”

Para pensar a memória da juventude do assentamento enquanto grupo, nos valemos da noção de memória coletiva conforme estudada por Maurice Halbwachs (1990), como uma dimensão psicossocial da memória, constituída por um conjunto de lembranças que é uma construção social do grupo em que a pessoa vive.

No caso, para os jovens cujas famílias são militantes ainda atuantes no Movimento e possuem o hábito de relembrar constantemente as histórias de luta, o lar é a comunidade afetiva, conforme nos fala Halbwachs (1990), que lhes permite constantemente rememorar o que viveram e não viveram em comum com aquela comunidade. Pois para nutrir a memória coletiva é necessário permanecer em relação com pessoas que viveram os mesmos fatos e que entre eles falam e refletem sobre o assunto muitas vezes depois. Os encontros de formação do MST e os cursos em Agroecologia e Educação do Campo também funcionam como essas comunidades afetivas. Sem essas comunidades, a memória coletiva tende a desaparecer e eis que por isso, o trabalho em prol memória coletiva dentro dos movimentos sociais é também um trabalho contra o individualismo desagregador.

Os espaços que são conquistados nas comunidades tradicionais pela televisão, pela internet, pelas redes sociais, pelo celular tendem a subtrair o tempo das partilhas nas comunidades afetivas. Consideramos importante destacar o fato de que o Sr. Roberto, considerado um guardião das sementes crioulas e da memória do assentamento, destaca em sua fala que sempre que alguém chega em sua casa para visitá-lo, a primeira coisa que ele faz é desligar a televisão, algo que pudemos comprovar nas inúmeras vezes que estivemos em sua casa. Esse gesto poderia passar como um detalhe, mas revela-se de extrema relevância ao

colocar valores como o acolhimento ao outro, a atenção e o diálogo frente ao entretenimento diário oferecido pelos meios de comunicação de massa.

Quando o uso dessas mídias é feito de forma alienada, pautado pelos ditames da indústria cultural consumista/machista/racista/colonial, esta absorve os jovens em realidades virtuais vazias e empobrece a qualidade de seu tempo e das relações no território. Por outro lado, esses instrumentos podem também ser utilizados com consciência e equilíbrio para globalizar a luta, promover o intercâmbio de experiências e o fortalecimento da cultura, porém, sem excluir a necessidade da presença real no território. Ou seja, é possível uma atuação local-global que se alinhe com os ideais de re-existência do assentamento.

É importante destacar que existe um componente ideológico dessa memória coletiva (HALBWACHS, 1990), devido a mecanismos sociais que selecionam elementos a serem escolhidos e rejeitados para comporem essas memórias. Um exemplo que damos entre memória e ideologia é o fato vivenciado recentemente com a tragédia-crime ambiental que atingiu o Rio Doce. Desde que iniciamos nossa pesquisa no assentamento, um ano após o rompimento da barragem, percebemos que quase não se tocava nesse assunto, uma tragédia de grandes dimensões que deveria ainda estar muito viva na memória e nas falas dos moradores. Tampouco o Rio Doce foi mencionado ou apareceu em nosso Mapa da Comunidade espontaneamente quando fizemos essa dinâmica para levantarmos a percepção da juventude sobre seu território. O Rio e a questão da tragédia só apareceram quando perguntei por eles já ao final da vivência.

Apenas após um mês de trabalho, uma jovem, educanda do curso técnico em Agroecologia, desabafou numa das reuniões:

Olha só o que que o pessoal da Samarco fez, o pessoal da Samarco destruiu... destruiu o Rio Doce e aí eles vêm, querendo cadastrar todo mundo, fazer uma indenização com um cartão, todo mundo tem o seu dinheirinho, fica caladinho, sem falar nada, e aí? (C., 30 anos)⁴⁸

Nesse momento, a jovem foi aplaudida por todos e teve início uma série de reclamações sobre a forma como a reparação dos danos pela tragédia-crime vem sendo conduzida pela Fundação Renova,⁴⁹ fundação criada pela Samarco para gerir o processo. Foi relatada a falta de

⁴⁸ Nesse caso específico, optamos por omitir o nome da jovem.

⁴⁹ Outras informações sobre a forma como a Fundação Renova está conduzindo o processo de reparação da Bacia podem ser encontradas nos relatórios disponíveis no site <http://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/> e em artigos sobre o tema, com as seguintes referências: Zhouri et al., 2016; Ferreira, S. R. L., 2016.

informações, falta de critérios para a distribuição do referido cartão, falta de participação da comunidade no processo, descaso e inúmeras dificuldades de comunicação.

A empresa, ao adotar uma estratégia de monetarização e individualização da reparação dos danos, através da concessão de um cartão por meio do qual recebem cerca de R\$ 1.300,00⁵⁰ mensais, produz a falta de clareza quanto aos direitos da comunidade, inibe as discussões coletivas, produz o silenciamento e, por consequência, o esquecimento das proporções do vivido, numa manipulação ideológica da memória da comunidade.

Produz-se uma tentativa de submeter a experiência vivida pelos povos a uma narrativa hegemônica, à qual a comunidade precisa estar atenta, pois forma-se um campo de disputas de narrativas, que vai impactar a forma como o conflito será resolvido. Por isso é também necessário atentar para a dimensão simbólica e discursiva dos conflitos territoriais. (MILANEZ e LOSEKANN, 2016). Nesse sentido, problematizamos nos encontros da juventude sobre a importância de uma retomada dos debates sobre os impactos desse crime-ambiental dentro da comunidade, pois a memória dos assentados, acerca do tema, encontra-se vulnerável.

Sabemos que a força da memória coletiva apresenta-se como elemento fundamental na prática dos movimentos sociais populares. No caso do MST, os nomes dos núcleos e brigadas fazem referência a militantes do movimento e os nomes dos assentamentos também fazem referência a lutadores do povo ou à data de conquista do assentamento.

É comum também, como em outros movimentos populares, o costume de lembrar os companheiros que faleceram com o seguinte gesto: uma pessoa puxa o grito com o nome de quem partiu e os demais respondem: “Presente!”, por três vezes. Essa prática mostra que a companheira ou o companheiro permanece presente através da luta dos que continuam.

A própria prática da mística dentro do MST é um constante lembrar, sentir e recontar histórias, através de representações e encenações que acontecem com regularidade antes do início das atividades ou como intervenções. Ela tem a intenção de emocionar, criar e fortalecer vínculos sociais, quebrar barreiras. Segundo Bogo (2012, p. 478), “a mística é o ânimo para enfrentar as dificuldades e sustentar a solidariedade entre aqueles que lutam. A mística não

⁵⁰ A informação desse valor é proveniente da comunidade. Fizemos três tentativas de nos comunicar por telefone com os responsáveis pela Fundação Renova na região para confirmar alguns dados e não conseguimos contato. A própria comunidade afirmou que é difícil acessá-los por meio dos telefones que deixam para contato, porque esses telefones mudam com frequência, assim como mudam os responsáveis pelo caso, o que impede que as pessoas criem referência com algum funcionário estável da Fundação para facilitar o trato de seus processos.

somente ajuda a transformar os ambientes e cenários sociais, mas, acima de tudo, impulsiona e provoca mudanças por fora e por dentro dos sujeitos.”

Juntam-se a esses exemplos, diversos outros ritos que possuem esse papel de alimentar a memória coletiva. Como um exemplo desses ritos podemos citar a tradicional festa de aniversário do assentamento, em que é encenada a chegada à antiga Fazenda Califórnia. Nesse dia, os assentados acordam de madrugada, soltam foguetes e repetem a caminhada que vai do túnel onde desceram do caminhão para entrarem pela primeira vez na fazenda até a área central de Limeira. Montam simbolicamente barracos de lona no ponto em que acamparam, relembram as dificuldades iniciais, as conquistas até o presente momento, e tratam dos sonhos que continuam. Normalmente, o rito termina com uma celebração religiosa.



Figura 34: Encenação da chegada ao assentamento. Junho 2017. Foto: Gilcimária Félix



Figura 35: Mística de celebração do aniversário do assentamento. Ao centro, duas gerações simbolizam a continuidade da luta. Junho 2017. Foto: Gilcimária Félix



Figura 36: Celebração religiosa no aniversário. Junho 2017. Foto: Gilcimária Félix

O rito é uma atividade elementar da experiência humana e está diretamente ligado à necessidade de recordar um mito (Mauss, 1974). Aqui compreendemos o mito no sentido do qual nos fala Brandão (1998), ao destacar que para os gregos, inicialmente, *mythos* não tinha

uma analogia com a ideia de “falso”. Dizia respeito a narrativas verdadeiras, ainda que assombrosas e quase inacreditáveis. Assim, para os gregos, a *mneme* (memória) estava associada ao mito coletivo, enquanto *anamnesis* (recordação) estava associada a uma lembrança da psique pessoal. E dessa maneira, “lembrar refere-se ao de onde se veio. Antes, com os outros, os meus, minha gente; depois, sozinho, minha alma...” (p. 12) O aedo, poeta épico da Grécia antiga, “lembra as origens aos outros, ao seu nós”, relembra os fundamentos do que não pode ser esquecido, tecendo o fio mítico da história, a mística guerreira e sagrada de um povo, a consciência coletiva de um nós que se partilha (Ibid., p. 11).

Para Mauss (1974), as imagens evocadas no espaço-tempo consagrado ao rito induzem os participantes do ritual a um estado *extra-ordinário*, por meio de uma associação de ideias e sentimentos, quebrando a rotina diária. Assim, esses estados extra-ordinários promovidos pelo rito abrem passagem para uma reconexão com o mito. O espaço consagrado ao rito (modificado, preparado, tornado especial para esse momento) torna-se de certa forma o templo, em seu sentido mais genuíno e o tempo consagrado ao rito torna-se festa (Trías, 1997). Dessa forma, os ritos são importantes para a memória. É um momento em que a comunidade evoca e reafirma seus valores, sua história e memória comum.

A festa de aniversário do assentamento é um exemplo de como a encenação ritual da conquista da terra relembra a luta, conta a história guerreira dos Sem Terra, o mito de origem daquela comunidade. As místicas e outras celebrações tradicionais que ainda acontecem também cumprem esse papel. Para Segato (1992), o rito atua como um dispositivo que permite a performance dramática da narrativa mítica que dá sentido ao vivido, invocando os aspectos sensoriais e afetivos associados àquela história comum e induzindo uma religação com essa realidade mítica.

Percebemos, portanto, ser importante que os jovens tenham trazido com tanta força as lembranças das comemorações tradicionais e afirmarem o desejo de retomá-las em seus projetos para o futuro. Esse fato também nos aponta para importância da consideração da dimensão simbólica e imaterial do território (que deve ser considerada de forma indissociável do material) para pensarmos o Bem Viver das comunidades. Por isso, o *Bem Viver* está muito além da noção de *desenvolvimento*, pois ele contempla aspectos físicos, materiais, afetivos, simbólicos e espirituais da vida humana.

No segundo Encontro de Pesquisa-Ação Participativa que organizamos, presenciamos uma mística espontânea que foi muito marcante. Nesse encontro, por iniciativa dos próprios

jovens, lideranças adultas do assentamento foram convidadas para partilharem sua vivência e contarem histórias aos mais novos. Neste dia, partilharam com os jovens momentos difíceis da luta, inclusive episódios de torturas e morte de companheiros ao longo da caminhada.

Em determinado momento, uma das lideranças disse que uma vez, olhando a bandeira do MST, estava se perguntando por que a bandeira é vermelha e não, por exemplo, verde, que poderia representar a terra. Foi então que ela entendeu que aquele vermelho representava o sangue. O sangue de seu filho e seu marido que morreram na luta, o sangue de tantos outros companheiros que se doaram por aquele ideal. Ela então pediu a seu filho mais novo, que estava presente no encontro, que colocasse no aparelho de som uma música do MST enquanto ela ia passando por cada pessoa que compunha o círculo e envolvendo a cada um com a bandeira vermelha do movimento por alguns instantes. Muitos emocionaram-se profundamente.

Aquele rito invocou os aspectos sensoriais e afetivos ligado à história coletiva comum. Sentimos que foi um rito importante para os jovens que estavam presentes, especialmente porque nesse dia estavam jovens bem novos, adolescentes, que talvez nunca tivessem escutado essas histórias. A mística enquanto memória/rito abre portas no tempo, traz de volta a história mítica, e numa trama de sentimentos, pensamentos e gestos recria o sentido profundo da comunidade.

Para mim, particularmente, enquanto pesquisadora, e, sobretudo como pessoa, ter presenciado esse rito e ter sido afetada por ele (FAVRET-SAADA, 2005), abriu janelas tão profundas de comunicação com a história daquele povo e minha própria história pessoal, que passei a noite imersa em reflexões e emoções que me levaram a reassumir compromissos com a luta do povo pela terra e pela justiça social.

Nesse sentido, a partir das observações que relatamos nesse texto, entendemos que a memória coletiva de um povo é um aspecto importante para a manutenção dos conhecimentos locais e tradicionais. Por isso, contribuí para a geração de vínculos, pertencimento, enraizamento. Uma das jovens trouxe em sua fala a importância da transmissão dos saberes e das histórias das lutas para os mais jovens e recordou o importante papel desempenhado pela educadora e atual vice-diretora da escola como guardiã e incentivadora da memória do assentamento.

ah, foi muita coisa boa que eu aprendi mesmo e acho que os meus irmãos, os meus colegas, colegas das minhas irmãs que são mais novos, deviam saber dessas coisas, sabe? Buscar história, contar. A Maria Medeiros que fazia isso, eu não sei agora como é que tá, mas... eu lembro que sempre que tinha oportunidade chamava, buscava vídeo antigo. Era fita cassete, né, que a gente

tinha, passava... Não sei se ela conseguiu passar isso pra DVD, porque vai evoluindo as coisas, né? Então vai ficando pra trás muitas coisas. Chamava: “Vamos assistir lá na sede a primeira ocupação na Fazenda Aruega” (Elonália, 39 anos)

A mesma jovem nos falou ainda que ela mesma deseja confeccionar artesanalmente um livro com sua história de vida para sua filha. “Eu quero que ela saiba disso pra saber de onde que eu vim, né, e onde eu tô hoje e onde que ela veio, sabe, também pra ela saber dar valor às coisas simples da vida, que faz tanto bem.”

Dessa forma, a partir da memória somos levados e discutir também a valorização dos saberes locais e de suas práticas tradicionais, pensando na continuidade das lutas e projetos entre as gerações. Sabemos que a transmissão desses conhecimentos tradicionais locais se dá pela oralidade, não pela escrita, através de várias dimensões da vida cotidiana. Eles são compartilhados por meio do diálogo direto entre as gerações, tanto das gerações mais antigas para as do presente, quanto das gerações do presente para as ainda mais jovens. Esses conhecimentos são a síntese: “(i) da experiência historicamente acumulada e transmitida por uma cultura rural determinada; (ii) da experiência socialmente compartilhada pelos membros de uma mesma geração; e (iii) da experiência pessoal e particular do próprio produtor e sua família, adquirida pela repetição do ciclo produtivo (anual)”. (TOLEDO E BASSOLS, 2009, p. 35).

Os encontros, assim como a qualidade do tempo que se passa no território, são, portanto, fundamentais para o cultivo das memórias e sabedorias locais. Atualmente, esses saberes são desqualificados e desperdiçados pela sociedade. Como nos diz Boaventura de Sousa Santos, é o desperdício da experiência proporcionado por uma ciência indolente (2002). Na medida em que se desqualificam os saberes tradicionais, esses são sobrepujados pela ciência e pela cultura moderna hegemônica, que se oferecem como a alternativa símbolo do progresso e futuro. Assim, as comunidades vão perdendo suas práticas comuns, seus rituais coletivos, suas festas, seus cantos, seus momentos de encontro.

No Assentamento Primeiro de Junho ainda encontramos uma grande riqueza de saberes populares. Existem na comunidade, guardiões e guardiãs de saberes tradicionais que podem dialogar mais com a presente geração de jovens, tais como: o Sr. Deusdéli, guardião das cantigas tradicionais de roda que trouxe de sua região de origem, o Vale do Jequitinhonha; a Dona Lindaura com seus conhecimentos e cantos sobre a Catira; Sr. Roberto, guardião do conhecimento sobre as sementes crioulas e biodiversidade; Sr. Milanês com seus “causos”,

(inclusive sobre o Lobisomem que ele próprio conheceu); Dona Aninha e Dona Maria com o conhecimento das benzeções e das ervas; Zei, com os conhecimentos ancestrais da Capoeira, enfim, mais uma quantidade de outros moradores que guardam consigo tesouros que são a sua própria experiência de vida somada à de seus antepassados.



Figura 37: Manifestações da cultura popular: cantos tradicionais. Foto: Grupo JUFTER



Figura 38: Manifestações da cultura popular: Capoeira. Foto: Gilcimária Félix

Em síntese, percebemos que para cultivar a memória, são fundamentais dois aspectos: a) Espaços-tempos que possibilitem experiências significativas individuais e coletivas; b) a formação de comunidades afetivas com as quais se comparte e rememora experiências. Nesse

sentido, a memória é resistência e re-existência, na medida em que: a) esses espaços-tempos precisam ser não-controlados pelo capital; espaços-tempos gestados e apropriados por geografia(s) insurgentes, em que o tempo repousa sobre o espaço para acolher o ser, pois as experiências significativas brotam das pausas e das presenças; b) além disso, a memória coletiva carece de comunidades afetivas para florescer e portanto, contrapõe-se à sociabilidade individualizante que reina na cultura hegemônica.

Concluimos que nos tempos atuais a formação dos jovens nos cursos e Agroecologia e Educação do Campo estão sendo fundamentais para fortalecer a memória dos educandos e influenciar seus projetos para o futuro, rumo a um compromisso mais coletivo, com a continuidade dos sonhos das gerações anteriores, fortalecendo também seu sentimento de “pertença” ao território. Os cursos abrem para os jovens novos horizontes, possibilidades e esperanças para a construção do Bem Viver no campo. Da mesma forma, destacam-se a Escola Estadual Primeiro de Junho e os momentos das místicas e vivências dentro dos espaços de militância dentro do assentamento, como espaços fundamentais para o cultivo da memória coletiva, dos saberes tradicionais e, conseqüentemente, para o fortalecimento da “pertença”.

CAPÍTULO 5

NATUREZA, CULTURA E POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE OS VÍNCULOS COM O LUGAR

5.1. O lugar da natureza e a natureza do lugar para a juventude

O lugar, para Milton Santos (1994; 2005), é entendido como o espaço do vivido: uma construção socioespacial onde as comunidades humanas estão juntas sentindo, pensando, compartilhando a vida. Dessa forma, o lugar possui uma dimensão profundamente conectada ao cotidiano. É a esfera onde articulam-se o espaço, a sociabilidade e a identidade.

Nesse sentido, trataremos nesta seção sobre os vínculos da juventude com o lugar, mais especificamente a partir da sua relação com a natureza⁵¹. Interessou-nos compreender como sentem, pensam e vivem a natureza e como isso se reflete em sua relação com o lugar. Esse foi um aspecto que nos chamou a atenção nas vivências que realizamos com o Mapa da Comunidade e a Caminhada Transversal.

Segundo Toledo e Bassols (2009, 2015), os saberes tradicionais locais são baseados numa inter-relação profunda entre crenças, conhecimentos e práticas e revelam diferentes formas de pensar, relacionar-se, construir e experimentar o natural, gerando modelos culturalmente específicos da natureza. (ESCOBAR, 2005). Essas maneiras particulares com que comunidades tradicionais constroem a natureza diferem das formas hegemônicas de pensamento, tendo como uma de suas principais características uma interconexão entre natureza e sociedade, como explicitado no trecho abaixo:

“Talvez a noção mais arraigada hoje em dia seja a de que os modelos locais da natureza não dependem da dicotomia natureza/sociedade. Além do mais, e a diferença das construções modernas com sua estrita separação entre o mundo biofísico, o humano e o supranatural, entende-se comumente que os modelos locais, em muitos contextos não ocidentais, são concebidos como sustentados sobre vínculos de continuidade entre as três esferas. Esta continuidade –que poderia no entanto, ser vivida como problemática e incerta– está culturalmente arraigada através de símbolos, rituais e práticas e está plasmada em especial em relações sociais que também se diferenciam do tipo moderno, capitalista.

⁵¹Observamos que os jovens evidenciaram muito os aspectos sociais das relações de amizade, parentesco e confiança como elementos importante para seu vínculo com o lugar. Ao passo que o vínculo a partir de sua relação com a natureza e/ou a terra poderia ser mais aprofundado. Por isso, nos dispusemos a refletir mais sobre esse aspecto nessa seção.

Desta forma, os seres vivos e não vivos, e com frequência supranaturais não são vistos como entes que constituem domínios distintos e separados – definitivamente não são vistos como esferas opostas da natureza e da cultura – e considera-se que as relações sociais abarcam algo mais que aos seres humanos. (ESCOBAR, 2005, p. 72)

Assim, interessou-nos questionar: como os jovens pensam, relacionam-se, constroem e experimentam a natureza? Em que medida a juventude acessa e se apropria dos conhecimentos locais sobre a natureza? Essa relação influencia seus vínculos com o assentamento? Que tipo de territorialidade essa relação constrói?

Nas memórias de infância dos jovens, assim como até os dias de hoje, o assentamento é caracterizado como um lugar bom de se viver devido a dois fatores principais: as relações humanas de confiança, amizade, cooperação; e a relação com a natureza em função de ser um lugar de ar puro, tranquilidade, beleza.

Percebemos que a categoria *natureza* não é tão utilizada no assentamento, sendo mais presente a categoria *terra*. A terra é utilizada tanto no sentido de natureza ou meio ambiente em geral, quanto no sentido mais específico de terra a ser cultivada. Nas entrevistas e na atividade do Café do Mundo os jovens se referiram à terra como: “uma mãe”, “ela é vida”, “frutas”, “ar puro”, “fartura”, “onde posso plantar e colher sem medo”, “o amanhã de todos que nela cultiva”. Faziam referências aos pássaros, à água, ao silêncio, à saúde, à relação com os animais e à fonte de alimentos.

Nas entrevistas baseadas na metodologia da História Oral, dentre os 26 jovens, 5 afirmaram considerar a terra algo muito importante, mas com a qual não têm muito contato atualmente; 8 jovens não mencionaram sua relação com a terra; 4 afirmaram que sua principal ligação é com as plantas ornamentais e com o cuidado das plantas no quintal; outros 5 afirmaram estar ligados ao cultivo de alimentos nas hortas; 4 afirmaram lidar com o gado e a criação de animais; 3 afirmaram gostar da lida com a terra e manifestaram o desejo de produzir, apesar de que hoje não conseguem ter um trabalho direto com a terra; e 1 jovem que hoje mora na cidade afirmou que quando morava no assentamento seu contato principal com a terra era por seu trabalho fora nas terras de outros.

Desses 26 entrevistados, 15 são aqueles estão atualmente no assentamento e desejam permanecer. Desses 15, 7 deles manifestaram alguma rotina no trabalho com a terra, seja com as plantas ornamentais, horta ou no cuidado dos animais.

No que diz respeito à relação econômica com a terra, os jovens afirmam que não se pode dizer que atualmente a população do assentamento viva dela. Porém verificamos, como vamos mostrar abaixo, que existe uma produção para consumo interno que não é considerada nessa fala. Afirmam que a produção é pequena e a maior parte do que é produzido é para consumo interno. Porém, algumas pessoas ainda vendem parte da produção como forma de complementar a renda. Segundo os jovens, a renda gerada a partir da produção do assentamento provém principalmente da cachaça e do leite.⁵² Segundo uma das jovens, que é uma das lideranças do assentamento, no que diz respeito à produção, “a juventude do assentamento está diretamente mais ligada ao gado, pode-se dizer que a maior obrigação dos filhos é tirar leite de manhã e entregar no ponto para os caminhões” (Raquel, 30 anos). Essa mesma jovem expressa ainda que sente falta de um contato mais direto da juventude com a terra. “Tem famílias que os jovens estão mais presentes com os pais na lida da roça, porém hoje muitos preferem ficar na internet, jogar bola, zapear...”

Fato é que, com o fim da cooperativa, a lida na terra com fins produtivos diminuiu e houve uma volta à produção mais individual. Nesse contexto, os jovens também ficaram mais afastados desse envolvimento mais direto com a terra.

Outro fator a destacar é que a relação dos homens com a terra é diferente da relação das mulheres. A leitura feita pelos jovens é de que as mulheres envolvem-se menos no trabalho junto à terra. Mas por outros dados coletados interpretamos que essa fala faz referência ao envolvimento das jovens em atividades que gerem renda na terra. Já que, se olharmos por outro lado, as mulheres são muito engajadas no cuidado com as hortas e as produções com os quintais. Segundo a juventude, os serviços que aparecem para retorno financeiro no campo são mais voltados para os homens, pois requerem muito esforço físico (“cortar madeira para as cerâmicas”, “carregar tijolo”, “bater pasto para fazendeiros”, etc).

O trabalho na roça, em padrões convencionais, ainda é visto como um trabalho penoso e mais direcionado aos homens. Assim, os pais ainda acham que os meninos é que vão ajudá-los na roça. Uma jovem deu seu exemplo, pois segundo ela, mesmo o marido que ela considera

52 Não verificamos essas indicações por meio de pesquisas quantitativas, por termos priorizado em nosso estudo a percepção que a juventude possui de seu território. Porém, acreditamos ser importante a averiguação dessas informações por meio de estudos futuros, para o aprofundamento sobre a realidade produtiva e econômica do assentamento.

bem politizado, chegou a ficar desanimado quando descobriu que a segunda criança que teriam era menina, pois ele não teria quem o ajudaria na roça.

Este é um aspecto importante que dialoga com uma das causas recorrentes nos estudos sobre a saída da juventude do campo: a opressão do gênero feminino no meio rural. A forte cultura patriarcal, também expressão da moral camponesa (WOORTMANN, K., 1990; 2009), muitas vezes relega a mulher a um papel reprodutivo e privado. (CARNEIRO, 2005; BRUMER, 2004). No assentamento, assim como nas estatísticas nacionais, ainda saem mais mulheres para as cidades do que homens: saíram 28 mulheres e 22 homens em um período de 10 anos.

O estudo de Moura e Ferrari (2016), por exemplo, realizado com 110 jovens da Zona da Mata mineira, indicou que um dos elementos⁵³ que levam a juventude a permanecer no campo é a existência do trabalho com a temática do feminismo, que empodera as mulheres e ressignifica sua participação nos processos produtivos. Em nossa pesquisa, percebemos ser um aspecto importante o debate sobre o feminismo entre os e as jovens, mas tivemos algumas dificuldades para tratar desse tema, devido a alguns episódios que presenciamos e optamos por não mencionar nesse texto. Deixamos, porém, indicada a necessidade de que futuras pesquisas aprofundem o tema, assim como trabalhos da própria comunidade possam ser realizados nesse sentido. Afinal, sabemos que a esfera do não-dito guarda chaves importantes para a compreensão das relações no território.

Prosseguindo à nossa compreensão sobre a relação da juventude com a natureza, percebemos que nas vivências da Caminhada Transversal e nas entrevistas com base na História Oral, os jovens evocaram muitas lembranças de infância relacionadas a uma sociabilidade muito intrincada à natureza. Relembrou as brincadeiras em que a natureza era um elemento fundamental: o futebol em que as árvores eram um gol improvisado, as brincadeiras de esconder no mandiocal e os banhos num poço que atualmente está assoreado. Recordaram que muitas nascentes e córregos secaram desde que chegaram ao assentamento. Lembraram-se de também do brejo que não existe mais, onde plantavam arroz. Porém, também existiram mudanças positivas: hoje há mais árvores, mais sombra, inclusive muitas árvores frutíferas. Quando chegaram havia só pasto. Os desequilíbrios iniciais que existiam na terra como o cipó preto e a

⁵³ Outros elementos indicados na pesquisa como fatores de atração para a permanência da juventude no campo foram: a Agroecologia, a autonomia dos jovens para realizarem seus próprios projetos na propriedade, a independência financeira, a organização política da agricultura familiar, valores e relações familiares, qualidade de vida, acesso à terra, identidade do campo, escolas do campo e licenciaturas em Educação do Campo (MOURA E FERRARI, 2016).

aroeira, foram em grande parte controladas com a homeopatia, em parceria com a UFV, mas hoje, voltam a aparecer como um problema. Da mesma forma, nascentes que foram cercadas e protegidas em projetos em parceria com a universidade, hoje encontram-se novamente vulneráveis devido à falta de continuidade das ações empreendidas anteriormente. A lembrança desses fatos durante a Caminhada provocava discussões acerca da preservação dos recursos naturais no assentamento.

Também nas experiências dos jovens que se mudaram para a cidade, a natureza/terra ocupa um dos lugares centrais nas memórias, junto com a saudade dos familiares e amigos. Referem-se à saudade da vida próxima à natureza, de ter a sombra das árvores, a companhia dos animais, o ar puro para respirar. Uma das jovens que mora atualmente em Belo Horizonte e foi entrevistada enquanto passava as férias no assentamento relatou:

Aqui é outra coisa, o céu é outra coisa, eu adoro ficar olhando, tudo é outra coisa. Até o ar que você respira, nosso Deus, você sente outra coisa. (...) Hoje mesmo já fui ali e fiquei observando e lembrando da gente falando que antes era tudo pelado, não tinha nada, hoje você sobe aqui e olha pra lá, se deixar você não vê casa. (*referindo-se às árvores que cresceram na Agrovila*) Sabe o que é bom também, essa coisa, você ouve os passarinho cantar, se você não parar para perceber, você nem vê que eles estão aí cantando o tempo todo.. Chega lá não é a mesma coisa.. você só vê carro, carro.. Eu fiquei uma vez em BH procurando se eu via alguma borboleta, quando eu achei eu fiquei observando ela até ela sumir... é raro mesmo, raro, não vê nenhuma, você vê mais é pombo. (Elaine, 19 anos)

As palavras da jovem acima revelam a sensibilidade de quem vivencia e guarda na memória uma territorialidade tecida graças a uma relação de afeto e proximidade com a natureza. Para ela, esses elementos não-humanos - o ar, o céu, as árvores, os pássaros e as borboletas - são presenças importantes na sua relação com o mundo.

Apesar da relação com a natureza ter aparecido de forma intensa no imaginário da juventude refletido nas entrevistas individuais, percebemos que no desenho do Mapa da Comunidade, a natureza foi pouco lembrada: não apareceu *a priori* nos desenhos. O foco do desenho, quando foi iniciado pelas meninas, foram as casas e as falas sobre as relações sociais estabelecidas entre os vizinhos. Posteriormente, quando os meninos chegaram, destacaram os meios de transporte, a quadra, o sinal de internet e o gado. A princípio não apareceu o Rio Doce, nem menção ao crime ambiental, nem às nascentes, nem às áreas de produção, aos tipos de árvores e animais, nem às áreas erodidas.

Todos esses elementos que citamos só apareceram depois, quando continuamos a atividade, em outro dia, no qual participaram lideranças adultas da comunidade. Essas sim, logo registraram o Rio Doce, nascentes, árvores específicas, poços de peixes, áreas de preservação, erosões, voçorocas.

Observamos também que os jovens reproduzem um discurso de que a terra e o clima não são bons e a água é escassa e atribuem a esses fatores o fato de a produção ser difícil. Esse discurso também está presente nas falas de muitos adultos da comunidade. Só fomos conhecer algum lote de produção após meses de pesquisa e pareciam não atribuir tanta importância ao que produzem atualmente. Quando conhecemos a primeira horta no assentamento uma das senhoras da comunidade nos disse que não imaginava que íamos gostar tanto de vê-la. Outros comentavam que as hortas de antes é que eram boas, que agora tinham poucas coisas.

Apesar desse discurso quanto às dificuldades de produção, percebemos que os quintais apresentam um microclima muito agradável, com grande diversidade de frutíferas (manga, cajá, acerola, limão, seriguela, coco, caju, graviola, cana-de-açúcar, guaraná), algumas espécies agrícolas (abóbora, mandioca, milho, feijão, amendoim, maxixe) e ainda diversas ervas medicinais. Realçamos então o papel dos quintais como um lugar de resistência desconsiderado pela economia do capital, que é local de produção alimentar de qualidade, concentra saberes ecológicos tradicionais, acolhe encontros, brincadeiras, prosas, manifestações religiosas e sagradas (ALMADA, 2010; SILVA, 2015).

Pela observação dos quintais, percebemos que há um saber sobre como lidar com as especificidades do solo e a escassez de água. Encontramos ainda nos quintais diversas espécies que podem contribuir para a solução de outros problemas do território. Por exemplo, no quintal de uma das jovens encontramos o capim vetiver (*Chrysopogon zizanioides*), que devido às suas longas raízes, que podem alcançar 6m, é muito utilizado para combater a erosão do solo, um problema muito recorrente no assentamento.

No quintal do Sr. Roberto, ele nos contou como faz o manejo da aroeira⁵⁴ em seu outro lote, realizando a poda controlada e inserindo outras espécies, cujas mudas cultiva no quintal, para tentar equilibrar a presença da aroeira. Consideramos que o saber sobre esse manejo da aroeira é também fundamental para um dos grandes problemas ecológicos enfrentados pelo assentamento. Já Dona Aninha, com seu quintal florido, muitas frutíferas e ervas medicinais

⁵⁴ Ele controla a aroeira fazendo podas regulares e inserindo outras espécies entre elas no seu lote. Não optou pelo uso da Homeopatia para combatê-las.

nos disse: “Se todos plantassem que nem eu, não ia faltar água”. Assim, verificamos que os quintais guardam potenciais caminhos para a retomada da produção agroecológica no assentamento.

O Sr. Roberto é considerado o “guardião de sementes crioulas” do assentamento. Mas podemos considerá-lo também um guardião da memória, um artista, um cientista popular e um mestre griô.⁵⁵ Gosta de contar a história das plantas, das águas e das pessoas. Gosta de pesquisar e realiza seus próprios experimentos agroecológicos, os quais registra em seu caderno e filma. Além disso, é conhecido por sempre realizar místicas ou apresentações teatrais de improviso na comunidade, representando temas importantes *a serem lembrados*. Possui em sua casa uma grande quantidade de material escrito e audiovisual sobre o MST, o assentamento, Agroecologia, sementes crioulas, recursos hídricos e sobre suas próprias pesquisas pessoais na natureza. Sua esposa, Dorinha, reclama que na casa não há mais lugar para guardar tantas sementes.

Em seu quintal, encontra-se uma grande diversidade de plantas, sobre as quais ele conhece as funções, os usos, as relações umas com as outras e o meio ambiente. Há plantas que são alimentícias, medicinais, protetoras e ornamentais. Numa visita rápida, mapeamos 27 espécies vegetais plantadas pelo Sr. Roberto, mas é estimado que seja um número bem maior. Também havia a criação de galinhas e porcos.

Os quintais refletem a relação do saber local com a memória, pois as espécies trazidas para o quintal são um mosaico de lembranças da trajetória humana, dos valores, encontros e trocas ao longo do caminho. (ALMADA, 2010). O Sr. Roberto nos mostrou o mandacaru que plantou em seu quintal para que sempre se lembrasse de que hoje ele não passa sede, mas na terra de onde veio, muitos ainda sofrem com a escassez de água. Assim, segundo ele, a presença da planta lhe permite recordar constantemente o sentimento da solidariedade. Cada variedade que nos mostrava em seu quintal possuía uma história: Roberto ia nos contando de onde tinha trazido as sementes ou as mudas, muitas provenientes de encontros, caminhadas, eventos do MST ou da Agroecologia. Dessa forma, os quintais são territórios manejados de forma material e simbólica pelos moradores.

⁵⁵ O griô ou griot (termo dado pelos franceses) é um mestre, contador de histórias, cantor, dançarino e guardião de tradições e valores na cultura africana, em especial na África Ocidental. No Mali são conhecidos como Jeliw, “aqueles que preservam o passado pensando no futuro”. (LIMA e COSTA, 2015)

Essas contradições entre o discurso da escassez e o potencial dos quintais apontam para um conflito de saberes, entre o saber local e os saberes dominantes, pois a colonialidade do saber dominante engendra uma ideologia de que a solução para os problemas do território vem de fora, da técnica especializada, o que gera muitas vezes um estado de imobilidade e dependência da população diante dos recursos que demoram a chegar ou nunca chegam. Ao passo que as populações acabam invisibilizando as próprias conquistas a partir de seus saberes locais sobre a agrobiodiversidade. Abaixo, as fotos mostram o potencial produtivo e o microclima que se desenvolvem nos quintais.

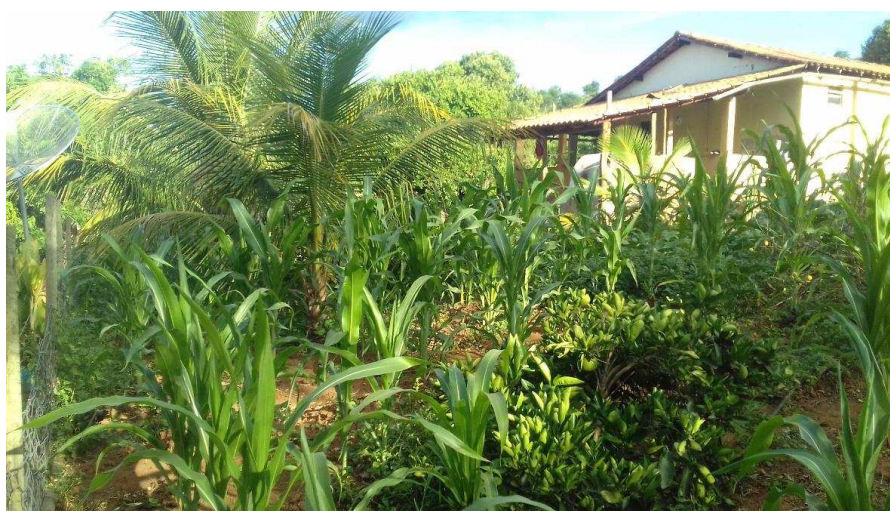


Figura 39: Microclima e agrobiodiversidade nos quintais. Foto: Roberta Brangioni



Figura 40: Microclima e agrobiodiversidade nos quintais. Foto: Robson Ribeiro



Figura 41: Microclima e agrobiodiversidade nos quintais. Foto: Lucas Santos

Algumas percepções e práticas culturais do assentamento revelam uma concepção de natureza que corrobora a afirmação de Escobar (2005): a continuidade dos vínculos entre as esferas do mundo *biofísico*, *o humano e o supranatural*. Um exemplo dessa continuidade é a romaria realizada todos os anos pela comunidade do assentamento ao Cruzeiro do padroeiro São José Operário, pedindo chuvas em tempos de seca. Como relatado pelos jovens, em toda época de seca os moradores fazem penitência por nove dias pedindo a Deus que chova. Após o nono dia de reza, os jovens relatam que a chuva sempre cai. Nesse exemplo, observamos que a mediação *humana*, por meio das orações, opera nas esferas *supranaturais*, conseguindo a ajuda dos santos, para a resolução de um problema *biofísico*, que é a seca. Há uma conexão e um fluxo entre essas três esferas.

Ao mesmo tempo em que a comunidade acredita em seu poder de interferir no meio físico por meio de uma conexão com o supranatural, por outro lado, sofre as influências da racionalidade moderna-colonial-capitalista que leva as pessoas a desacreditarem em seu poder de reconstruir o clima e o solo, por exemplo, em função da naturalização de construções sociais que sustentam que “o clima aqui é assim mesmo, é ruim”, “a terra aqui é ruim”. Vemos aí traços da colonialidade do saber (QUIJANO, 1992; LANDER, 2005) que impedem muitas vezes de vermos a solução para os problemas do território dentro do próprio território, bem como limitam o poder criativo humano, a autonomia e a ação rebelde que pode impulsionar as mudanças estruturais.

Essa colonialidade, atrelada ao projeto moderno, opera uma ruptura na continuidade entre o mundo físico, humano e sobrenatural, ao desencantar o mundo⁵⁶. Segundo Fernandes (2006), o processo de desencantamento do mundo pode ser também entendido como “desmitologização do *mundo natural*, como aquele trabalho sistemático a que se lança o pensamento científico positivista de acossar para sempre a ilusão mítico-arcaica de que existe um sentido cosmológico inerente ao mundo natural.” (p. 6-7) Para Silva (1999, p. 2), “a Modernidade é o momento de culminância de um processo em que não só se encontra a separação entre ser humano e natureza, como também a separação, ainda que formal, entre todos os seres humanos, que se tornam, desde então, indivíduos.”

O ser humano se vê então separado da natureza, tendo que lutar *contra* ela e não apto a dialogar *com* ela, num trabalho conjunto em que é possível a interação entre as três esferas. Daí a importância dos sistemas de conhecimento local em que os modelos de natureza superam a dicotomia entre cultura e natureza.

A fala de alguns jovens entrevistados nos permitiu identificar esse modelo de natureza que também se sustenta nos vínculos entre as esferas biofísica-humana-supranatural, como por exemplo, na fala abaixo de um dos jovens que pretende ficar no assentamento. Apesar de estar atualmente estudando fora, ele demonstrou uma noção de enraizamento grande com a comunidade, revelando uma visão da natureza como algo mágico, vivo, e uma percepção de que as relações sociais abarcam mais que os seres humanos.

Quando eu saio daqui, que eu chego em Tumiritinga que é uma cidade pequena, o clima já muda, o ar começa a pesar, começa a pesar a respiração... Então esse contato com a natureza, de você estar sempre, é... próximo aos animais, aos seres vivos, dá uma certa diferença, parece que você está mais livre, parece que você não está só naquele mundinho ali de pessoas, pessoas, você tem convívio com outros seres vivos, a gente vê coisas muito mágicas na natureza, então isso é uma coisa que chama muito a atenção (Jamerson, 24 anos).

A sensação de liberdade, para ele, está ligada à comunhão com outros seres, além dos humanos, à conexão mágica com a natureza. Este jovem atualmente vive em Governador

⁵⁶ O “desencantamento do mundo” foi uma expressão cunhada por Weber como uma característica fundamental da ascensão da ciência moderna. O modo de racionalização e intelectualização da visão de mundo da ciência moderna leva ao desencantamento da vida na medida em que opera a supressão do mistério, da magia, do senso do sagrado. Remete à erradicação de qualquer sentido inerente às coisas em si ou de qualquer referência a algum sentido metafísico ou transcendente (FERNANDES, 2006, p. 6-7).

Valadares para estudar, mas deseja voltar assim que terminar os estudos e trabalhar no assentamento, com construção civil e projetos para recuperação das nascentes.

No assentamento Primeiro de Junho, tanto entre os jovens quanto entre outras lideranças adultas, há um consenso de que a Educação do Campo é um ponto forte no assentamento, pelo fato de possuírem uma escola local que, mesmo com muitas dificuldades para manter-se fiel aos ideais de uma escola do campo, tem conseguido ser uma referência fundamental para seus educandos no que diz respeito à história dos Sem Terra e em seus princípios. Portanto, acreditamos que a escola é um fator importante para a primeira construção de natureza que as crianças formam.

Nesse contexto, a partir dos levantamentos que traçamos sobre as memórias e relações da juventude com a natureza e o lugar, podemos observar que apresentam uma territorialidade em que a relação com a natureza/terra envolve uma identidade, um senso de pertencimento e um afeto pela terra no plano mais subjetivo. Aspecto importante a ressaltar, na medida em que alguns estudos apontam que esse sentimento já tende a diminuir em alguns assentamentos. Por exemplo, no estudo de Arbarotti (2014) sobre o “Assentamento Reunidas” no município de Promissão, SP, o autor identifica que a terra é vista pela primeira geração de assentados como local de trabalho, em contraponto aos jovens da segunda geração, que veem a terra como capital, como forma de viabilizar a renda, deixando de lado aspectos de uma relação mais afetiva e subjetiva com a terra (ARBAROTTI, 2014).

Assim, no Primeiro de Junho, identificamos ainda de maneira intensa o afeto pela terra. Entretanto, em um plano mais objetivo, podemos dizer que existe um distanciamento da produção da vida a partir da terra e dos saberes tradicionais sobre a natureza. Ao mesmo tempo, existe uma consciência sobre essa ruptura e um esforço em retomar esses conhecimentos, especialmente por parte dos jovens educandos da Agroecologia e Educação do Campo, participantes de nossa pesquisa, como revelado nos seus sonhos e projetos citados anteriormente.

Chegamos a essa consideração por meio da Oficina de Sistematização que realizamos junto à juventude para refletirmos sobre nossa experiência de pesquisa-ação. Essa constatação nos leva a considerar que existe a necessidade de trabalhar a memória biocultural⁵⁷ para o fortalecimento dos saberes e fazeres locais sobre a terra, o que poderá refletir no

⁵⁷ Esse trabalho pode ser feito através das práticas agroecológicas, pois a Agroecologia tem sido considerada um antídoto contra a amnésia biocultural. (TOLEDO; BASSOLS, 2015)

aprofundamento da pertença e empoderamento diante dos potenciais e desafios da lida com a terra.

Entendemos que a memória biocultural une as memórias individual e coletiva, abarcando saberes naturais e culturais que são repassados de geração em geração, contribuindo para a perpetuação da vida dos povos em sua interação com seus ecossistemas naturais (TOLEDO; BASSOLS, 2015). É também um elemento de resistência diante de uma sociedade em que, a cada dia, tudo se torna mercadoria ameaçando a memória e o futuro dos jovens.

A defesa da memória biocultural implica o cultivo das sabedorias locais, o que nos leva a pensar as profundas relações entre natureza, cultura e lugar, especialmente num contexto em que as discussões sobre a globalização inferiorizaram o local, transformando a ausência do lugar no “fator essencial da condição moderna” (Escobar, 2005, p.1). Dessa maneira, a associação do *global* com o moderno, com o capital, com uma cultura hegemônica e com o desenvolvimento, produziu uma negação do lugar e propiciou condições de desenraizamento em relação ao *local*. Entretanto, o antropólogo Arturo Escobar nos lembra que

o lugar como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa— continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas. (ESCOBAR, 2005, p. 1-2).

Nesse sentido, movimentos sociais e populações tradicionais vêm fazendo uma defesa do lugar, contrapondo-se às iniciativas que assolam suas comunidades em nome de projetos globais des-territorializados. Observamos que a juventude mais engajada ao MST, aos cursos de Agroecologia e Educação do Campo vêm tornando-se sujeitos dessa discussão no seu território, levando aos demais jovens iniciativas de reaver a memória biocultural. Isso pôde ser visto nos projetos de futuro da juventude que passaram a envolver o resgate cultural e o fortalecimento da produção agroecológica.

Assim, os educandos vão de certa forma, atualizando os demais jovens, especialmente do grupo JUFTER, propondo ações que dialogam com a pauta trazida e trabalhada em seus cursos e demais movimentos sociais, com os quais têm um envolvimento potencializado também pelos cursos. Na foto abaixo, podemos ver um piquenique organizado pelo JUFTER em uma nascente localizada no lote do Sr. Roberto com o objetivo de aprender sobre a conservação e manejo sustentável das águas. Esse foi um momento de trocas que propiciou a

reflexão sobre a importância da transmissão dos saberes locais e do fortalecimento dos espaços que possibilitam a interação entre as diferentes gerações.



Figura 42: Piquenique do grupo JUFTER para aprender sobre a conservação das nascentes. Foto: Lucas Santos

Uma outra contribuição importante foi a iniciativa da juventude de levar um Curso de Homeopatia para o Assentamento, motivados pelas aulas de Homeopatia que tiveram na LICENA/UFV.

A Homeopatia penetra no território portando um modelo de Natureza importante, e ainda que esse modelo já estivesse presente para alguns moradores como saber tradicional, a Homeopatia o atualiza e vem *relembrar*, por meio dos jovens, um conjunto de crenças, conhecimentos e práticas que apresenta um potencial prático de cura para o território e para os que nele habitam.

Alguns jovens afirmaram em suas falas, que “de uns tempos pra cá”, as pessoas começaram a ter certa descrença no poder de cura da natureza, das plantas medicinais, e estão preferindo os medicamentos da indústria farmacêutica. Assim como também estão deixando de consumir alimentos dos quintais e roças para consumir gêneros da indústria alimentícia. Porém, os que resistem, afirmam que “é preciso insistir não só na agricultura alternativa, mas também na medicina alternativa”, como nos disse o Sr. Deusdêti numa prosa informal no terreiro de sua casa.

A fala da jovem Raquel, já no nosso primeiro dia de trabalho de campo, nos revela a contribuição da Homeopatia para a compreensão da juventude sobre o território, interligando suas dimensões materiais e imateriais:

os problemas do assentamento começam num nível muito profundo porque essa região onde o assentamento está é marcada por conflitos muito intensos pela terra, desde o massacre dos índios que viviam aqui, até os conflitos violentos entre camponeses e fazendeiros. Dizem que aqui no próprio assentamento, nos fundos, existiu um cemitério clandestino de camponeses da antiga fazenda Califórnia. Pelo Curso de Homeopatia, a gente tá aprendendo que esses conflitos deixam traumas na terra que inclusive influenciam o presente, nos surtos de escorpiões e formigas que o assentamento vive, nos casos de alcoolismo e doença mental, que são muito fortes. O nosso trabalho com o território deve começar desde aí. (Raquel, 30 anos)

Nessa fala, a jovem demonstra um reconhecimento de que as causas dos problemas do alcoolismo, doenças mentais, surtos de insetos, não podem ser explicadas apenas por fatores materiais do presente. Existem também causas imateriais, ligadas à memória e aos sentimentos em relação à terra.

Com isso, podemos perguntar que modelos de natureza e cultura nos permitem pensar a cura interligada do ser humano e da terra? Como as comunidades podem operar a cura do passado para libertar o futuro? Nesse caso, a Homeopatia estudada pelos jovens da LICENA/UFV, atualiza uma visão de mundo que dialoga com o saber tradicional que observamos em práticas como a da Romaria descrita anteriormente: a crença em uma interconexão entre as dimensões materiais e imateriais do território. Ela compartilha do vínculo de continuidade entre o humano, o biofísico e o supranatural, assim como nos fala Escobar (2005). De acordo com uma das professoras do Curso de Homeopatia que aconteceu no assentamento por iniciativa da juventude, “a homeopatia trabalha o ser por dentro e trabalha o externo em conjunto”.

A Agroecologia, por exemplo, que é ela própria um nome dado em um novo tempo para práticas ecológicas de cultivo e manejo dos ecossistemas já praticadas por povos tradicionais, pode ser considerada uma ciência/prática/movimento alicerçada numa visão de mundo que reconhece que a natureza possui uma inteligência própria, uma sabedoria, uma capacidade de auto regulação. (ALTIERI, 1999). As práticas camponesas agroecológicas dialogam com a natureza e buscam o trabalho em coprodução e co-evolução junto a ela (VAN DER PLOEG, 2008).

No modo camponês de fazer agricultura, a co-produção é central, ou seja, o ser humano está em constante processo de interação com a natureza viva e há manutenção e desenvolvimento contínuo de capital ecológico. A co-produção implica num conhecimento da natureza, respeito, admiração e paciência (VAN DER PLOEG, 2008)

Enxergamos, portanto, que as visões de mundo, saberes e “fazeres” tradicionais articulam-se permanentemente com outras visões, discursos e práticas, dialogando numa interface dialética entre o local e o global, o “velho” e o “novo”. Cabe então lembrar aqui que o lugar não é passivo: é globalmente ativo. (SANTOS, 2004).

A sensibilidade e a abertura para compreender o território em suas intrincadas relações materiais e imateriais abrem um amplo leque de possibilidades para pensarmos e repensarmos a construção de alternativas para o Bem Viver, baseadas no diálogo entre as dimensões da ação, do sentimento, do pensamento, da espiritualidade, da interconexão permanente entre tudo o que vive e compartilha a Vida (BRANDÃO, 2008). Pensar o território a partir dessas dimensões sensíveis de seus saberes, sabores, afetos e místicas não é a perspectiva hegemônica que orienta políticas e projetos que se colocam a esses povos.

Observamos assim que, tanto no assentamento como um todo, como entre a juventude, mesclam-se visões de mundo diferenciadas, modelos de natureza diversos, práticas e territorialidades diversas. Existem ambiguidades, contradições e conflitos na forma de compreender e lidar com a natureza.

Nesse sentido, indicamos, como sínteses dessas reflexões, dois pontos fundamentais: a) existe a identificação entre a maior parte dos jovens de uma relação de afetividade e respeito diante da natureza, mas há a necessidade de fortalecer as práticas diretas da juventude junto à terra, apropriando-se e perpetuando os saberes locais sobre a natureza; b) a Agroecologia, a Educação do Campo e a Homeopatia podem ser consideradas pilares importantes para o território, que contribuem para um modelo de natureza em que as crenças, conhecimentos e práticas sustentam e defendem a vida. Esses pilares devem, portanto, ser fortalecidos.

5.2. O lugar da política: o momento histórico do MST e o protagonismo da juventude

Nas seções acima, buscamos tratar de dimensões mais simbólicas, culturais e sociais do território, assim como ele é percebido pela juventude. Agora, trataremos de algumas

considerações importantes sobre a relação da juventude com seu território a partir das dimensões políticas e econômicas.

Entendemos por dimensão política do território, as relações de organicidade interna e o envolvimento dos assentados com a vida coletiva, seja esse envolvimento em instâncias formais ou informais, por meio de movimentos, partidos e/ou no próprio cotidiano. Como dimensão econômica, nos referimos às relações de produção e de reprodução da vida material.

No que diz respeito à dimensão econômica, atualmente, não se pode dizer que a população local tenha a terra como sua principal fonte de renda. A maior parte do que a terra produz é para consumo interno, mas algumas pessoas ainda vendem parte da produção. No entanto, essa produção para o consumo interno, tende a não ser contabilizada no orçamento familiar, mas é importante darmos destaque a ela, porque implica numa renda não gasta, que tem um peso grande na economia da família ao final do mês. Podemos afirmar que a renda gerada a partir da produção do assentamento provém principalmente da cachaça e do leite. Os jovens participantes da pesquisa não demonstraram muito conhecimento sobre as possibilidades de produção e o andamento da mesma, pois são poucos os que têm uma rotina diária no campo, junto à terra.

Os jovens consideram o assentamento como um local em que faltam estrutura e verbas, há dificuldades para produzir, principalmente devido aos problemas com a água e o clima. Quanto à infraestrutura, consideram que apesar de ainda terem certas necessidades, foi conquistada uma estrutura básica como a escola, o posto de saúde e a quadra, que já desempenham um importante papel na comunidade.

As falas dos jovens indicam que o maior motivo da saída do assentamento é a busca “por uma vida melhor”, associada majoritariamente à busca por dinheiro. Ao contrário do que poderíamos pensar, que a saída é recurso extremo para o jovem, parece-nos que muitas vezes, ela se apresenta como a estratégia mais fácil ou talvez a mais conhecida, ao contrário de, por exemplo, investir numa organização interna e numa articulação política para gerar renda internamente. Como disse o jovem Maxuel, a juventude ainda não se identifica como protagonista dessas mudanças.

É perceptível que o fim da cooperativa deixou descrédito em relação às formas coletivas de organização da produção. É como um trauma na comunidade: evitam claramente falar desse assunto e citar pessoas que se posicionaram de um lado e do outro por ocasião da divisão da Coopernova.

Além disso, segundo dados do INCRA, de 80 famílias assentadas no Primeiro de Junho, 30 recebem Bolsa Família (INCRA, 2016). Porém, como os próprios moradores afirmam que o número de famílias já deve atualmente estar por volta de 100, imaginamos que também o número dos que recebem a Bolsa Família deve ser maior.

Sabemos que este é um importante benefício social para a situação de vulnerabilidade social em que se encontravam muitas famílias assentadas. Porém, o Programa carrega também suas contradições, se outras ações não forem realizadas paralelamente para a geração de renda e promoção da independência financeira das famílias. Nesse sentido, os jovens e outros moradores do assentamento afirmam que grande parte da população hoje vive com benefícios como o Bolsa Família, aposentadorias e agora o cartão da Samarco, no valor de R\$ 1.300,00, segundo fala dos entrevistados.

Então aqui assim, tem algumas coisas que na comunidade, o público nosso sobrevive hoje é mais funcionário público, ou aposentado pensionista, e com agora com o desastre, crime ambiental, a Samarco, né, a gente pega um dinheirinho, ou então aluguel de pasto ou mesmo de área de gado de corte ou de leite, né, então tem alguns que têm outras alternativas, né, mas se for ver só da Agricultura a gente não sobrevive só da agricultura aqui não, tá muito difícil, por questão climática mesmo, porque a gente não tem... não tem irrigação, então criou um problema da Samarco pra cá, porque boa parte das pessoas abriu poço artesiano, semi-artesiano, então aquilo mexe na questão do lençol freático, então a tendência é ele cada vez piorar mais, porque o pessoal estava sem água aí abriu uns poços de...30 ou mais metros de profundidade, então, outras áreas, que tinha poço de peixe, uma boa parte secou, né, então cria um problema, você está tentando resolver um problema, cria outro, então são 85 famílias, tem umas que moram na zona rural, uns moram na sua propriedade, outros aqui na Agrovila. (Sr.Roberto).

É nítida a presença e a importância da pluriatividade para o território. A renda da comunidade é um misto das bolsas, aposentadorias, venda de alguns produtos agrícolas, leite ou cachaça, venda de cosméticos, artesanatos e salário proveniente de algum trabalho fixo na cidade.

Inclusive, no início de nosso trabalho de campo encontramos os jovens em certa euforia com a revenda de cosméticos de uma empresa razoavelmente nova no mercado. Muitos jovens estavam cadastrando-se como revendedores e andavam envolvidos em constantes reuniões a esse respeito. Um dos jovens me procurou um dia para me explicar seu envolvimento com as vendas, contando como elas eram importantes para complementar uma renda que inclusive o ajudava a estudar.

Em um de nossos encontros, uma jovem indicou uma contradição no discurso da juventude de sair do campo em busca de renda, na medida em que a condição econômica atualmente está muito melhor que antes. Essa contradição já havia sido apontada por outra jovem no Círculo de Sonhos que fizemos inicialmente.

Existe talvez uma contradição em relação a ir embora por falta de renda: por mais que a juventude não tenha uma renda significativa mas hoje os pais podem oferecer algo a mais para que estes não passem o que os mais velhos passaram para se manter no campo. Eles não passam nem de longe pelas dificuldades como as primeiras gerações. Quem nasceu a partir de 96 quando conquistou a terra, não teve tantas dificuldades e quando o governo Lula chega é aí que as coisas mudaram muito, a rendas das famílias e dos jovens, as políticas sociais interferiram e ainda interfere muito na renda das famílias. Pelo menos 90% das famílias recebe bolsa família quem tem filhos de 6 anos recebe mais R\$ 400,00, isso ajuda muito no complemento da renda. Não é como antes que mal tinha uma sopa de verdura que quando não produzia, não comia não. Hoje eles não tem uma renda fixa considerável mas tem celular, internet, eles andam sempre arrumadinhos. Até 2002 íamos a igreja descalços, se não fosse as doações não teríamos o que calçar. (Gilcimária, 33 anos)

Consideramos importante essa percepção, pois ela nos chama a debruçarmo-nos mais sobre os aspectos culturais e simbólicos que pressionam a saída do jovem do campo.

Quanto à dimensão política, existe um reconhecimento por parte dos jovens de que o assentamento é fruto de uma luta política, é um território conquistado devido a muitos sofrimentos e esforços empreendidos por seus pais e avós, em decorrência de uma desigualdade socioeconômica estrutural gerada e perpetuada pelo sistema capitalista de produção.

Ao falarem de si e de seu povo os jovens mencionaram, com frequência, serem “um povo de luta”. Podemos dizer que a categoria “luta” é a que mais aparece nos discursos cotidianos e nos relatos das histórias de vida. A lembrança dos tempos de acampamento e das peregrinações é muito forte na memória dos jovens que viveram essa época, assim como as lembranças das dificuldades dos primeiros tempos de assentamento. Esses jovens tiveram, desde crianças, um envolvimento político profundo com sua comunidade, no sentido de aprenderem a cuidar da vida coletiva e lutar pelos seus direitos. Um episódio interessante relatado por Maria Medeiros, ex-diretora da escola, uma de suas fundadoras e atual vice-diretora, ilustra essa questão:

Eu trabalhava muito com eles a questão de continuar a *luta*, que era correndo atrás que a gente ia conseguir, aí teve um dia na escola que chegou um carro e chegou o Pedro, irmão da Raquel, junto com uma turminha que ele organizou e foram eles mesmos lá na Prefeitura pedir merenda!! (Risos) Vieram pulando em cima do saco de arroz e de feijão que eles conseguiram...

(Risos) Isso foi o máximo! Então, eles ajudaram a construir a escola. Os meninos participavam de tudo. Era bem interessante. (Maria Medeiros)

Maria Medeiros relatou que quando a escola começou, as crianças iam a pé de Limeira até a escola, localizada na região da agrovila, o que levava cerca de quarenta minutos. Segundo ela, iam “na maior empolgação” e não tinham nem sequer merenda. Havia uma grande valorização da conquista do direito à educação.



Figura 43: Crianças indo para a escola do assentamento, em 1996. Fonte: Desconhecido.

Acervo do Assentamento

Há também relatos do envolvimento das crianças na produção, especialmente na época da cooperativa, nas tarefas de cuidados das crianças e de outras funções coletivas na comunidade. Uma das jovens entrevistadas (Renária, 28 anos), por exemplo, conta que suas irmãs mais velhas, desde os seis anos de idade já iam para a roça, “com a enxadinha para trabalhar” e foram fundamentais na criação e sustento dos irmãos mais novos. A participação das crianças nas atividades da roça é um elemento característico da sociabilidade camponesa.

Quanto às articulações políticas, os jovens consideram que no momento contam com poucas parcerias, estão sem associações ou cooperativas e sem uma organicidade fortalecida, em comparação com períodos anteriores. Observamos que tanto em suas falas nos espaços dos encontros da juventude, quanto no desenho do mapa da comunidade, não apareceram referências aos assentamentos vizinhos, por exemplo, que poderiam ser importantes parcerias.

Entretanto, os jovens sentem que estão num momento de rearticulação da organização interna e afirmam que os cursos de Agroecologia e Educação do Campo estão contribuindo nessa rearticulação. Isso ocorre tanto pelas discussões que os cursos trazem quanto pelos trabalhos acadêmicos/práticos que necessitam fazer na comunidade e que têm sido estímulo para retomarem algumas iniciativas comunitárias. Como exemplo, podemos citar o envolvimento de grande parte da juventude no coletivo de educação, que conseguiu recentemente conquistas importantes como a ampliação da escola do assentamento para acolher os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio no ano de 2017. Outra jovem (Raquel, 30 anos) inclusive chamou a atenção da juventude para que não ocorra uma desmobilização das atividades comunitárias quando os educandos terminarem seus cursos, já que a inserção da juventude em diversos projetos comunitários foi estimulada pelos cursos, em função das atividades de tempo-comunidade e projetos de monografia.

Apesar da percepção da juventude de que estão menos politizados no momento, em comparação a períodos anteriores, podemos perceber que ainda são uma comunidade bem politizada em relação ao que observamos na sociedade em geral. Durante nossas vivências em campo, percebemos a juventude o tempo todo envolvida em diversas reuniões comunitárias: da Igreja, da Escola, com a Prefeitura, com representantes da coordenação regional do MST, atuando em mutirões e envolvida no atendimento homeopático de algumas pessoas da comunidade.

Quanto às instituições parceiras do assentamento, os jovens citaram que as principais atualmente são a Prefeitura Municipal de Tumiritinga, a Universidade Federal de Viçosa, a Universidade Federal do Espírito Santo, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais e o Centro Agroecológico Tamanduá. A juventude mostra-se numa expectativa favorável quanto à nova administração municipal, pois o prefeito eleito foi apoiado pelo assentamento e o Secretário da Agricultura é uma liderança do assentamento.

No princípio do assentamento, haviam diversos núcleos de trabalho para a organização da produção e de outros assuntos comunitários, dentre eles: o Grupo de Mulheres Arte e Vida, a APIFIC (Associação dos Produtores Individuais da Fazenda Califórnia) e a ASCA (Associação de Cooperação Agrícola Primeiro de Junho), criada em 1994, com a participação de cerca de 60 famílias. Em 1997, após três anos de experiência na organização do trabalho coletivo, surgiu a Cooperativa de Produção Agropecuária Novo Horizonte (COOPERNOVA). Atualmente não existem mais as associações nem a cooperativa, mas o grupo de mulheres está se reestruturando, trabalhando com artesanatos e quitandas. Os Núcleos de Famílias, grupos

que se unem para discutir os problemas, festas e organicidade do assentamento, anteriormente eram sete, mas no momento são apenas cinco: Colibri, Resistência, Manuel Costa (nome de um companheiro do Assentamento, já falecido), Nova Esperança, Da Paz. A extinção da cooperativa, que aconteceu entre 2007 e 2010 é lembrada pela juventude como um momento difícil, que ainda gera tristeza, pois frustrou muitas expectativas. A cooperativa tem pendências na justiça até hoje e depois desse fato, o assentamento não conseguiu organizar novamente a produção coletiva agrícola.

Enquanto coletivo importante dentro da organicidade interna do assentamento destacamos a existência do grupo de jovens JUFTER – Jovens Unidos Frutos da Terra, que existe desde os tempos de acampamento e continua atuante até hoje, reunindo cerca de 36 jovens que participam regularmente. Os jovens relataram com certo orgulho, em uma Roda de Conversas realizada, que o grupo é um coletivo que nunca se desfez desde o acampamento inicial. Alguns jovens percebem, entretanto, que precisam organizar-se mais no momento, para terem objetivos mais claros de ação e definirem melhor sua linha de atuação. Esse tema foi bastante tratado durante os encontros de nossa pesquisa-ação.

Com relação aos partidos políticos, os jovens mencionaram nas Rodas de Conversas o Partido dos Trabalhadores - PT, para contextualizar a história do assentamento e os debates políticos do presente, mas nenhum jovem, nas entrevistas individuais citou envolvimento militante com nenhum partido. Algumas lideranças adultas entrevistadas afirmaram sim serem ou terem sido ligadas ao PT, mas referem-se a um “PT raiz”, diferente do PT atuante hoje. Assim como nas falas sobre o PT, os adultos identificam-se muitas vezes com um “MST raiz”.

Quanto à relação política com o MST, percebemos que os jovens ainda possuem uma identidade forte com o movimento, mesmo aqueles que já não moram mais no assentamento e que foram entrevistados ou participaram dos encontros. A presença dos símbolos do movimento, da bandeira, da mística, dos cantos e palavras de ordem é muito presente e intensa. Esse respeito e admiração pelo movimento não deixa de reconhecer suas incoerências e contradições.

Eu tenho muito a agradecer ao Movimento, mas tem algumas coisas também que têm seu lado positivo, mas também tem o lado negativo, porque a gente vê algumas coisas erradas, mas... mas não são coisas... porque a luta do movimento é uma luta que todo mundo deveria se inserir, todo mundo deveria contribuir, porque é uma luta não só pro povo que está na zona rural, mas sim, que busca direitos não só pra quem tá na roça, direitos pra todo mundo. (Jamerson, 24 anos)

Não só em relação à juventude, mas em relação a outros membros adultos com os quais conversamos, esses deixam transparecer que a identidade que possuem com o movimento está mais relacionada ao que o MST simboliza para eles, do que às ações efetivas do movimento institucionalizado, especialmente em sua atual fase, pois alguns demonstram em suas falas uma demarcação no tempo, em que “antes” o MST era melhor que agora.

Minha visão é de que antes, bem antes, dava mais certo. (...) As pessoas, tanto as que moram no assentamento quanto as outras experiências de assentamento também, você vê essa desesperança também com o movimento, com os líderes, essa questão de desavenças que ocorreram e hoje você começa a ver muita coisa errada nessa questão. (Keyliane, 22 anos)

Sabe, Quando a gente chegava lá nos encontros (*do MST*) dava uma força na gente, sabe, todo mundo unido por uma causa só, era muito bom, mas quando a gente chega aqui as pessoas às vezes tem muita gente que descredita. Você está indo pra que? A pessoa às vezes já acreditou muito, mas agora não acredita tanto igual antes. (...) Eu particularmente, eu ainda acredito no MST, que ainda ajuda sim as pessoas, tem muita gente inteligente, coisas que faz sentido. (Elaine, 19 anos)

São recorrentes as falas que indicam que o movimento deixou de fazer trabalhos de base mais intensos junto à juventude na última década. Raquel, durante a oficina de sistematização afirmou que os assentamentos não continuaram as capacitações internas e a formação de lideranças, como por exemplo o “Prolongado”, uma formação política em caráter de imersão que o MST oferecia aos jovens. No assentamento, faz mais de cinco anos que os jovens não fazem um “Prolongado”. Segundo eles, essas pessoas que iam para esse tipo de formação “voltavam revolucionando o assentamento”.

A distinção entre um tempo anterior em que o MST estava mais atuante na formação de base nos chama a investigar as diferentes fases de atuação do movimento para compreendermos o contexto dessas falas. Nesse sentido, Traspadini (2016) defende a tese de que o MST, em sua atuação, transitou por três fases principais: a primeira, de 1985 a 1995, é caracterizada pela autora como uma fase mais intimista, em que se destaca a cultura camponesa típica, em ligação estreita com a igreja católica e num processo intensivo de formação de bases, alicerçada na Educação Popular. Período marcado pela práxis da ocupação.

A segunda fase, de 1995 a 2000 foi marcada por um momento de expansão e territorialização do movimento, pela politização da luta, fortalecimento de articulações com trabalhadores urbanos e outros movimentos sociais, numa *práxis* de ocupação-formação. Nesse

período, frente à ofensiva neoliberal dos anos 1990, a luta pela terra foi vinculada à luta por outro modelo de desenvolvimento.

A terceira fase, de 2000 a 2015, é caracterizada por uma *práxis* institucionalizada, em que o MST diminui as ocupações, as táticas de enfrentamento e, aliado ao governo do Partido dos Trabalhadores, centrou sua atuação na conquista de políticas sociais para o campo. Segundo Traspadini, o movimento coloca-se, nesse momento, numa encruzilhada entre a autonomia e a dependência de governos de esquerda, que não só no Brasil, como em outros países da América Latina aliaram-se a propostas “neo-desenvolvimentistas”.

No período de gestão do Partido dos Trabalhadores no Brasil e de levantes políticos progressistas na América Latina, o MST entrou em um processo de esperanças de transformação, realizou pactos políticos com o Governo, institucionalizou parte de suas pautas. Recuou no tema das ocupações e enfrentou uma reviravolta na política agrícola de manutenção da ordem ao invés de superação da mesma. (TRASPADINI, 2016 p. 192)

Essa perspectiva é refletida na fala dos jovens durante a Roda de Conversas, que percebem a gravidade do momento político enfrentado atualmente pelos movimentos sociais. A fala a seguir é de um jovem do assentamento Dom Orione, em Betim, expressa no dia da Roda de Conversas com Intercâmbio de Experiências que organizamos. A fala é representativa de debates sobre esse assunto, que encontrava ressonância em toda a roda.

“Mas eu sinto que a gente está num momento histórico muito complicado, né, desde a entrada do PT no governo a gente teve a perda de muitos camaradas que saíram do MST pra participar de um contexto de governo político-institucional e isso gerou uma série de implicações. (...) A gente poderia ter saído na rua e a gente não saiu, principalmente no segundo governo Dilma, né, onde que a gente teve muito poucos assentamentos, onde a gente não avançou nas mudanças da estrutura agrária do país. (Yan, 23 anos)

Nesse âmbito, Zibechi (2015) analisa a atuação de alguns recentes governos progressistas de esquerda latino-americanos, nas últimas duas décadas, demonstrando que estes governos reproduziram formas de poder institucionalizadas e burocratizadas, cedendo a propostas neo-desenvolvimentistas. Seu pensamento assemelha-se ao de Traspadini, quando esta afirma que o MST ao redirecionar sua atuação para o âmbito institucional junto ao Partido dos Trabalhadores, colocou-se em “velhas novas encruzilhadas” da esquerda. O Sr. Roberto, uma liderança importante que participou de todos os encontros de jovens realizados durante a pesquisa, acessa suas memórias sobre o início do MST e deixa seu depoimento sobre a relação

atual do movimento com os governos do PT, indo de encontro ao que os jovens discutiram na Roda de Conversas que citamos acima:

“Eu acreditava muito, quando nós do MST, nós éramos mais de lutar assim na luta concreta, no embate, nós tinha muito mais ganho político e ideológico e social, nós tinha ganho com isso, nós conseguia trazer alguns benefícios... porque depois que Lula e Dilma ganhou, mesmo eu sendo PT, porque eu continuo sendo PT, mas PT raiz, não concordo com a forma como o PT tava conduzindo, no primeiro mandato começou a conduzir muito bem, mas depois... (...) Eu acredito também que com esse novo presidente o Movimento Sem Terra, os movimentos sociais deve voltar a ter lutas concretas, independente da repressão ou não, porque se for analisar na minha luta, eu já fui torturado, na luta pela terra, já apanhei pra dedéu e nunca arrependi por causa disso. Apesar disso, eu achava que naquela época nós tinha mais autonomia, nós tinha mais direito, fazia as reivindicações e conseguia.”
(Sr.Roberto)

Armando, outra importante liderança, em uma Roda de Conversas realizada no âmbito dessa pesquisa, ao recontar a trajetória política do MST para a juventude, reafirmou que apesar dos diversos avanços que o movimento obteve nos governos Lula/Dilma, não foi possível avançar em relação às questões estratégicas da Reforma Agrária, pois para isso era necessário um confronto direto com a elite agrária burguesa, o que o PT não se dispôs a fazer. “Pelo contrário, no governo petista, os latifundiários, a elite agrária burguesa, o agronegócio nadou de braçada.” (Armando). Ainda, segundo Armando, o movimento precisa retomar uma perspectiva mais revolucionária de confronto com as elites se quiser avançar no momento

Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, todos esses países elegeram presidentes tipo Lula e a Dilma aqui, mas muito no sonho de virar o jogo, no sonho de ascender ao poder, e tão vendo que é balela, não deu certo, não vai dar certo. A classe trabalhadora conseguiu melhorar um pouco de padrão de vida, mas são padrões de vida que com 3, 4 anos de ofensiva da direita, retomam tudo de novo. (Armando)

Segundo Zibechi (2015), apesar das inquestionáveis conquistas para as classes oprimidas⁵⁸, os recentes governos de esquerda latino-americanos, além de terem sido coniventes com as elites locais, têm centralizado sua ação na dimensão do Estado, uma instituição cuja gênese é uma matriz cultural e de racionalidade europeia, com seus quadros rígidos, hierarquização e burocratização. Ao passo que a genealogia de nossa cultura política

⁵⁸Destacamos as novas constituições do Equador e da Bolívia, com a aprovação do Estado Plurinacional, a consideração dos Direitos da Natureza e uma filosofia diferente de desenvolvimento. No caso do Brasil, durante os oito anos de governo Lula, 26 milhões de pessoas deixaram a pobreza e ingressaram na classe média (Neri, 2006 *apud* Zibechi, 2015)

do Sul é outra: repousa nas lutas indígenas e camponesas, na vivência da comunidade, na política cotidiana, na celebração, na festa, na participação da família. As decisões políticas são tomadas e vivenciadas em espaços múltiplos. Suas reflexões nos chamam a olharmos para os descompassos entre as formas de fazer política a partir das classes oprimidas e as formas políticas hegemônicas, que têm mostrado seu esgotamento (ZIBECHI, 2015).

Zibechi (2015) mostra como o grupo revolucionário zapatista caminhou num sentido diferente, optando por fortalecer a autonomia e o sentido de comunidade, recusando-se por vinte anos a ocupar postos no Estado ou beneficiar-se de políticas estatais.

A experiência zapatista traz para o debate a ideia de “criar um mundo novo” em vez de mudar o mundo. (Barronet, 2013) Ou seja, privilegiar a construção “desde abajo”, como costumam dizer, a partir de outras formas organizativas possíveis em vez de centrar-se em tomar ou ocupar os meios políticos hegemônicos. Empoderar-se do poder de criar as mudanças desejadas.

A través de los trabajos colectivos los zapatistas construyeron su mundo: los Caracoles, donde funcionan las Juntas de Buen Gobierno, los municipios autónomos, todos los espacios en que funcionan las escuelas y las secundarias, las salas de salud, las clínicas y los hospitales, las tiendas y los cientos de emprendimientos comunitarios. Por eso son el motor, porque permiten levantar y sostener día a día el mundo nuevo. Ser zapatista es sinónimo de realizar trabajos colectivos. Sin estos trabajos en los que participa toda la comunidad no habría autonomía, porque deberían depender de otros, del Estado, de la solidaridad nacional o internacional. Aunque la solidaridad ha realizado importantes contribuciones materiales, el trabajo concreto corresponde a las bases de apoyo. Los trabajos colectivos refuerzan la resistencia. (ZIBECHI, 2015, p.373)

Segundo Daza, M et al. (2012), atualmente, destacam-se na América Latina três tendências principais sobre a relação entre movimentos sociais, partidos e governo. A primeira considera o Estado como espaço fundamental e quase único para a materialização de mudanças em nossa sociedade. É uma visão vanguardista mais clássica, que requer um partido como ator fundamental para conduzir os processos de mudança. A segunda vê o Estado como um espaço de disputa que, através da pressão das sociedades, pode impulsionar mudanças profundas a partir de políticas públicas e leis, funcionando como um “experimento contínuo” (Santos 2010 apud Daza, 2012, p. 56) que pode chegar a subverter seus próprios alicerces atuais. A terceira é mais radical e vê de forma pessimista a capacidade do Estado para tornar-se uma ferramenta de mudança (p. 56). Autores como Zibechi (2015), Walsh (2013) e Lander (2005) levantam essas dúvidas sobre as transformações impulsionadas a partir do Estado e caminham num

sentido parecido, quando defendem uma transformação social construída a partir de fora do sistema institucionalizado.

De toda forma, concordamos com Daza, M. et al (2012) em que, tanto para o caminho mais intermediário na relação com o Estado quanto para o caminho mais radical, são elementos indispensáveis: a defesa da autonomia, a radicalidade, os espaços e protagonismo dos movimentos sociais. Sabemos que não há respostas prontas para os dilemas colocados nesse momento, mas é necessário reconhecer que é uma conjuntura delicada, especialmente para o contexto político que vive o Brasil, no qual o aparato político estatal mostra mais do que nunca seu esgotamento, sua falência ética e institucional.

Trazemos essas questões porque elas encontram eco nos depoimentos dos entrevistados e nos parecem importantes para pensarmos os vínculos políticos da juventude com o lugar e a continuidade política do assentamento a partir dos dilemas que historicamente estão colocados neste momento, em especial para as gerações mais jovens. Por exemplo, foram recorrentes as menções sobre as formas de organização interna, autônomas do Movimento Sem Terra e como essas vêm se perdendo com o tempo. Segundo Sr. Roberto e relatos da juventude, nos tempos de acampamento, de enfrentamento mais direto ao Estado, eram os próprios acampados que julgavam os desvios de conduta e resolviam na coletividade os problemas necessários, costume que perdurou nos primeiros tempos de assentamento, mas foi se perdendo aos poucos. Casos como alcoolismo e violência contra a mulher também eram tratados como questões coletivas a serem cuidadas pela comunidade e hoje são mais vistos como problemas individuais a serem resolvidos junto aos órgãos de assistência social competentes.

Porém, um caso recente ilustra que ainda há um potencial organizativo forte que responde em alguns momentos quando o poder público parece não alcançar. Por exemplo, quando as drogas ilícitas apareceram na pesquisa como um fator que ameaçava a juventude local, os jovens e adultos questionados sobre o caso afirmaram que o problema foi mitigado pela ação da organização comunitária, porque as famílias se reuniram de forma bastante assertiva e tomaram a frente da resolução do problema. Estavam decididos a não aceitarem a entrada das drogas na comunidade. Conversaram com as famílias cujos filhos estavam envolvidos com o problema e que estavam trazendo influências consideradas negativas para dentro do assentamento. As famílias foram chamadas à responsabilidade diante do coletivo e após muitas conversas, com o apoio da comunidade, a situação foi consideravelmente amenizada, apesar de ainda ser vista como uma permanente ameaça aos jovens.

É emblemático o caso relatado por Dona Maria, uma das matriarcas da comunidade, mãe de quatorze filhos e senhora muito respeitada e querida. Numa conversa informal que tivemos em seu quintal sobre esse assunto das drogas, ela contou que um dia, quando viu um grupo de jovens usuários sentado próximo à casa dela, pegou uma vara e desceu o barranco da casa gritando com eles: “Aqui não! Isso aqui é lugar de ser humano. A gente não lutou tanto pra isso aqui virar bagunça. Aqui não é lugar de porcária, é lugar de ser humano!” A fala de Dona Maria ilustra a defesa do território (do lugar dos filhos, do lugar da vida) ancorada na memória do passado, na memória de uma trajetória de lutas em nome de um ideal. É esse ideal que mobiliza um poder ancestral e simbólico na sua atitude de expulsá-los com a vara.

Outra lembrança foi o descompasso entre formas de organização autônomas e a institucionalização dessas práticas. Uma das jovens relata como a formalização da cooperativa ocupou o lugar das dinâmicas espontâneas de cooperação que funcionavam muito bem na comunidade e trouxeram certo peso às relações, como relata:

A gente não tinha muita coisa e era feliz, sabe. Trabalhava, pegava tarefa para ver quem pegava mais do que o outro. Até então era só produção, né, e... e quando começou a vir os investimentos, aí pesou, né, porque tem que ser bem trabalhada senão a falência chega, já tem mais trabalho, a divisão das tarefas já foi pesando.... Então assim, a fase melhor que a gente teve foi essa mesmo, antes de ter registrado, né, aí eu até falei um pouco nessa época que talvez o sistema de cooperação, né, que a gente precisava era esse, não precisava ter registrado, sabe? Parece que o registro estragou tudo. O pessoal quando não tinha aquela coisa, aquela exigência assim de ter que fazer daquele jeito, porque senão vai dar isso, porque tem o regimento, é... porque o regimento interno funcionava antigamente, sabe? Era aquela pessoa humilde, cada um tinha disciplina, tinha tudo isso. (...) Com tanta norma, “não isso”, “não pode aquilo”... e eu cheguei a pensar numa outra forma também dos mutirão que funciona beleza. (Elonália, 39 anos)

Não estamos aqui defendendo a não-institucionalização das lutas, muito menos negando o importante papel do Estado e da participação popular no mesmo em nosso atual estágio histórico. Porém, compartilhamos da crítica apontada por Zibechi e Quijano (2005) sobre a centralidade do Estado na cultura política hegemônica, que muitas vezes limita o imaginário democrático e mina outras iniciativas políticas mais plurais. No fala da jovem acima, percebemos a crítica ao modelo de cooperação instituído pelo MST naquela ocasião.

Por um lado, como já afirmamos, a institucionalização das lutas trouxe avanços importantes como por exemplo a conquista de tantos cursos em nível técnico e superior para os assentados da Reforma Agrária, como é o caso das Licenciaturas em Educação do Campo e do

curso Técnico em Agroecologia, que cursam os jovens envolvidos nessa pesquisa. Se o MST se ausentou da formação de bases para conquistar esse espaço, por outro lado, devemos pensar que esses jovens agora, potencializados pelos cursos têm a possibilidade de retomarem e reinvestirem nas formações políticas de base, atuando como multiplicadores dentro do movimento.

É comum, a todos os estudantes entrevistados, a percepção de que os cursos trouxeram contribuições muito importantes, na medida em que promoveram o melhor conhecimento acerca da realidade do campo, o fortalecimento de seus vínculos com o assentamento, a implementação de técnicas aprendidas nos cursos, como a construção de fossas ecológicas e o engajamento da juventude em coletivos dos quais estavam afastados.

Penso que o curso contribuiu muito no processo de participação da comunidade, nos coletivos. Eu por exemplo não participava, eu não via necessidade de participar, hoje eu vejo necessidade de contribuir nas questões da comunidade mesmo tanto na Igreja, na escola. (Catiane, 26 anos)

Com este curso me sinto com mais perspectiva de compreender os problemas que existe na nossa comunidade e vejo possíveis meios de ajudar a construir juntos outras possibilidades para melhorar a vida de todos no sentido de buscar a verdadeira reforma agrária... (Gilcimária, 33 anos)

Um dos jovens (Lucas, 19 anos) lembrou que o processo de conquista da expansão da escola para o Ensino Médio teve influência forte da participação de educandos e educandas da LICENA/UFV no coletivo de educação do assentamento. Da mesma forma, a retomada da Homeopatia na comunidade, também foi propiciada pelo Curso de Homeopatia que os educandos realizaram no assentamento, inspirados por algumas disciplinas que cursaram sobre o tema na UFV.

Porém, percebemos o entrave político-institucional na operacionalização de algumas conquistas, como por exemplo, os educandos e educandas das Licenciaturas em Educação do Campo encontravam dificuldades para ocuparem os postos de trabalho na escola do assentamento. Isso porque não existia nenhuma política que priorizasse os moradores do assentamento ou aqueles com formação em Educação do Campo na ocupação dos cargos numa Escola do Campo estadual. Ou seja, educadores do local às vezes não conseguiam vaga para atuar, porque como trata-se de uma escola estadual, as vagas são preenchidas por meio de concursos públicos que não levam em consideração essa especificidade.

Recentemente, também por articulação política junto à Secretaria de Educação do Estado, o assentamento conseguiu que a formação em Educação do Campo seja considerada um dos critérios para a ocupação dos cargos na escola do assentamento. Essa conquista é de extrema importância para a comunidade no momento em que se formam 6 educandos da LICENA/UFV, como uma possibilidade concreta de trabalho para os jovens.

De acordo com as diferenciações propostas por Fernandes (2008) sobre o primeiro, o segundo e o terceiro território⁵⁹, podemos compreender a escola nesse caso como um território em disputa entre um primeiro território, entendido como um espaço de governança estadual e um segundo território, representado pela particularidade do Assentamento Primeiro de Junho, enquanto território ligado ao MST, que carrega um outro projeto de sociedade.

Numa discussão sobre os dilemas da dependência do estado, um dos jovens, bem atuante no MST a nível regional e nacional, levantou a necessidade da auto-organização e mais autonomia das ações políticas por parte da juventude para que não tenham que ficar esperando que as coisas aconteçam a partir de agentes externos, inclusive, no que diz respeito à permanência dos jovens.

A juventude, por exemplo, ela tem que ser clara do seu papel de protagonista nessa construção. Por exemplo, a hora que ela perceber que é papel dela também contribuir para a permanência... Acho que é a questão da renda e transformação social, acho que ela tem que criar... trabalhar a mente também, da juventude (...) tem que perceber isso, perceber essas coisas, porque eu acho que pessoas que saem não que elas desvincularam da origem, mas talvez não se identificou como protagonista dessas construções, né? (Maxuel, 19 anos)

Essa fala nos chamou a atenção porque até então vínhamos percebendo que a autonomia era pouco evocada nos discursos e que muitas vezes os jovens se referiam a certas necessidades e problemas do assentamento utilizando construções verbais como “Eles têm que trazer projetos...” ou “Eles não estão pensando nos jovens...”, e quando perguntados sobre quem são “eles” não sabiam responder a quem se referiam exatamente.

Inclusive muitas vezes se referiam ao MST como se não fossem parte dele, como por exemplo, “O MST não está fazendo o debate da sexualidade”. No momento dessa fala de uma jovem, quando estávamos reunidos para a sistematização de experiências justamente tratando

⁵⁹ Segundo Fernandes (2008) o primeiro território diz respeito aos espaços de governança em nível nacional, regional, estadual, municipal ou distrital. O segundo território envolve diferentes tipos de propriedades particulares e são frações do primeiro território. O terceiro território são os fluxos ou móveis, controlados por diferentes tipos de organização com por exemplo o narcotráfico ou embarcações. (p.8-9)

das contradições encontradas em nosso processo de pesquisa-ação, problematizei junto ao grupo quem era o MST. Porque de acordo com a fala, os jovens pareciam não se considerar MST. Perguntei se nesse caso eles, que estavam ali reunidos, educandos de Licenciaturas em Educação do Campo e membros do MST, não poderiam puxar esses debates dos quais sentiam falta? Ou quando falam “o MST” esperam que alguém com um cargo institucional dentro do movimento chegue de fora e proponha algo para poderem agir? A pergunta provocou silêncio e reflexões.

Este uso da linguagem nos remete à internalização de padrões da colonialidade do poder, do saber e do ser (LANDER, 2005), que subjagam e inferiorizam nossa potencialidade e criatividade humana, levando-nos a transferir a busca pelas soluções de nossos problemas para outros, em especial para os poderes institucionalizados. Nossa capacidade política, assim como nossa subjetividade profunda foi (des)construída a partir de referenciais coloniais eurocêntricos, brancos e androcêntricos. Mesmo a tradição revolucionária clássica repousa nesses padrões (ZIBECHI, 2013). Nesse sentido, também nos fala Boaventura de Sousa Santos (2007) quando afirma que uma democracia de alta intensidade requer a radicalização das subjetividades, a criatividade e pluralidade política.

Nesse caminho, Zibechi (2013) retoma a centralidade da discussão política para a subjetividade e indica como pontos centrais para as políticas emancipatórias, a partir das experiências populares como a dos zapatistas: a produção coletiva de conhecimentos, o sentido de comunidade, a valorização da família, a autonomia e a ética. Novamente trazendo o exemplo zapatista, fala do retorno à cultura política criativa e cotidiana.

"En la base del modo de construir conocimientos desde la perspectiva eurocéntrica están presentes una serie de separaciones: individuo-comunidad, cuerpo-razón, sujeto-objeto, sociedad-naturaleza. Los zapatistas no elaboran sus conocimientos en espacios aséptico e separados, sino en los espacios comunitarios, en las cocinas, en las milpas, en los cafetales, bajo la sombra de los árboles, trabajando y conversando, escuchando a los animales, al viento y al agua. (ZIBECHI, 2015, p. 49-50)

Como vimos, o MST, como um movimento que assumiu grandes proporções, carrega em si perspectivas diferentes quanto às estratégias a serem adotadas para a realização de seu projeto político. De toda forma, compartilhamos das ideias de Prevot e Fernandes (2009) que sugerem que, para pensar novos projetos emancipatórios, o MST não deve se restringir aos modelos teóricos, jurídicos e políticos que sustentam o atual modelo hegemônico (p. 150), buscando

Una izquierda autónoma en relación con los tiempos institucionales, plural en su base teórica, organizada a partir de abajo, potenciando la acción consciente de los más amplios sectores amenazados por la opresión diaria del capital, capaz de hacer un balance crítico de experiencias recientes, seleccionando en larga trayectoria de luchas populares las tradiciones que se mantienen vigentes en la memoria colectiva de resistencia. (PREVOT e FERNANDES, 2009, p. 149)

Repensar o papel do MST e o projeto de superação da atual condição do capitalismo, a partir de uma atividade política criativa e talvez impensada no momento, é tarefa também presente na fala de Armando para os jovens. Segundo a liderança,

O que que eu tô querendo dizer, que o futuro nosso, que o futuro principalmente da juventude ele tá um futuro muito incerto (...) e nós temos que apontar um caminho pra isso. E pra nós apontarmos um caminho pra isso ele não depende diretamente somente dessa política, macro política que tá aí não. Acho que nós podemos assim como os Sem Terra lá em 79 delineou um caminho que não tava previsto em plena ditadura militar, vou fazer esse elo, porque acho que fica claro, veja, em plena ditadura militar, achar que um bando de Sem Terra, desapropriados da terra, teria a capacidade de dar a volta por cima e construir um movimento na qual nós construímos, então se isso foi possível, então por que que não é possível nós trabalharmos agora na seguinte visão, acredito eu, né. Olha, nós estamos nesse marasmo do ponto de vista da política nacional, se não dá pra acreditar muito que vai vir conquista fáceis dessa política que está aí, por que não nós retomarmos então nossa capacidade organizativa numa outra perspectiva, não é isso? (Armando)

Armando acredita que o MST só vai avançar no momento, se articular três importantes dimensões: a) O *estudo*, entendido como a produção de conhecimentos, capaz de possibilitar um entendimento profundo da realidade para que se possa enfrenta-la; b) a *luta*, referindo-se à luta política organizativa na busca pelo poder⁶⁰, reforçando a militância junto às bases. Nesse sentido, ele acredita que o movimento está padecendo na região do Rio Doce porque “desprenderam-se” da luta concreta; e c) *trabalho*, entendido como a produção efetiva das condições materiais de vida a partir da terra. Com isso, fez um chamado à juventude para o engajamento na produção afirmando que em breve a Secretaria Municipal de Agricultura, vai reunir-se com os jovens para discutir caminhos para avançar na produção.

Armando abordou também uma dimensão mais subjetiva da luta. Ele destacou que para a luta avançar será necessário inclusive o assentamento rever algumas dificuldades de

⁶⁰ Aqui não ficou claro para nós qual perspectiva de Armando sobre a conquista do poder. Se novamente por uma via eleitoral ou por outros caminhos políticos.

relacionamentos, devido a problemas antigos. “Não funciona se formos dar tanta importância às dificuldades de relacionamento, é uma necessidade da luta nós superarmos esses limites. Ir com quem quer, dialogar com quem não quer pra avançarmos”.

Uma jovem, educanda da Licenciatura em Educação do Campo, retomou esses aspectos que dizem respeito à subjetividade e à afetividade em sua fala, ao abordar o individualismo como um mal que vem assolando o assentamento. Seu depoimento também transparece a compreensão de que algo” que está além do palpável parece ter deixado de mover os assentados

O que a gente percebe é que nossa luta ela é tão grande e que algo nesse processo está acontecendo, que está nos deixando sem reação. Quer dizer, nós enfrentamos polícia, mais de cinco anos na estrada, não tínhamos medo de enfrentar a polícia e, no entanto, hoje, se alguém fazer alguma coisa a gente fica com medo “não, gente, não vamos tocar nesse assunto, a polícia pode vir aí” ... aquele medo como se não fosse nós. (...) A nossa preocupação é essa, é esse individualismo que vai precisar trabalhar ele urgente. (Gilcimária, 33 anos)

Essas falas remetem a dimensões mais subjetivas, afetivas, pessoais e simbólicas do território, que como dissemos são também indissociáveis das dimensões materiais. O individualismo, a ética nas relações, a saúde mental e emocional das comunidades, a cura profunda da terra, as formas de resolver conflitos cotidianos são questões a serem consideradas e tratadas numa cultura política-pedagógica, permanente e diária no seio das comunidades. Não há receitas de como isso pode acontecer, mas destacamos esses elementos para que a juventude possa re-pensar as possibilidades de constantemente reinventarem sua prática política.

Em síntese, em nossa pesquisa identificamos que a juventude identifica-se com as lutas do MST, fazem algumas críticas relacionadas a algumas mudanças na forma de atuação do movimento, mas demonstram predisposição em seguir na luta, em especial os jovens que estão cursando as Licenciaturas em Educação do Campo ou Agroecologia. Por seu histórico, o assentamento apresenta-se como uma comunidade com nível de politização da vida ainda bem considerável se compararmos com a média da sociedade e até com outros assentamentos do MST.

Foram também recorrentes as menções ao descompasso entre as formas organizativas mais autônomas da população e os entraves das ações institucionais, entre os tempos de ação mais combativa e a acomodação decorrente das conquistas institucionais, assim como críticas em relação à atuação mais institucionalizada do MST junto ao governo do PT. Dentro desse contexto, trouxemos algumas reflexões sobre autonomia e sintetizamos algumas perguntas

como elementos importantes para que a juventude (não só ela, como toda a comunidade) pense formas de fortalecer seu território a partir das presentes condições históricas: Como podem dar respostas para problemas atuais sem depender exclusivamente da ação do estado e das políticas públicas? Em que medida a flexibilidade para experimentar novos caminhos organizativos podem estar engessadas pela estrutura hierárquica tradicional do MST? Como reinventar-se como movimento social no contexto atual? Como alimentar essa rebeldia das raízes do movimento, fortalecer a criatividade política na vida cotidiana e o protagonismo da juventude?

Consideramos proveitoso, nesse sentido, o estudo de processos indígenas-camponeses latino-americanos que vêm enfatizando a autonomia, como a experiência zapatista de Chiapas e a experiência de Cauca, no sul da Colômbia. Além disso, o diálogo com os discursos e práticas de transição do Norte Global (ESCOBAR, 2014), como as experiências de comunidades auto-sustentáveis. Outro caminho seria o fortalecimento da política mediada pela cultura, em seus aspectos ligados à memória, à espiritualidade, às celebrações. Acreditamos também que a retomada de práticas como os mutirões e o fortalecimento dos Núcleos de Famílias, assim como a experimentação de fundos coletivos, moedas sociais, financiamentos colaborativos, podem se somar às ricas experiências que o MST já vem acumulando ao longo de suas mais de três décadas de existência e inspirar caminhos novos para responder aos atuais desafios. Em nosso entendimento como coletivo de pesquisa, compreendemos que é necessário o enfrentamento radical ao projeto capitalista articulando a luta estrutural à profunda luta simbólica, de dimensões subjetivas, éticas e culturais que atuem na descolonização do ser.

Portanto, importantes desafios políticos estão colocados para esse momento. A juventude percebe a gravidade da conjuntura, talvez uns mais que outros, mas é notável que faltam discussões mais aprofundadas sobre a conjuntura política atual. De toda forma, a formação de dezesseis jovens em cursos ligados à Educação do Campo e Agroecologia agrega ao assentamento um importante potencial político. Esse constante processo pedagógico-político é essencial para a sustentabilidade dos territórios de re-existência.

Dedicamos um capítulo à essa discussão sobre a dimensão política e ao momento histórico do MST devido ao fato de que aspectos como “potencializar o grupo de jovens politicamente”, “construir o empoderamento da pertença ao MST” ou “resgatar a pertença ao MST”, destacaram-se no Círculo de Sonhos que realizamos ao início de nossa pesquisa. Portanto, era fundamental que olhássemos para as relações entre a política, o MST e a pertença da juventude ao lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

TEMPO DE RE-EXISTIR: FORTALEZAS E VULNERABILIDADES PARA O BEM VIVER DA JUVENTUDE NO TERRITÓRIO

Deste modo fazendo pesquisa educo e estou me educando com os grupos populares. Voltando à área para pôr em prática os resultados da pesquisa não estou somente educando ou sendo educado: estou pesquisando outra vez. No sentido aqui descrito, pesquisar e educar se identificam em um permanente e único movimento.
Paulo Freire

Em nossos objetivos de pesquisa nos propusemos a investigar como a juventude pensa, sente e vive seu território, buscando compreender que tipo de territorialidade tecem em seu cotidiano no Assentamento e como essa territorialidade afeta suas decisões de permanecerem ou saírem do campo.

A partir de um processo de pesquisa construído coletivamente, foi num eixo que se estruturou em torno da sondagem de memórias e sonhos que pudemos desenhar uma síntese dessa territorialidade. Nosso desejo era de que a compreensão dessa territorialidade contribuísse para a juventude pensar e re-pensar o Bem Viver em seu território de vida. Acreditamos que isso, em boa parte, foi feito nos encaminhamentos de nossa pesquisa-ação.

Nossas questões de investigação partiram de sonhos iniciais de um grupo de jovens que se autoconvocaram como sujeitos de uma pesquisa de pós-graduação em seu território. Jovens educandos do curso de Licenciatura em Educação do Campo/UFV, cuja primeira turma forma-se exatamente neste período, ao final de 2017, e que inauguram um novo momento em sua caminhada: são agora formalmente reconhecidos como educadores do campo em seu território.

Acreditamos que nossa pesquisa lhes proporcionou uma experiência singular que tende, a partir de agora, a tornar-se recorrente, qual seja: atuar de forma mais consciente e intencional como pesquisadores-educadores em suas comunidades. Digo de forma mais consciente e intencional porque é fato que na vida comunitária cotidiana sempre se está, de certa forma, investigando, educando e agindo diante dos desafios do dia-a-dia. Porém, é também fato que passar pelo curso de Educação do Campo coloca esses educandos em novos papéis sociais, trazendo-lhes um novo empoderamento diante das questões que afetam sua comunidade. Vemos que assumir esse papel no território insere-se no contexto de que fala Castro (2009) da

constituição e fortalecimento nos últimos anos da juventude do campo como sujeito político e traz, portanto, ares de esperança e renovação para o futuro dos assentamentos.

Revisitemos, então, nossos objetivos. Como os jovens compreendem e se relacionam com seu território? Que territorialidade tecem? Acreditamos ter conseguido traçar alguns pontos importantes que nos permitem compreender essa territorialidade da juventude, a partir de elementos que expressam sua relação com o lugar, com a natureza, uns com os outros, com o trabalho na terra e com o MST.

É fundamental lembrarmos que não existe uma territorialidade homogênea, assim como não existe uma juventude homogênea. São juventudes e territorialidades diversas que se mesclam. No caso do Assentamento Primeiro de Junho, por exemplo, destacaram-se duas gerações de jovens (a partir de um recorte etário) que apresentam territorialidades com nuances diferentes.

A primeira geração de jovens, que participou com os pais das lutas de ocupação, tende a ter uma visão mais positiva do campo e vínculos mais fortes com o assentamento, com a identidade camponesa e o MST do que a geração mais nova. Porém, a idade não seria um fator determinante para indicar as relações de vínculo ou a “pertença” com o território, mas sim os itinerários formativos e político-pedagógicos que esses jovens assumem. Porque, por exemplo, no grupo dos jovens que cursam os Cursos de Educação do Campo e Agroecologia, existem jovens que pela faixa etária pertencem à segunda geração, porém apresentam uma relação com o território bem parecida com a que possuem os da primeira geração de jovens.

Observamos também nuances diferentes na territorialidade que vivenciam os jovens que são educandos dos cursos de Educação do Campo e Agroecologia. Inicialmente, chamou-nos a atenção o fato de que todos os jovens entrevistados que estão nesses cursos, quando perguntados sobre seus sonhos para o futuro, relataram sonhos que envolviam a coletividade de seu território e inclusive a sociedade em geral. Diferenciavam-se, portanto, dos sonhos dos demais jovens, que se limitavam à esfera mais individual e/ou familiar.

Relembramos aqui a frase de Milton Santos que salienta que ainda “mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar” (SANTOS, 2005, p. 161). Nesse caso, observamos que ressignificando seu lugar, os educandos passam também a ter outra consciência de mundo.

Percebemos que os cursos afetaram a relação dos jovens com seu território na medida em que mexeram com sua visão de mundo sobre natureza e cultura, sobre o lugar do campo em

relação à cidade, sobre a identidade do jovem camponês, influenciaram a mudança de hábitos e apresentaram (ou lembraram) novas possibilidades de Bem Viver no campo. As vivências proporcionadas pelos cursos permitiram que eles revisitassem suas memórias, interpretando-as à luz de novas ideias e experiências adquiridas e assim também permitiram que pudessem ressignificar seus sonhos e projetos para o futuro. Dessa forma, acreditamos que os cursos fortaleceram os vínculos com o território e influenciaram positivamente o desejo de permanecer e de lutar para que seja possível permanecer no assentamento.

Quando falamos que os cursos afetaram os jovens, não pensamos nos cursos de forma abstrata e meramente institucional, ao contrário, entendemos os cursos em sua materialidade, enquanto os educadores e parceiros que os formam, com seus valores, relações, seu engajamento social, seu esforço para trabalhar os conteúdos em relação profunda com a realidade dos educandos, seus conflitos internos e suas lutas cotidianas para implementar e sustentar uma proposta de educação contra-hegemônica. Acreditamos que é nesse encontro educativo, permeado por afeto e compromisso, que os seres humanos se transformam mutuamente, como dizia Paulo Freire. E é desse encontro que provém o poder de ressignificar essas duas dimensões tão importantes da experiência humana, as memórias e os sonhos, como observamos ter acontecido no caso da juventude do assentamento.

Além disso, observamos nas falas e entrevistas com esse grupo de jovens, que eles organizam a vida no assentamento, em sua memória, em três períodos de tempo⁶¹:

- a) “O tempo do início”: quando começaram a vida coletiva no assentamento, período de dificuldades, mas também de muitas alegrias, de produção conjunta, muitas celebrações, festas, cultura popular, criação da cooperativa.
- b) “O tempo em que veio certa desmobilização”: tempo de fechamento da cooperativa, de dissolução de alguns núcleos de organicidade, de diminuição da produção, abandono das áreas coletivas de produção, aumento do individualismo.
- c) “O tempo em que as coisas estão se reestruturando”: tempo presente ao qual se referem como um tempo de mudanças, em que a comunidade está se organizando novamente.

Observamos que os outros jovens, da segunda geração, não fazem menção em suas falas a esse terceiro tempo. Demarcam apenas os dois primeiros tempos. Já os jovens educandos da

⁶¹ As expressões que utilizamos para nos referir aos três tempos, estão entre aspas porque são próprias das falas dos jovens.

Educação do Campo e Agroecologia, em sua leitura de mundo, referem-se ao presente como um tempo em que o assentamento está reestruturando-se, retomando a organicidade, buscando melhorar e ampliar a Escola do Campo, voltando a investir na produção, em especial a produção agroecológica e retomando também o debate sobre a Homeopatia. Percebemos ainda em suas falas que são eles mesmos sujeitos desse novo tempo, por isso vislumbram essa nova fase, enquanto os outros ainda não a formulam em sua leitura de mundo.

Nossa pesquisa demonstrou que as experiências desses jovens vêm fertilizando os territórios com sementes novas, pois eles destacam-se nesse movimento de retomar a organicidade, mobilizar a comunidade com seus projetos, trabalhos, iniciativas, renovando assim os sonhos e esperanças. Têm levado fôlego novo ao JUFTER, grupo de jovens que é uma referência constituída dentro da organicidade do assentamento.

Porém, é importante também destacarmos que esses jovens acabam assumindo uma sobrecarga de tarefas, sem remuneração e com dedicação e compromisso. Há uma sobrecarga das atividades de trabalho remunerado que exercem fora do assentamento, com o trabalho nos próprios lotes, a faculdade, os cuidados com a família, a militância e a organização social. E ainda são poucos na luta, se comparados ao total de jovens no assentamento.

Algumas conquistas importantes que os educandos ajudaram a impulsionar a partir de sua atuação na comunidade, foram: a ampliação da escola do campo para os anos finais do ensino fundamental; a valorização da formação na área da educação do campo para os professores que vão atuar na escola como um aspecto que conta na pontuação para a classificação dos professores a serem contratados; a recente formação de uma associação de cooperação agrícola do assentamento; a realização do curso de homeopatia; a realização de diversos mutirões para a construção de obras de saneamento ecológico nas casas.

A partir de nossos levantamentos sobre a juventude e a territorialidade, discutimos com os jovens quais seriam então as fortalezas e as fragilidades do território do Assentamento Primeiro de Junho. Nesse sentido, procuramos pensar além do dilema clássico entre ficar e sair do campo, focando o fortalecimento, aprofundamento e continuidade do projeto camponês do MST para aqueles jovens que desejam continuar vivendo no assentamento em condições de Bem Viver.

Como fortalezas elencamos os seguintes pontos: a educação, por meio da existência de uma escola do campo bem consolidada no território; as relações sociais de amizade, confiança e solidariedade; o afeto pela terra e natureza; o desejo dos jovens de continuarem morando no

assentamento; a formação dos educandos em Agroecologia e Educação do Campo; o movimento do presente de retomar a organicidade do assentamento; a produção alimentar dos quintais; a resistência de manifestações importantes da cultura popular.

Como pontos vulneráveis do território, a partir de nossas reflexões coletivas, indicamos: a diminuição dos saberes tradicionais sobre o manejo da terra e a agrobiodiversidade; as condições climáticas e do solo para produção agrícola; a degradação ambiental; o afastamento da juventude da produção; traços da colonialidade do imaginário que limitam a percepção sobre as potencialidades do território; a dificuldade de geração de renda a partir da produção local e frente à ofensiva do agronegócio; poucas parcerias; o crescente individualismo; a necessidade de trabalhar a soberania alimentar e a mudança de hábitos alimentares; desafetos antigos e disputas políticas dentro do movimento e do assentamento; influência negativa da indústria cultural sobre os jovens, veiculando conteúdos que reforçam a alienação, o consumismo, o racismo, o urbanocentrismo, o machismo; o contexto de golpe político no Brasil, com diversos cortes nas políticas sociais, inclusive para a Educação do Campo.

Com base nessas fortalezas e fragilidades, apontamos como potenciais de transformação:

- fortalecer a produção agroecológica e o retorno dos jovens à terra;
- fortalecer a memória biocultural e os diálogos entre as gerações;
- fortalecer o debate sobre o feminismo;
- criar mecanismos de geração de renda com foco na juventude;
- criar uma farmácia homeopática dentro da comunidade;
- fortalecer a articulação do trabalho das famílias na terra para potencialização da capacidade produtiva em pequenos grupos;
- os cursos de Educação do Campo e Agroecologia aprofundarem continuamente o processo de não-separação entre o conhecer e o fazer, para incentivarem mais e fortalecerem a prática pedagógica dos educandos junto à produção na terra.
- trabalhar as relações interpessoais focando a dimensão ética, a resolução não-violenta de conflitos;
- articular ações políticas num nível micro e macro para enfrentar o contexto crítico político no Brasil e o permanente processo de ofensiva do mundo capitalista-moderno-colonial;

- discutir a soberania alimentar, diminuindo o consumo externo, privilegiando a produção dos quintais e a retomada da produção nos lotes para consumo interno.

Na medida em que um dos pilares da pesquisa-ação participativa é culminar na geração de propostas de ação voltadas para a mudança social, elaboramos junto à juventude um conjunto de ações pensadas a partir desses potenciais de transformação que elencamos acima. Essas ações estão descritas a seguir:

- realizamos um primeiro intercâmbio agroecológico no assentamento, utilizando a metodologia trabalhada pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM), inspirada no método “Campesino a Campesino” e estimulamos a realização de intercâmbios frequentes;

- conseguimos parceria com o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFV para a elaboração de um projeto de reforma da sede da antiga fazenda para transformá-la em um Centro Cultural, com o objetivo de fortalecer a cultura local e territorializar um lugar para a memória do assentamento. O projeto já está pronto e a comunidade segue agora na busca de recursos para executá-lo;

- demos início a um projeto de recuperação de nascentes em parceria com o Núcleo de Agroecologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais, Campus Muriaé, que ainda está em andamento;

- foi elaborado um projeto de geração de renda com foco em jovens e mulheres em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) Campus Governador Valadares, que aguarda aprovação pelo CNPQ;

- por meio de articulações com algumas instituições, os jovens puderam participar de alguns encontros e intercâmbios para ampliarem as articulações e parcerias. Junto à UFJF Campus Governador Valadares, participaram do intercâmbio intercultural junto à Aldeia Pataxó Geru Tukunã no município de Açucena, próxima ao distrito de Felicina, em abril de 2017. Junto à UFV participaram da IX Troca de Saberes⁶² em julho de 2017, encontro que proporciona a

⁶² Espaço de resistência dos movimentos sociais dentro da Universidade Federal de Viçosa, organizado pelos seguintes grupos: Programa de Extensão Universitária TEIA, Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo - ECOA, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP, Assessoria de Movimentos Sociais e Observatório de Movimentos Sociais, e conta também com o apoio de várias organizações da Zona da Mata, como Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Movimentos Sociais e do Centro de Tecnologias Alternativas - CTA-ZM. Para mais referências sobre a troca de Saberes: MIRANDA, É. L et al., 2012

troca de saberes e experiências entre agricultores familiares, estudantes, professores e técnicos. Em articulação com o grupo ECOJOVEM, participaram da VIII Assembleia Nacional da Pastoral da Juventude Rural⁶³ em Caruaru, Pernambuco, em janeiro de 2017.

Acreditamos que esta pesquisa fomentou o debate na comunidade entre os jovens, trazendo autorreflexão sobre suas práticas, potenciais e contradições. Além disso, ampliou articulações e fomentou o encaminhamento de algumas ações necessárias no sentido de fortalecer o Bem Viver no território diante das permanentes pressões que o campo sofre diante do sistema-mundo moderno colonial.

Consideramos ser fundamental para a re-existência da juventude em seu território o enfrentamento às dimensões culturais e simbólicas que fragilizam seus vínculos com seu território de vida, especialmente no momento atual, em que não é a privação econômica de bens básicos o que mais leva os jovens a desejarem sair do campo. As palavras abaixo, nos inspiram nesse sentido:

No campo do poder simbólico – ciência, pesquisa, educação e mídia incluídas – na gestão de símbolos, saberes, significados, sentidos, sensibilidades, e sociabilidades vivenciamos uma persistente situação de colonização que torna opaco, liminar ou desfigurado, justamente aquilo em que deveria fundar-se coletivamente um imaginário contra-hegemônico de insurgência, ruptura, emancipação e transformação de pessoas, de coletividades (étnicas incluídas) e de sociedades, e mais as ações sociais fundadoras de tal imaginário e dele decorrentes. (BRANDÃO, 2017, p. 22-23)

Assim, faz-se necessário uma democracia de alta intensidade, que segundo Boaventura de Sousa Santos, inspirado pelas lutas recentes de movimentos sociais latino-americanos, é uma democracia da periferia para o centro e de baixo para cima. Ela deve conseguir articular em diferentes escalas, as dimensões macro e micro do enfrentamento ao projeto capitalista de sociedade e à colonialidade do ser e do saber.

Nesse sentido, destacamos a relevância dos debates sobre a autonomia, a politização rebelde, alegre, bela e criativa na vida cotidiana, a consideração de um modelo de natureza que contemple a dignidade de toda a vida, a vivência da cooperação e dos mutirões, a ética nas relações. É necessário um processo permanente, que perfure os espaços-tempos dominados pelo

⁶³ A Assembleia é definida como “um espaço de articulação, mística, luta e revolução da juventude camponesa. A luta sempre é por um projeto de igualdade e direitos para juventude do camponesa, que ainda vive em condições precárias não vendo outra opção a não ser abandonar o campo (...) um espaço que vamos poder diagnosticar nosso atual momento como juventude camponesa, será de fazermos a defesa do projeto que a juventude quer para o campo e repautarmos nossa agenda de luta em nossos estados...” <https://pjrbrasil.org/2017/01/13/pastoral-da-juventude-rural-realiza-sua-viii-assembleia-laura-e-uedson-caruaru-pe-mae-terra-comunidade-soberania-alimentar/>

capital que seja capaz de constantemente lembrar aos jovens “O que nos movia?” “O que deixou de nos mover?”, como problematizou uma das jovens do assentamento.

Esta pesquisa-ação-participativa, enquanto pesquisa essencialmente qualitativa, privilegiou compreender a perspectiva peculiar com a qual os jovens pensam seus problemas para logo compreender como podem pensar as soluções. Nesse caminhar, pesquisadores e pesquisados tornam-se sujeitos solidários diante de um desafio da vida, o qual pretendem juntos compreender e solucionar.

Quanto às limitações de nosso trabalho, acreditamos que algumas lacunas na compreensão do território e da territorialidade juvenil poderiam ser completadas e enriquecidas por outras investigações, talvez uma investigação mais aprofundada sobre a dimensão econômica do território, as relações dos jovens com o trabalho, as fontes de renda atuais da juventude e seus interesses produtivos seria interessante para complementar nossos dados e gerar propostas para a geração de renda entre os jovens. Já indicamos também a necessidade de aprofundamento no tema das relações de gênero entre a juventude e sugerimos ainda os estudos sobre a atuação dos egressos dos cursos de Educação do Campo e Agroecologia em seus territórios.

Para finalizar, retomamos o debate sobre nossa prática científica, sob inspiração das palavras de Paulo Freire que nos instiga a questionar: “A quem sirvo com a minha ciência? Esta deve ser uma pergunta constante a ser feita por todos nós. E devemos ser coerentes com a nossa opção, exprimindo a nossa coerência na nossa prática” (FREIRE, 1981, p. 36). Nossa resposta é que esperamos servir à luta pela Reforma Agrária, à construção de uma sociedade justa e solidária. Reafirmamos o potencial da pesquisa-ação-participativa como ferramenta para a produção do conhecimento que transforma, para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e, no nosso caso, para a viabilidade do protagonismo dos jovens do campo na reflexão e solução dos problemas que lhes dizem respeito.

Esses jovens carregam novamente a esperança carregada tantas vezes antes por povos que naquela região já viveram: a esperança de um projeto de Vida para o Vale do Rio Doce. Carregam o passado-presente das gerações que vieram antes e inauguram mais uma vez um novo tempo de re-existir.

No meu último dia de campo no Assentamento Primeiro de Junho, ao fim da nossa Oficina de Sistematização de Experiências, fizemos uma vivência para fechar o dia. A dinâmica consistia em imaginarmos diante de nós os jovens do futuro, ou seja, a geração que sucederá a

presente geração de jovens. Deveríamos fechar os olhos, imaginar como esses jovens estariam vivendo no assentamento daqui a uns anos e dizer uma mensagem para eles. Uma mensagem das gerações do presente para as gerações do futuro. Depois que cada jovem falou de forma emocionada, todos silenciaram. Nesse momento, uma das crianças que estava presente e brincava próximo à roda, filho de uma das jovens, quebrou o silêncio e falou de repente a sua mensagem, nos tocando profundamente. É, portanto, com a frase singela do Guilherme, um jovem do futuro, que escolhemos encerrar este trabalho:

“Que os jovens tenham muita saúde e sejam muito felizes”.

Guilherme, 7 anos



Figura 44 – “Folhas, coração, juventude e fé”. Foto: Yasmin Amarante

*“No real da vida, as coisas acabam com menos formato, nem acabam.
Melhor assim. Pelejar por exato, dá erro contra a gente. Não se queira.”*

Grande Sertão Veredas

Guimarães Rosa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H. W. “Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo”. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.
- ABRAMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.
- ALMADA, E.D. **Sociobiodiversidade Urbana: por uma etnoecologia das cidades**. In: Atualidade em Etnobiologia e Etnoecologia. Campinas, SP, v.5 p. 1-25, 2010.
- ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999.
- ALVES, Márcio Resende Ferrari. ALVES, José Eustáquio Diniz. **D. João VI e o genocídio dos índios botocudos**. 2008 Disponível em:
- ARBAROTTI, Alexsandro Elias. **Encontros e desencontros nos assentamentos de reforma agrária: estudo sociológico sobre gerações e identidades** / Alexsandro Elias Arbarotti. -- São Carlos : UFSCar, 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.
- ARIÉS, Phillippe. **História social da criança e da família**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BARCELOS, S. B. E MANSAN, P. R. A “Juventude rural e políticas públicas no Brasil: balanço, perspectivas e questões para o debate”. In: DE MENEZES, Marilda A; STROPASOLAS, Valmir L.; BARCELLOS, Sergio Botton. (Orgs.) **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014: il. – (Coleção juventude. Série estudos; n. 1) Co-edição com o NEAD/MDA e IICA. p. 178-199
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 1ª ed. São Paulo: Edições, 2011.
- BARRETO, Marcos Rodrigues. EITERER, Edylane. **Memórias indígenas na Ditadura: cárcere e tortura no Reformatório Krenak**. Disponível em:
- BARONNET, Bruno. BAYO, Mariana Mora. Sholk, Richard Stahler (Coor.) **Luchas “muy otras”. Zapatismo y autonomía en las comunidades indígenas de Chiapas**. Mexico, 2011
- BARONET, B. Autonomías y educación en Chiapas: Prácticas políticas y pedagógicas en los pueblos zapatistas. In: WALSH, C. (Ed.) **Pedagogias Decoloniales: Practicas insurgentes de resistir, (re) existir y (re) vivir**. Quito, Ecuador: Ed. Abya Yala, 2013. Cap. 9, P. 305-330
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *O narrador*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).
- BERGSON, Henri. A alma e o corpo. In: **Cartas conferências e outros escritos**. Trad. Franklin Leopoldo e Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores, 38).
- BOGO, Ademar. Mística In: **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. –Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. P. 475-479

- BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.
- _____. **A pesquisa em memória social**. Psicologia USP, São Paulo, 4 (1/2) p. 277-284, 1993
- _____. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- BRANDÃO, Carlos R. Pesquisar-Participar. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 7-14.
- _____. **Memória Sertão: Cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão**. São Paulo: Editora Uniube. 1998.
- _____. **Vinte anos depois: Memórias e reflexões sobre a Investigação-Ação-Participativa**. 2017. Apresentado na Conferência ARNA, em Cartagena de Índias.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ba>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- BRASIL, INCRA <http://www.incra.gov.br/assentamento> Acesso em 2/3/2017
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 2011: síntese dos indicadores**. Disponível em: http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2011.pdf http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2011.pdf. Acesso em: 10 set. 2016.
- BROWN, Juanita; ISAACS, David. O World Café, dando forma ao nosso futuro por meio de conversações significativas e estratégicas. Tradução Moises Sales. São Paulo: Cultrix, 2007.
- BRUMER, Anita. **Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, jan./abr. 2004.
- _____. A problemática dos jovens na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 35-52.
- _____. Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. In: DE MENEZES, Marilda A; STROPASOLAS, Valmir L.; BARCELLOS, Sergio Botton. (Orgs.) **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014: il. – (Coleção juventude. Série estudos; n. 1) Co-edição com o NEAD/MDA e IICA.p. 215-233
- CALDART, Roseli Salette **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 2, n. 15, p. 43-66, jul./dez. 1998.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. **“Entre ficar e sair: uma etnografia da construção da categoria jovem rural.”** 2005. Tese (Doutorado) Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

_____ et al. **Os jovens estão indo embora? : juventude rural e a construção de um ator político.** Rio de Janeiro : Mauad X ; Seropédica, RJ : EDUR, 2009.

COELHO, France Maria Gontijo (org.) et al. **Assentamento Primeiro de Junho: uma parte da história da luta pela terra em Minas Gerais.** Viçosa, Minas Gerais, 2007

COELHO, F. M.; BOTELHO, M. I. V. **Memória, terra, dissensões e identidade: as duras penas de uma conquista.** In: Contemporâneos, n. 4. Mai-out, 2009

COELHO, France Maria Gontijo. **A arte das orientações técnicas no campo – Concepções e métodos.** Viçosa, Minas Gerais: Suprema, 2014

CROFT, John. **Dragon Dreaming: a manual for personal empowerment, community building and environmental action.** Perth: Gaia Foundation, 1991. 873p.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) **História dos Índios no Brasil**, 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 423-430

DAZA, Mar; HOETMER, Raphael y VARGAS, Virginia. Crisis y movimientos sociales en nuestra América: A modo de introducción. In: DAZA, Mar; HOETMER, Raphael y VARGAS, Virginia. Lima. **Crisis y movimientos sociales en nuestra América. Cuerpos, territorios e imaginarios en disputa.** Lima, 2012. P. 23-68

DE MENEZES, Marilda A; STROPASOLAS, Valmir L.; BARCELLOS, Sergio Botton. (Orgs.) **Juventude rural e políticas públicas no Brasil.** Brasília: Presidência da República, 2014: il. – (Coleção juventude. Série estudos; n. 1) Co-edição com o NEAD/MDA e IICA.

D'INCAO, M. C.; ROY, G. **Nós cidadãos aprendendo e ensinando a democracia.** ... Rio de Janeiro: Lumen Júris, 1999.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. En libro: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. pp.133-168.

_____. **Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, território y diferencia.** Medellín: Ed. Unaula, 2014.

ESPÍNDOLA, H. S. **Práticas Econômicas e Meio Ambiente na Ocupação do Sertão do Rio Doce.** Caderno de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, v. 8, n.14, 2000, p. 67-75;

_____. **Vale do Rio Doce: Fronteira, industrialização e colapso ambiental.** Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science. V. 4, n.1, jan-jul.2015, p. 160-206. ISSN 2238-8869

FALS BORDA, Orlando. 1990 (1ª ed.: 1981). “Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular”. In: **Pesquisa Participante.** Ed. Carlos Rodrigues Brandão. São Paulo: Editora Brasiliense, 42-62.

FERNANDES, B. **Formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2001

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento**

geográfico. Editora Universidade Estadual Paulista, 2013 Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf

FERNANDES, Renato. “**O reencantamento do mundo: elementos para uma renovação epistemológica da ciência.**” Brasília: 2006. Disponível em: < <http://www.anppas.org.br>>

FERREIRA, B.; ALVES, F. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. A. M. C. de; ANDRADE, C. C. (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: Ipea, 2009. 303 p.

FERREIRA, S. R. B. Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce. In: MILANEZ, Bruno & LOSEKANN, Cristiana. (Orgs.) **Desastre no Vale do Rio Doce. Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição.** Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e imagem, 2016, p. 267-310

FLORES, Ana Flávia; SILVA, Silvani. “Juventude assentada: guardião do futuro do assentamento? Um estudo de caso no Assentamento Bela Vista do Chibarro Araraquara/SP In: DE MENEZES, Marilda A; STROPASOLAS, Valmir L.; BARCELLOS, Sergio Botton. (Orgs.) **Juventude rural e políticas públicas no Brasil.** Brasília: Presidência da República, 2014: il. – (Coleção juventude. Série estudos; n. 1) Co-edição com o NEAD/MDA e IICA. p. 133-144

FOUCAULT, M. “Space, Knowledge, and Power”, In: Rabinow, Paul, edit., **The Foucault Reader**, New York, 1984, Pantheon, p. 239-256.

FREIRE, P. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: Brandão CR, organizador. **Pesquisa Participante.** São Paulo: Brasiliense; 1999. p. 34-41.

FREITAS, Helder Ribeiro. “**Distinção de ambientes e parcelamento de assentamentos rurais: uma abordagem metodológica**”. Dissertação (Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas) Viçosa: Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, 2005

HAESBAERT da COSTA, Rogério. Concepções De Território Para Entender A Desterritorialização. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. **Território, Territórios.** PPGeo-UFF/AGB. Niterói, 2002.

_____. **O Mito da Desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade . 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 396p.

_____. **Des-caminhos e perspectiva do território.** In; RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério & SAQUET, Marcos Aurélio. Territórios e desenvolvimento: Diferentes abordagens. Francisco Beltrão, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HARVEY, David. **La condición de la posmodernidad. Investigación sobre los orígenes del cambio cultural.** Biblioteca de comunicación, cultura y medios. Amorrortu editores. Buenos Aires. 1998.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Para sistematizar experiências.** San José, Costa Rica: ALFORJA, 1998

INGOLD, Tim. **Trazendo as Coisas de Volta a Vida:** Emaranhados Criativos num Mundo de Materiais. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, nº37, p.25-44, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2007a. 777 p.

JANATA, Natacha Eugênia **“Juventude que ousa lutar!”: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST** / Natacha Eugênia Janata ; SC, 2012. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, SC

KRENAK, A. Genocídio e resgate dos “Botocudo”. Entrevista com Ailton Krenak. **Estudos Avançados** 23 (65), 2009. P. 103-204.

LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. pp.133-168. Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf>

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000.

MACHÍN SOSA, B.; JAIME, A. M. R.; LOZANO, D. R. A; ROSSET, P. M. **Revolução Agroecológica: O Movimento Camponês a Camponês da ANAP em Cuba**. 1ª Ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MACY, Joanna, e BROWN, Molly Young. **Coming back to life – practices to reconnect our lives, our world**. Gabriola Island: New society publishers, 1998.

MANCILLA, Andrés. B. **“Pela poética de uma Pedagogia do Sul. Diálogos e reflexões em torno de uma filosofia da educação descolonial desde a Cultura Popular de Nossa América”**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) Niterói: Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2014

MANNHEIM, Karl. **Sociologia**. Coleção Os Grandes Cientistas Sociais (organizadora Foracchi, M.M.). São Paulo: Ática, 1982.

MARTINS, José de Souza. (3ª ed.: 1986). **“Os camponeses e a política no Brasil”**. In: Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 9-102.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU-EDUSP, 1974.v2.

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. **“A dinâmica dos projetos de assentamento de reforma agrária na Região Metropolitana de Belo Horizonte”**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu/MG, 2008. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docspdf/abep2008_1240.pdf, acesso em 8/5/2015

MEDEIROS, Ricardo. **Povo do Watu**. 2015 Disponível em <http://seculodiarario.com.br/26399/10/povo-do-watu>. Acesso em 15/08/2017

MERCADANTE, P. **Os Sertões do Leste**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1973

MILANEZ, Bruno & LOSEKANN, Cristiana. (Orgs.) **Desastre no Vale do Rio Doce. Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e imagem, 2016

MIRANDA, É. L.; SILVA, L.H; ZANELI, F. V. ; BHERING, M. S. . **Troca de Saberes: Novos Enfoques Metodológicos na Construção do Conhecimento Agroecológico na Zona da Mata Mineira.** In: I Seminário Internacional de Educação do campo e I Seminário Regional da Região Sul do RS: campo e cidade em busca de caminhos comuns I SIFEDOC, 2012. v. I.

MORAES, Michelle Nunes de. **Conflitos agrários: negociação e resistência dos trabalhadores rurais em Governador Valadares no Vale do Rio Doce (1950-1964)** 2013. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História. Brasília: Universidade de Brasília, 2013

MOURA, Natália Faria de, FERRARI, Eugênio A. **Juventudes e agroecologia: a construção da permanência no campo na zona da mata mineira.** Rio de Janeiro: ANA ; Viçosa: CTA-ZM, 2016.

MUNARIM, Antônio. “Educação do Campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21.” **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 51-63, abr. 2011

NEVES, Joana D’arc de V. “**Juventude e Inclusão: Representações sociais sobre a condição juvenil no campo**”. 2014. Tese (Doutorado em Educação) Belém: Universidade Federal do Pará. Pará, 2014

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Trabajo decente y juventud em América Latina 2010.** Lima: OIT/Prejal, 2010. p. 248.

PANDOLFO, Graziela Castro. **Escola e Família: a socialização dos jovens agricultores familiares.** 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PARAÍSO, Maria Hilda B. Os Botocudos e sua trajetória histórica. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.) **História dos Índios no Brasil**, 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 423-430

PAULO, Maria de Assunção Lima de “Juventudes rurais do Nordeste: As múltiplas realidades numa região de contrates.” In: DE MENEZES, Marilda A; STROPASOLAS, Valmir L.; BARCELLOS, Sergio Botton. (Orgs.) **Juventude rural e políticas públicas no Brasil.** Brasília: Presidência da República, 2014: il. – (Coleção juventude. Série estudos; n. 1) Co-edição com o NEAD/MDA e IICA.

PEREIRA, Bernadeth Maria. “**Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais, primeira configuração escolar do CEFET- MG, na voz de seus alunos pioneiros (1910-1942).**” 2008. Tese (Doutorado em Educação) Campinas: Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. “Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades.” In: CECENA, Ana Esther e SADER, Emir (coords.) **La Guerra Infinita: hegemonia e terror mundial.** Buenos Aires: CLACSO, 2002, 217-256.

_____ **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012

PEREIRA, Carlos Olavo da C. **Nas terras do Rio Sem Dono.** Belo Horizonte, Veja, 2 ed. 1988, 184p.

PREVOT, A.; FERNANDES, T.C. El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra y los desafíos para la construcción de un proyecto popular para Brasil. In: Hoetmer, Raphael (coord.) **Repensar la política desde América Latina**, 2009. P.137-152

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colención Sur-Sur, Clacso, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidad y Modernidad-razionalidad". In: BONILLO, Heraclio (comp.). **Los conquistados**. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, pp. 437-449. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

RAFFESTIN, Claude. **O que é Território?** In: Por uma geografia do poder. São Paulo, Ed. Ática, 1993.

REGINO, Jonas Alves. **Ações de guerra sem o uso de armas: o Serviço Especial de Saúde Pública no Vale do Rio Doce /MG**. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em Instituições sociais e desenvolvimento; Cultura, processos sociais e conhecimento) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2007.

SANTOS, Boaventura de S. **Para uma Sociologia das Ausências e uma sociologia das emergências**. São Paulo: Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, 237-280p. 2002

_____ **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2005

_____ **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social** - Boaventura de Sousa Santos ; tradução Mouzar Benedito. São Paulo : Boitempo, 2007.

SANTOS, B.S & MENESES, M.P. **Epistemologias do Sul**. Ed. Almedina. Coimbra, 2009.

SANTOS, Milton. Território e Dinheiro. In: **Território Territórios**. Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia. PPGeo-UFF/AGB p. 9 a 15, 2002

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (SNJ). **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília, 2010.

SEGATO, Rita Laura. "Um paradoxo do relativismo: Discurso racional da Antropologia frente ao sagrado". In: **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro: ISER, 1992, p. 114-135.

SIGAUD, Lygia et al. **Lonas e bandeiras em terras pernambucanas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

SILVA, Weder Ferreira. "Empreendimentos comerciais e a "questão indígena" nos sertões de Minas Gerais (1847-1860)" **Em tempos de histórias**, n. 18, Brasília, jan/jul, 2011.

SILVA, Ana Márcia. "Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional." In: **Cadernos Cedes**, ano XIX, n. 48, agosto/99. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n48/v1948a02.pdf>

SILVA, Lourdes Helena. **As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias?** Viçosa: UFV, 2003.

SILVA, José de Souza. "O dia depois do desenvolvimento: giro filosófico para a construção de uma agricultura familiar agroecológica". **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, 2 (31):401-420, maio/ago 2014

SIMAS, Ana Carolina Beer. **Comunicação e Diferença: estudos em comunicação colaborativa para a sustentabilidade comunitária**. Tese Doutorado em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: Perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia**. Gaia, São Paulo, 2003.

STROPASOLAS, Valmir. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

_____. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. “A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural”. In: DE MENEZES, Marilda A; STROPASOLAS, Valmir L.; BARCELLOS, Sergio Botton. (Orgs.) **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014: il. – (Coleção juventude. Série estudos; n. 1) Coedição com o NEAD/MDA e IICA. P. 178-199

TEDLOCK, Dennis. **A tradição analógica e o surgimento de uma Antropologia Dialógica**. Journal of Anthropological Research, 1979 ,Dennis Tedlock, The Spoken Word an the Work of Interpretation (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1983 cap. 16).

_____, & BARRERA-BASSOLS, N. **A etnoecologia uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p. 31-45, 2009. Disponível em: <<http://www.antropologiasocial.com.br/a-etnoecologia-uma-ciencia-pos-normal-que-estuda-as-sabedorias-tradicionais.pdf>>. Acessado em: 04 de maio de 2016.

_____, BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural**. A importância ecológica das sabedorias tradicionais. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2015

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. Belo Horizonte, UFMG/FAE, 2016. 338 p. Tese (Doutorado).

TRÍAS Eugênio. Pensar a religião: o símbolo e o sagrado. In DERRIDA, Jacques; VATTIMO, Gianni (org.). **A religião: O Seminário de Capri**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000, p.109-124.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e Impérios Alimentares – Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

VERDEJO, Miguel Expósito. Diagnóstico Rural Participativo: guia prático DRP. Brasília: MDA/Secretaria de Agricultura Familiar, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareh Baudel. “Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para ofuturo”. In: CARNEIRO, Maria J.; CASTRO, Elisa G. (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

WEISHEIMER, Nilson. **Estudo da situação juvenil na agricultura familiar do recôncavo da Bahia**. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 37., Águas de Lindóia, São Paulo, 2013.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed.UnB, 1995. 336 p.

WOORTMANN, Klass. **Com parente não se negoceia**. O Campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico/87**, pp.11- 73, 1990b.

_____ **Migração, família e campesinato.** In: WELK, et all. **Camponeses brasileiros.** São Paulo: Nead, Editora Unesp, 2009. (Coleção História Social do Campesinato, v. 1).

ZANGELMI, Arnaldo José. OLIVEIRA, F.R. C; SALES, I.F.O. **Da sindicalização às ocupações: luta pela terra em Minas Gerais (1940-1980).** Revista de Ciências Humanas, v.47, n.2, p. 306-330, out. 2013

ZHOURI et al. **O desastre de Mariana e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social.** Ciencia e Cultura Vol. 68. N. 3. São Paulo Jul/set. 2016.

ZIBECHI, Raul. **Descolonizar el pensamiento critico y las rebeldías. Autonomias y emancipaciones en la era del progresismo.** Mexico DF: Bajo Tierra Ediciones, 2015